

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO  
COM FAMÍLIAS QUE COMETERAM VIOLÊNCIA CONTRA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Débora Ananias Guimarães

São Carlos - SP  
2021

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE INTERVENÇÃO  
COM FAMÍLIAS QUE COMETERAM VIOLÊNCIA CONTRA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Débora Ananias Guimarães

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

**Área de concentração:** Comportamento e Cognição

**Orientador:** Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa

São Carlos - SP  
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Débora Ananias Guimarães, realizada em 15/12/2021.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa (UFSCar)

Profa. Dra. Camélia Santana Murgio (UNOESTE)

Profa. Dra. Sabrina Mazo D'Afonseca (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

## Financiamento



Dissertação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, proc. n.º. 2019/05306-7) por meio de bolsa de Mestrado concedida a Débora Ananias Guimbarães. A pesquisa foi desenvolvida no Laboratório de Análise e Prevenção da Violência- LAPREV, sendo também beneficiada pelos recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/PROEX.

## **Agradecimentos**

Ao longo da minha vida e da minha trajetória acadêmica, aprendi a cada dia e a cada novo desafio, sobre a importância e necessidade de criarmos verdadeiros laços e significativos vínculos relacionais. Nos desenvolvemos e nos constituímos através das relações que estabelecemos com outros seres humanos. Todas as pessoas que estiveram comigo ao longo destes anos são muito especiais, e terão sempre a minha gratidão.

A minha mãe, meu exemplo de força e de mulher, e ao meu pai, que trabalharam duro a vida inteira para me proporcionar todas as condições materiais necessárias para que eu fosse em busca dos meus sonhos. Para dar a mim uma vida que eles próprios não tiveram.

Ainda aos meus pais, e ao irmão, agradeço, principalmente, pelo suporte emocional, pela confiança depositada, pelos olhares de orgulho e cheios de afeto. Vocês são parte de mim!

Aos meus amigos, os mais antigos, desde a época da escola, os que fiz na graduação de psicologia e que levo para vida, os que apareceram entre um caminho e outro, e os que ainda surgirão. Como a vida fica mais leve e bonita quando nós temos bons amigos.

Especialmente, agradeço aos amigos que fiz durante o período que residi na cidade de São Carlos. Manuela, Alceu, Mariana, Lucas, Maiana, Alex e Júlia. No meu período de adaptação em uma cidade e num contexto totalmente novo, vocês foram a minha rede de apoio. Obrigada!

A todos os professores que fizeram parte e deixaram uma marca significativa durante toda a minha vida acadêmica. Me espelho muito nos meus mestres!

Em particular, ao meu orientador, Prof. Alex Pessoa. Uma das minhas maiores referências enquanto professor e pesquisador. Alex, você fez a psicologia adquirir muito mais sentido para mim desde a sua primeira aula na graduação. Sou imensamente grata pelo seu apoio e pela confiança que sempre depositou em mim. Obrigada por me levar junto contigo nessa bela e desafiadora trajetória da pesquisa.

A professora Camélia e a professora Sabrina, que além de aceitarem fazer parte da minha banca de defesa do mestrado, são duas pesquisadoras e mulheres que eu admiro muito.

A FAPESP e a CAPES/PROEX pelo apoio financeiro que me possibilitou a realização dessa pesquisa. Apesar de toda dedicação, paixão e empenho dos pesquisadores brasileiros, isso não é suficiente para se fazer ciência. É preciso de condições materiais, de verdadeiro investimento.

Agradeço, por fim, a todas as pesquisadoras e pesquisadores, que lutam dia a dia para produzirem ciência de qualidade em meio a tantos desafios, falta de reconhecimento e ameaças de sucateamento. Vocês são meu grande exemplo de luta e de coragem!

SOBRE A ESTERILIDADE

*A árvore que não dá frutos  
É xingada de estéril. Quem  
Examina o solo?*

*O galho que quebra  
É xingado de podre, mas  
Não havia neve sobre ele?*

Bertolt Brecht

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>Resumo</b> .....   | 1   |
| <b>Lista de Anexos</b> .....  | 2   |
| <b>Lista de Siglas</b> .....  | 3   |
| <b>Apresentação</b> .....   | 5   |
| <br>  |     |
| <b>Capítulo 1 - Pressupostos Teóricos para a Compressão da Violência Contra Crianças e Adolescentes no Contexto Intrafamiliar</b> |     |
| 1.1 Violência intrafamiliar: conceitos e dimensionamento do problema .....  | 15  |
| 1.2 Naturalização da violência intrafamiliar e repercussões psicológicas e sociais nas vítimas .....                              | 19  |
| 1.3 Família, violência e mediações saudáveis .....  | 24  |
| 1.4 Políticas Públicas e Enfrentamento da Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes .....                            | 33  |
| <br>  |     |
| <b>Capítulo 2 – Programa de Intervenção com Pais que cometeram Violência Intrafamiliar</b>  |     |
| Sessão 1: Quem somos nós? .....   | 47  |
| Sessão 2: Família e capacidade protetiva .....  | 59  |
| Sessão 3: Família e capacidade protetiva .....  | 71  |
| Sessão 4: As múltiplas facetas da violência .....   | 85  |
| Sessão 5: Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes.....   | 106 |
| Sessão 6: Naturalização e Intergeracionalidade da Violência .....   | 120 |
| Sessão 7: Impactos Psicológicos e Sociais da Violência.....   | 130 |
| Sessão 8: Sentimentos e Emoções .....   | 150 |
| Sessão 9: Sentimentos e Emoções nas Dinâmicas Familiares.....   | 160 |
| Sessão 10: Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento .....   | 174 |
| Sessão 11: Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento .....   | 194 |
| Sessão 12: Pedir ajuda .....  | 196 |

### **Capítulo 3 – Estudo de Validade de Conteúdo**

|   |            |
|---|------------|
| Introdução .....                        | 206        |
| Método.....                             | 212        |
| Instrumento.....                        | 213        |
| Análise dos dados .....                 | 215        |
| Resultados e Discussão.....             | 215        |
| <br>                                    |            |
| <b>Considerações Finais .....</b>       | <b>226</b> |
| <br>                                    |            |
| <b>Referências Bibliográficas .....</b> | <b>230</b> |
| <br>                                    |            |
| <b>ANEXOS .....</b>                     | <b>241</b> |

Guimarães, D. A. (2021). *Desenvolvimento de um Programa de Intervenção com Famílias que cometeram Violência contra Crianças e Adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 270p.

## **Resumo**

Estudos evidenciam que crianças e adolescentes permanecem entre as principais vítimas de violência doméstica, o que representa falhas na prevenção e combate da violência no contexto intrafamiliar. A expectativa da comunidade científica internacional é que este quadro se agrave durante e após o período da pandemia do COVID-19, tendo em vista que espaços considerados protetivos (como as escolas) foram fechados e as vítimas permanecem mais tempo com seus agressores em decorrência do isolamento social. Torna-se, portanto, ainda mais urgente a intensificação dos esforços nas iniciativas voltadas para a proteção desses segmentos. Programas de intervenção psicossocial direcionadas às famílias podem colaborar no enfretamento da violência contra crianças e adolescentes, bem como romper com agressões e, eventualmente, minimizar a reincidência dos casos. Entretanto, são escassos os programas desta natureza e, muitos deles, não foram submetidos a processos rigorosos de avaliação e validação científica, sobretudo na realidade brasileira. Partindo destas constatações, o objetivo desta dissertação foi desenvolver um programa de intervenção psicossocial voltado para famílias que praticaram violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Complementarmente, objetivou-se a avaliação do conteúdo do programa, por meio de análise de juízes especialistas na temática. Embasado nos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural (PHC), o programa levou em consideração a realidade de famílias brasileiras e de demandas sociais e psicológicas de pessoas atendidas nos serviços de média complexidade do Sistema Único de Assistência social. Desta forma, o programa capacitará profissionais (psicólogos, assistentes sociais e educadores) que atuam no SUAS para intervirem com as famílias. A dissertação apresenta um capítulo teórico sobre a origem a perpetuação da violência intrafamiliar sob a perspectiva da PHC. Na sequência, o programa é apresentado integralmente, incluindo os objetivos de cada sessão e o desenvolvimento de cada atividade. O capítulo subsequente refere-se ao estudo de validade de conteúdo conduzido a partir da análise de 3 juízas especialistas na temática da violência intrafamiliar e em programas de intervenção psicossocial. A avaliação englobou dimensões acerca da estrutura da intervenção, conteúdos, objetivos, recursos empregados, entre outros. Os principais resultados desse estudo apontaram para a necessidade de rever o tempo proposto para a execução de algumas atividades, uma adequação da linguagem e dos conteúdos abordados para a realidade do público-alvo, além de uma qualificação nos materiais e recursos gráficos. Todavia, o estudo também revelou a qualidade, relevância e potencial do material elaborado, bem como sua importância para a instrumentalização de profissionais que atuam na política de assistência social. Todo o percurso investigativo, que culminou na avaliação positiva das especialistas, motivou a continuidade do processo de validação científica da intervenção, que será submetida a estudos de viabilidade e eficácia no futuro. Espera-se que o programa desenvolvido nessa dissertação possa ser amplamente divulgado no contexto

nacional e colabore no fortalecimento das famílias, de modo que sejam minimizados ou rompidos ciclos de violência que se perpetuam contra crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Violência Intrafamiliar; Crianças; Adolescentes; Intervenção Psicossocial; Política Nacional de Assistência Social; Centro de Referência Especializado em Assistência Social; Psicologia Histórico-Cultural.

## **Lista de Anexos**

|   |     |
|---|-----|
| Anexo A – Orientações gerais .....                  | 241 |
| Anexo B – Instrumento de registro da avaliação..... | 247 |
| Anexo C – Comentários e Sugestões.....              | 249 |

## **Lista de Siglas**

*APA - American Psychological Association*

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS ad - Centro de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e Outras Drogas

CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF – Estratégia de Saúde da Família

EVC – Estudo de Validade de Conteúdo

GPPVS – Grupo de Pesquisa com Populações em Situação de Vulnerabilidade Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAIF – Programa de Atenção Integral as Famílias

PHC – Psicologia Histórico Cultural

PIA – Plano de Atendimento Individual

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PQIF – Programa de Qualidade na Interação Familiar

PSB – Proteção Básica Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNICEF – Fundação das Nações Unidas para a Infância

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

USF – Unidade de Saúde da Família

## *Apresentação*

Durante a graduação, a pesquisadora esteve vinculada ao Grupo de Pesquisa com Populações em Situação de Vulnerabilidade Social (GPPVS). Além de qualificar seu processo de formação, tal vínculo despertou o interesse precoce pelo trabalho com populações em situações de vulnerabilidade social, bem como por programas de intervenção e tecnologias sociais voltados a estas populações. Diante da parceria com seu orientador nos últimos anos, a pesquisadora já passou pelo processo de adaptação e aplicação de uma intervenção psicossocial voltada para a prevenção primária da violência contra crianças (Guimarães, Cacoza & Pessoa, 2020). Em virtude de todas estas experiências, durante o mestrado buscou ampliar e qualificar sua formação nessas temáticas, desenvolvendo um programa de intervenção de prevenção secundária da violência intrafamiliar, voltado para os pais que cometeram violência contra seus filhos.

A ocorrência da violência contra a Criança e ao Adolescente acontece, principalmente, através de negligência, abuso sexual, agressões física e psicológica, e ocorre, sobretudo, no ambiente familiar ou extrafamiliar (Faraj, Siqueira & Arpini, 2016; Schek, Silva, Lacharité & Bueno, 2016). Para Filha (2015), como violação de direitos humanos, a violência é uma forma extremada de coisificação da pessoa-vítima. Esta concepção toma maior potencial em crianças e adolescentes, ao passo que ainda não conquistaram autonomia e passam por um processo de desenvolvimento peculiar (Calza, Dell’Aglío & Sarriera, 2016).

Apesar de haver um pacto nacional em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, formalizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), que coloca como sendo responsabilidade de todos a construção da rede de proteção à essa população, os índices de violação de direitos desta população ainda são alarmantes. Dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100) apontam para um aumento

de aproximadamente 14% no ano de 2019 em comparação a 2018 nas denúncias sobre violação dos direitos humanos contra crianças e adolescentes.

Em 2021, apenas no período de 1 de janeiro a 12 de maio, o Disque 100 registrou aproximadamente 35 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Desse total, as violências físicas e psicológicas são as recorrentes, representando cerca de 25,7 mil e 25,6 mil, respectivamente, do total de denúncias. Vale lembrar que em uma única denúncia podem estar presentes mais de um tipo de violência (Brasil, 2021). Além disso, 20,8 mil denúncias têm os pais ou responsáveis como principais suspeitos da violação (Brasil, 2021).

Embora esses dados já sejam alarmantes, com os impactos causados pela pandemia da COVID-19 no país, desde março de 2020, o cenário é ainda pior. Diante do fechamento das escolas e da redução da jornada de trabalho dos serviços de proteção social, a violação de direitos contra crianças e adolescentes passou a ter menor visibilidade e a subnotificação preocupa os serviços (Marques et al, 2020). Embora o isolamento social tenha se apresentado como uma das melhores formas de prevenção ao novo coronavírus, tal medida também traz impactos negativos à sociedade em outras dimensões. Muitas crianças acabaram confinadas com seus agressores (Platt, Guedert & Coelho, 2021), de modo a agravar ainda mais o cenário da violência intrafamiliar e exigindo mais atenção dos governos para as ações preventivas e de cuidados especializados para as vítimas e suas famílias.

Buscando atuar nesse cenário de violação de direitos, o Programa de Intervenção com Pais que cometeram Violência Intrafamiliar é uma intervenção psicossocial, desenvolvida especificamente para intervenções no nível de intervenção secundária da violência contra crianças e adolescentes. Intervenção secundária são programas dirigidos a grupos ou famílias em que é verificada a presença de fatores de risco, que já foram

vítimas ou praticaram algum tipo de violência e/ou violação de direitos e, portanto, conta com ações e intervenções em nível comunitário, com o objetivo principal de impedir que ocorra a reincidência da violação de direitos, quebrando assim com o ciclo da violência (Cardin & Mochi, 2012; Concha-Eastman & Malo, 2006; Machado, Bhone & Lourenço, 2020).

O caráter inovador desse programa consiste no fato de ser voltado para familiares, pais ou responsáveis por crianças e adolescentes que tenham sido encaminhados para serviços especializados por terem violado o direito de seus filhos(as). Assim, o principal objetivo do programa é **romper com o do ciclo da violência** que perpassa a dinâmica das famílias. Complementarmente, o programa visa desenvolver um processo reflexivo junto aos participantes para que possam analisar as suas próprias condutas na educação dos filhos, bem como substituir ações coercitivas ou a violência por práticas educativas saudáveis e dialógicas.

Fundamentado na psicologia histórico-cultural e no materialismo histórico dialético (Vigotski, 1995; 1996; 1998; 2009; Marx, 1989a; 1989b; Marx & Engels, 1998), o referido programa parte da compreensão que a violência tem raízes históricas e culturais. Desta forma, a violência cometida pelos pais ou cuidadores não são apenas resultantes da ausência de repertório comportamental, mas, sobretudo, reflexo das estruturas sociais desiguais, de práticas culturais que implicam na exploração do homem pelo próprio homem e que coisifica as relações interpessoais (Marx, 1989a; 1989b; Marx & Engels, 1998).

O método materialista histórico dialético, elaborado por Marx e Engels, não fornece qualquer tipo de modelo teórico pronto e inalterável de investigação e pesquisa, mas aponta, sobretudo, para a necessidade fundamental de voltarmos nosso olhar para a história e compreendermos as condições objetivas e materiais que sustentam a estrutura

social de determinado fenômeno dentro de seu contexto. Ao adotarmos em nossa pesquisa as bases epistemológicas da psicologia histórico-cultural e do materialismo histórico dialético, buscamos o rompimento de noções idealistas e deterministas, pois compreendemos que os fenômenos, inclusive psicológicos e relacionais, devem ser estudados dentro de seus processos históricos. Entendemos que a realidade material constitui o sujeito social e, na medida que esse sujeito é transformado por sua realidade, ele retorna e age novamente, provocando mudanças na sociedade. Sendo assim, quando estudamos o fenômeno da violência, devemos compreendê-la dentro das dinâmicas sociais que a constituem. Ao trabalharmos com famílias que praticam violência intrafamiliar, precisamos investigar de onde vêm essa violência, a estrutura social da qual essa família faz parte e que retroalimenta a difusão dessas práticas.

Desta forma, após investigação na literatura a respeito da temática da violência contra crianças e adolescentes e de programas interventivos, notamos a necessidade de desenvolver um programa de intervenção com pais ou responsáveis que já tenham cometido violência intrafamiliar contra seus filhos, e que fosse, sobretudo, projetado para e a partir da realidade das famílias brasileiras. Desta forma, buscou-se considerar as especificidades culturais, as particularidades e o nível de escolaridade dos participantes.

O programa de intervenção é constituído por 3 módulos: i) CREAS e Família como instituições protetivas; ii) Violência: expressões e impactos; iii) Promovendo o desenvolvimento e rompendo com o ciclo da violência. Ao todo, o programa conta com 12 sessões, com previsão de duração média de 1h30 cada encontro. As sessões devem ocorrer semanalmente com os participantes e cada sessão foi cuidadosamente elaborada a partir das especificidades das famílias atendidas nos CREAS. A intervenção inclui atividades dinâmicas, justificadas e embasadas teoricamente, bem como demandam, em diversos momentos, a participação ativa das famílias, possibilitando que reflitam sobre

suas realidades e práticas parentais. Ao mesmo tempo, os participantes devem ser constantemente orientados, através das mediações feitas pelo profissional aplicador, sobre aspectos que tornam as famílias protetivas, as situações cotidianas que se constituem como violência e acerca de práticas parentais que são prejudiciais ou saudáveis para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

### *Módulo 1*

No Módulo 1, composto por 3 sessões, é abordado com os participantes temas e conteúdos relativos ao CREAS e Família enquanto instituições protetivas e que podem potencializar o desenvolvimento de relações saudáveis entre os membros familiares. Inicialmente, será constituído um espaço para desmistificar concepções inadequadas a respeito do serviço supracitado, uma vez que alguns usuários têm a percepção que a função do CREAS é aplicar medidas punitivas, especialmente no caso de famílias que são encaminhadas pelo sistema judiciário.

Desta forma, um dos objetivos propostos para o início da intervenção com os pais ou responsáveis que praticaram violência intrafamiliar contra seus filhos é justamente desmistificar concepções inadequadas que possam ter a respeito do CREAS ou de outros serviços disponíveis na rede de proteção. Sabe-se que a família é o primeiro ambiente formativo na vida dos indivíduos. Para além de sua estrutura ou composição, que pode ser diversa, é fundamental que as famílias possam exercer sua função protetiva. Ao intervirmos com famílias que praticaram violência intrafamiliar contra seus filhos, nos deparamos com vínculos familiares fragilizados. Então, para além da responsabilização dos agressores e na busca de prevenir a reincidência da violência, nossa intervenção tem como foco o resgate da capacidade protetiva e do fortalecimento desses vínculos familiares. Espera-se, ainda, que o primeiro módulo possibilite a construção de uma relação de confiança entre o profissional mediador do programa e as famílias

participantes.

### *Módulo 2*

A partir de uma ampliação da compreensão dos participantes a respeito da função protetiva da família e da função social do CREAS, no Módulo 2 será abordado com os participantes, de forma mais aprofundada, a temática da violência e os impactos na vida das crianças e adolescentes.

A partir dos pressupostos teóricos adotados na presente pesquisa, entendemos a violência como construída socialmente e mantida por estruturas sociais decorrentes da sociedade capitalista. Nesse sentido, é necessário romper com concepções naturalistas acerca da violência, como se fosse algo inato e inerente à espécie humana. Compreender as dinâmicas sociais que perpetuam a violência auxilia na compreensão crítica de sua manifestação no âmbito intrafamiliar e as repercussões psicológicas nas vítimas. Com base nesses argumentos, as 4 sessões que compõem o segundo Módulo abordarão com as famílias a compreensão do fenômeno da violência e suas diferentes formas de manifestação. Muitas vezes a própria família não compreende que tais práticas se configuram como formas de violência (pois acabam naturalizando-as), tampouco reconhecem os prejuízos que ela causa para o desenvolvimento psíquico e social das vítimas. É preciso, portanto, além de conceituarmos, discutirmos com essas famílias que a violência não é algo natural, tampouco necessária para a educação dos filhos.

### *Módulo 3*

Na sequência, o terceiro e último módulo da intervenção é composto por sessões e atividades que auxiliem os participantes a refletirem sobre o próprio comportamento e desenvolverem estratégias educativas saudáveis em contraposição ao uso da violência na relação com seus filhos. As ações e exemplos que os adultos demonstram às crianças ao longo de seu desenvolvimento podem ser utilizadas pelas próprias crianças como modelos

de comportamento. É preciso, portanto, buscar a superação de determinados comportamentos, principalmente os comportamentos imediatos, impulsivos e sustentados por práticas violentas.

Entende-se que a violência intrafamiliar é resultado da ausência de recursos, psicológicos e sociais, dos próprios cuidadores para que possam promover a educação e desenvolvimento dos seus filhos de forma saudável e sem recorrer a práticas coercitivas. Compreendemos que uma das alternativas é fazer com que os cuidadores tenham maior consciência de suas próprias ações e condutas, colocando-as sob seu próprio domínio.

Dominar o próprio comportamento não é um processo natural ou intrínseco. Diz respeito à uma capacidade/habilidade, que, sendo desenvolvida, permite ao sujeito conter ações indesejadas e ter o domínio da sua própria conduta, de modo a torná-la voluntária e consciente (Vigotski, 1995; Eidt, 2006). Entretanto, na realidade de muitas famílias, os cuidadores, ao se depararem com problemas na educação dos filhos, possuem dificuldade para reconhecer, nomear e especialmente controlar seus próprios processos psíquicos, o que os faz agir de forma impensada e impulsiva. Ao não saberem lidar com suas emoções, agem impulsivamente por raiva e medo, e tomam a violência como alternativa para conter comportamentos inadequados de seus filhos.

Desta forma, já tendo compreendido nos módulos anteriores a origem, processos de naturalização e intergeracionalidade da violência, o módulo 3 buscará promover uma maior consciência e controle desses pais em relação ao próprio comportamento. Será preciso dar recursos para que ressignifiquem suas próprias ações e experiências. Posteriormente, partindo do pressuposto que esses pais possuem condições de dominar a própria conduta, devemos atribuir-lhes novamente a função de agentes promotores do desenvolvimento de seus filhos. Pretendemos, portanto, instrumentalizá-los, de modo que

realizem mediações saudáveis com seus filhos, abolindo o uso da violência.

O Quadro 1 sumariza o programa em termos dos módulos, sessões e objetivos de cada encontro:

| <i>Programa de Intervenção a Violência Intrafamiliar</i>                              |   |                  |  |
|---|---|------------------|--|
| <b>Módulos e Objetivos</b>  |   | <b>Sessões</b>   | <b>Temática</b>  |
| <b>Módulo 1</b><br>“CREAS e família como instituições protetivas”                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmistificar concepções inadequadas a respeito dos serviços;</li> <li>• Possibilitar o resgate da capacidade protetiva e do fortalecimento dos vínculos familiares.</li> </ul>                                | <i>Sessão 1</i>  | Quem somos nós?  |
|   |   | <i>Sessão 2</i>  | Família e capacidade protetiva                           |
|   |   | <i>Sessão 3</i>  | Família e capacidade protetiva                           |
| <b>Módulo 2</b><br>“Violência, expressões e impactos”                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Romper com concepções naturalistas acerca da violência;</li> <li>• Compreender as dinâmicas sociais que perpetuam a violência.</li> </ul>  | <i>Sessão 4</i>  | As múltiplas facetas da violência                        |
|   |   | <i>Sessão 5</i>  | Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes       |
|   |   | <i>Sessão 6</i>  | Naturalização e Intergeracionalidade da Violência        |
|   |   | <i>Sessão 7</i>  | Impactos Psicológicos e Sociais da Violência             |
| <b>Módulo 3</b><br>“Promovendo o desenvolvimento e rompendo com o ciclo da violência” | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover uma maior consciência e controle dos pais em relação ao próprio comportamento;</li> <li>• Instrumentalizar os pais para que suas ações sejam promotoras de desenvolvimento de seus filhos.</li> </ul> | <i>Sessão 8</i>  | Sentimentos e Emoções                                    |
|   |   | <i>Sessão 9</i>  | Sentimentos e Emoções nas Dinâmicas Familiares           |
|   |   | <i>Sessão 10</i> | Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento |
|   |   | <i>Sessão 11</i> | Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento |
|   |   | <i>Sessão 12</i> | Pedir ajuda  |

Esta dissertação foi organizada em 4 capítulos. Inicialmente, será apresentado a fundamentação teórica do programa de intervenção. O leitor se dará conta que cada uma

das subseções do capítulo 1 embasa teoricamente os módulos da intervenção. Entendemos que é de suma importância que os profissionais que queiram replicar a intervenção passem por um processo de formação consistente e que os habilite para a compreensão das demandas que serão apresentadas pelos participantes do programa. O material teórico que sustenta esta dissertação é apenas um dos materiais que podem contribuir nessa empreitada.

No segundo capítulo serão apresentados, minuciosamente, os módulos que compõem a intervenção, bem como as sessões e as respectivas atividades. Todas as sessões seguem uma estrutura que organiza e sistematiza o programa, dando o máximo de suporte e orientações para que o profissional que irá aplicá-lo. Após um texto introdutório a respeito da temática abordada, são apresentados tanto os objetivos gerais quando os específicos de cada sessão. As atividades se iniciam com instruções diretivas sobre como deve ser conduzido cada momento, explicitando o tempo gasto em cada atividade ou parte dela, o objetivo que deve ser atingido, bem como todos os materiais que serão necessários para a sua condução. Todos os recursos gráficos, como imagens, slides e cartões, estão dispostos em anexo ao final de cada sessão. Sempre que necessário, são evidenciadas *notas* em atividades que exigem uma maior atenção do profissional para algum ponto ou temática específica, além de ser apresentado sugestões de como a mediação pode ser feita com os participantes (especialmente nos casos que demandará debates e discussões em grupos). Apesar de todos os recursos pensados para auxiliar os mediadores, este poderá fazer ajustes e adaptações, quando necessário. Não podemos perder de vista a sistematização e o caráter científico do programa, mas sabemos que cada grupo de participantes terá as suas particularidades, que deverão sempre ser respeitadas.

O capítulo 3 constitui-se como o Estudo de Validade de Conteúdo (Alexandre & Coluci, 2011). Foi feito um processo de validação, com procedimento de avaliação

sistematizada do programa, a partir da análise de profissionais com notório saber na área de programas psicossociais e da temática da violência intrafamiliar, que avaliaram todos as atividades que compõem o programa de intervenção por nós desenvolvido.

Por fim, no Capítulo 4, são apresentadas as considerações finais da dissertação. Discorreremos sobre as dificuldades que nos deparamos para a aplicação do estudo piloto (também intitulado como estudo de viabilidade), bem como sinalizamos as propostas investigativas futuras que este programa deve ser submetido para a comprovação de sua eficácia.

Boa leitura!

## **Capítulo 1 – Pressupostos Teóricos para a Compressão da Violência Contra Crianças e Adolescentes no Contexto Intrafamiliar**

### **1.1 Violência intrafamiliar: conceitos e dimensionamento do problema**

Embora a violência seja tema de investigação de inúmeros pesquisadores, interseccionando diferentes áreas do conhecimento (filosofia, psicologia, sociologia, educação, etc.), ainda não se trata de um fenômeno esgotado. Ao contrário, o empreendimento de esforços para uma melhor compreensão do problema da violência é de suma importância para o desenvolvimento social e minimização de sua ocorrência. Além disso, é relativamente fácil para a maioria das pessoas, inclusive leigos, a identificação das violências em situações diversas do cotidiano. Entretanto, tal reconhecimento da violência, fundamentado apenas na empiria, não abarca o seu sentido amplo e as variadas dimensões que o fenômeno possui – violência física, psíquica, simbólica, estrutural, institucional, entre outras (Chauí, 2017).

Apesar de seu caráter multidimensional, podemos compreender, sumariamente, a violência como o uso da força física e coação psíquica, cuja vítima é obrigada a fazer e/ou receber algo contrário a si, a seus interesses e desejos, seu corpo e a sua consciência, de modo a possibilitar a ocorrência de danos profundos e, em algumas circunstâncias, irreparáveis (Chauí, 2000). Ainda segundo a autora, a violência é “tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto” (p. 433).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) considera a violência não somente ações físicas, mas incluiu a intencionalidade de sua prática como uma variável relevante. Define o fenômeno como o uso intencional da força física ou poder, podendo este ser real ou mesmo uma ameaça, contra si próprio, ao outro e até mesmo voltado para um determinado grupo. Pode resultar em danos físicos, psicológicos ou até levar a vítima à

morte.

A violência não ocorre de maneira uniforme, mas através de uma multiplicidade de situações, e, por isso, há ampla variabilidade conceitual, que acompanham períodos históricos e práticas culturais distintas. Atualmente, compreendemos que violência também se associa a situações de privação de direitos (Minayo, 2001). Em outras palavras, a violência não se manifesta apenas nas agressões ou condutas que são perceptíveis ou corporais, mas também é expressa em situações cujos direitos fundamentais das pessoas são tolhidos.

Embasada nos pressupostos marxistas, que sustentam a visão da Psicologia Histórico-Cultural, Costa (2014) relata a existência de duas formas de violência: a direta e a indireta. As compreensões de ambas são fundamentais para o debate sobre a luta de classes; entretanto, é a segunda forma, a violência indireta, que aqui merece destaque, visto que se trata de uma violência vivenciada pelos sujeitos de forma espontânea, cotidianamente. É, portanto, esse modo de violência que, ao estar presente no dia a dia, como próprio modo de vida, se naturaliza nas relações sociais e também nas relações familiares (Martin-Baró, 1996).

A violência não faz parte da natureza humana, como pontua algumas correntes teóricas hegemônicas. Trata-se de uma manifestação de ordem cultural, arraigada de modo profundo nas dinâmicas sociais (Ruiz, 2014; Costa, 2014). A violência é produzida quando existem hierarquias nas relações humanas, na desqualificação do outro, e, muitas vezes, acabam sendo naturalizadas e até mesmo justificada por discursos inócuos e sem base científica (Ferreira, 2002).

Derivando-se de formas de violência mais amplas e instalando-se nos relacionamentos intrafamiliares como uma distorção do cuidar, a violência intrafamiliar, ou seja, àquela exercida por pais ou responsáveis contra suas crianças e adolescentes, é

considerada pelo Ministério da Saúde como um problema de saúde pública de grande expressividade (Ferreira, 2002). Trata-se de práticas educativas parentais coercitivas, em que o uso da violência como punição representa um fator de risco para o desenvolvimento da criança e do adolescente, comprometendo sua saúde, bem-estar e performance social (Patias, Siqueira & Dias, 2012; 2013).

O levantamento bibliográfico realizado por Barros e Freitas (2015) verificou que a exposição de crianças e adolescentes à violência intrafamiliar podem trazer consequências em diversos aspectos na vida das vítimas, prejudicando o desenvolvimento emocional, comportamental, social, sexual e cognitivo. Pode, inclusive, ser um fator de risco para a saúde mental, uma vez que diversas crianças e adolescentes vítimas de violência apresentam quadros sintomatológicos diversos (Bérgamo & Bazon, 2010; Gesta, Gallego & Diez, 2016; Moura, 2015 Schek, Silva, Lacharité & Bueno, 2016).

O Brasil é um exemplo internacional em termos de legislação ao que se refere a proteção da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desenvolvido após a constituição de 1988, e regulamentado pela Lei Federal nº 8.069/1990, é uma das leis mais avançadas do mundo. Visando a proteção integral, o ECA é o principal mecanismo legal e regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Temos, ainda, a Lei nº 13.010, sancionada em 16 de junho de 2014, conhecida como a “Lei Menino Bernardo” (antiga Lei da Palmada), que, como uma forma de complementação ao ECA, destaca o direito das crianças de serem educadas sem o uso de castigos físicos e/ ou tratamento cruel ou degradante. Entretanto, apesar do aparato legislativo, em que teoricamente deveria ser prioridade no investimento público a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, os serviços a esta população ainda são sucateados e, em termos políticos de implementação dos serviços e efetivação das leis, estamos em atraso.

Dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100) apontam para um aumento de aproximadamente 14% no ano de 2019 em comparação a 2018 nas denúncias sobre violação dos direitos humanos contra crianças e adolescentes. Autores já apontam para um cenário ainda pior no ano de 2020, por conta dos impactos da pandemia causada pelo COVID-19 (Platt, Guedert & Coelho, 2021). O relatório da UNICEF de status Global sobre prevenção da violência contra crianças, lançado em junho de 2020, traz dados alarmantes. Além do relatório apontar sobre as falhas dos países no combate e prevenção da violência contra crianças e adolescentes, também é evidenciado o impacto dramático da COVID-19 no que se refere a perpetuação da violência contra esse público, exigindo mais atenção dos governos para a necessidade de trabalhos preventivos.

Embora o isolamento social tenha se apresentado como a melhor forma de prevenção ao novo coronavírus, tal medida também trouxe impactos negativos a determinados grupos sociais, como é o caso das crianças e adolescentes. Com o fechamento de escolas e de espaços comuns em suas rotinas, muitas crianças acabaram confinadas com seus agressores, de modo a agravar ainda mais o cenário da violência intrafamiliar (Arenas, Lorenzo, Martínez-Vegas, Ávila, Cala, Villamizar & Galindo, 2021; Carrilo, Rodelo & Torres, 2021; Silva, Araújo, Souza, Oliveira, Silva & Barros, 2021).

Entre as formas de violência das quais crianças e adolescentes são vítimas, há, também, a modalidade de castigo corporal, que, de acordo com Santini (2015), refere-se à busca por alterações de comportamentos considerados inadequados pelos pais e/ou responsáveis por intermédio da violência física. O castigo corporal se encaixaria, portanto, numa suposta “proposta educativa”, cuja dor física é vista como necessária para corrigir os comportamentos indesejados dos filhos. No Brasil, a Lei 7672/2010, conhecida como “Lei da Palmada”, se apresenta como uma tentativa de combater o castigo corporal.

O documento defini que é direito da criança e do adolescente não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mesmo que se apresente como uma suposta proposta pedagógica.

Estudos têm demonstrado que os adultos responsáveis por crianças e adolescentes devem exercer sua autoridade de maneira confiável, facilitando para que os mesmos desenvolvam seus recursos internos e externos de forma saudável (Ferreira, 2002; Silva, Lunardi, Meucci & Algeri, 2018; Limiñana; Martínez; Pérez, 2018). Ademais, não é dever exclusivo das famílias, mas de toda sociedade e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, o que for necessário para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes livre de violências, como preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

Sendo assim, as práticas educativas parentais coercitivas, especialmente no que diz respeito ao uso da violência, contrariam estas prerrogativas e desconsideram o que é proposto pelo ECA. O Artigo 5º das disposições preliminares estabelece que nenhuma criança ou adolescente deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além disso, o agressor deve ser responsabilizado por suas condutas e, em alguns casos, deve ser afastado da vítima.

## **1.2 Naturalização da violência intrafamiliar e repercussões psicológicas e sociais nas vítimas**

Existem formas de violência que são vivenciadas pelo sujeito desapercebidamente em seu cotidiano. Violências que, mesmo silenciosas ou ocultas, causam repercussões severas às vítimas. Isso ocorre, especialmente, pelo processo de naturalização da violência (Costa & Mendes, 2020; Martin-Baro, 1996). Naturalização é o processo de considerar comum, espontâneo, natural, pertencente a natureza humana, o que na verdade

foi construído histórica e socialmente (Chauí, 2017; Marx, 2013; Waeny & Macêdo, 2019). Ao considerarmos algo como natural, passamos a acreditar que isso sempre foi assim e, portanto, não tem como ser alterado. Desta forma, a naturalização torna-se fonte e justificativa das desigualdades sociais e de diversos tipos de violência.

Para Ruiz (2014), a violência, ao ser naturalizada, apresenta-se como inevitável nas relações humanas. Nesta visão, a violência acaba sendo encorajada e tida como necessária nas relações e práticas sociais. Entretanto, os seres humanos, a partir do processo de hominização (Leontiev, 1978), são capazes de controlar os seus impulsos agressivos, de modo a dar-lhes outros fins e novos sentidos. Deste modo, a violência não deve ser naturalizada e seu uso não pode justificar a resolução de conflitos humanos. Pelo contrário, a persistência no uso da violência está entre as ações que mais nos distanciam da condição propriamente humana e nos aproxima da agressividade instintiva de outros animais. Nas palavras de Ruiz (2014), “o ser humano é o único ser vivo que tem o poder de produzir significações não naturais, mas simbólicas e culturais para tudo o que vive” (p.58).

Entre as formas de violência que corriqueiramente acabam sendo mais naturalizadas está a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, cujo ocorrência está diretamente associada ao fenômeno da intergeracionalidade da violência. O conceito de intergeracionalidade está associado ao intercâmbio relacional entre as gerações, a uma herança cultural que é transmitida de uma geração a outra (como a transmissão cultural de condutas, valores, normas, etc.) (Porta, Wottrich & Siqueira, 2021; Razera, Cenci & Falcke, 2014). Esse movimento intergeracional ocorre, também, para que haja a apropriação às objetivações resultantes das atividades das gerações passadas, de modo que possam ser subjetivadas pelas novas gerações. Entretanto, ao falarmos da intergeracionalidade da violência, estamos nos referindo a padrões interacionais que

perpetuam violência nas gerações seguintes, de forma acrítica e naturalizada.

Razera, Cenci e Falcke (2014) mencionam que situações de violência vivenciadas em etapas precoces do desenvolvimento podem ser naturalizadas e passadas de uma geração a outra, com a falsa ideia de que a utilização dessas práticas seria um método eficaz para a resolução de conflitos. Deste modo, entendemos que é necessário conscientizarmos pais e cuidadores a respeito dos processos de naturalização e intergeracionalidade da violência, buscando analisar o problema da violência intrafamiliar e suas “heranças” de gerações anteriores. Precisamos, sobretudo, fazer com que eles vejam com estranhamento aquilo que parece natural e passem a questionar sobre fatos e atitudes habituais, que implicam em risco para a saúde mental e a própria vida de seus filhos.

A intergeracionalidade da violência chama atenção para o fato de que pais que cometem violência contra seus filhos podem ter tido um histórico de violação de direitos em suas próprias infâncias (Porta, Wottrich & Siqueira, 2021). Portanto, nossa atenção não deve ser voltada apenas para a violência em si, mas, sobretudo, para o sistema que a origina. Qualquer forma de violência deve ser entendida a partir do contexto histórico e social que foi produzida e perpetuada (Ruiz, 2014; Costa, 2014). É fundamental o entendimento de que muito antes de pais e cuidadores se tornarem agressores, eles também foram (e, sem dúvidas, ainda são) vítimas de inúmeras formas de violência que perpassam as estruturas sociais.

Apesar disso, é importante que sejam discutidos os impactos psicológicos e sociais da violência intrafamiliar na vida de crianças e adolescentes. Já existe uma literatura robusta sobre as consequências da constante exposição à violência e os prejuízos sociais e individuais na população infanto-juvenil (Bérgamo & Bazon, 2010; Gesta, Gallego & Diez, 2016; Moura, 2015; Njaine, Assis & Constantino, 2013; Schek, Silva, Lacharité &

Bueno, 2016).

Além dos impactos da violência não se limitarem a características corporais visíveis (hematomas, machucados, luxações, fraturas, entre outros), seus efeitos podem se dar a curto, médio e longo prazo. Tudo isso vai depender de uma junção de fatores, como a natureza da agressão, a frequência e intensidade da exposição, a rede de apoio disponível para a vítima e os programas de intervenção para evitação de reincidência (Melo, Carlos, Freitas, Roque, Aragão & Ferriani, 2020; Pfeiffer, Rosário & Cat, 2011; Santos, Costa, Javae, Mutti & Pacheco, 2019).

Os sintomas de curto prazo são aqueles apresentados imediatamente após a violência sofrida. Estes são mais fáceis de avaliar, na medida que, muitas vezes, a própria vítima consegue associar os sintomas à violência sofrida. Santana e Santana (2015) apontam atitudes de choque e incredulidade, sentimentos de vergonha, culpa, ansiedade, comportamentos confusos e de extrema agitação, pesadelos, terror noturno e alterações do hábito alimentar como sendo os principais sintomas a curto prazo apresentados por crianças e adolescentes vítimas de violência.

Já nas dimensões temporais a médio e longo prazo, os sintomas são demonstrados somente após a vítima passar por um período de adaptação. Seus efeitos podem ser observados em comportamentos autodestrutivos, ansiedade, sentimento de isolamento e estigmatização, baixa autoestima, dificuldade em acreditar em outras pessoas, tendência à futura revitimização, comportamento sexual de risco, uso de álcool e outras drogas, entre outros (Hohendorff, Habgzang & Koller, 2015; Martins, Silva, Filho, Ribeiro & Queiroz, 2013).

Em programas de intervenção voltado para famílias, seja numa abordagem preventiva ou de intervenção tardia, abordar as dimensões temporais do aparecimento de sintomas e sequelas da violência sofrida, bem como os diferentes impactos na vida das

vítimas, é de extrema importância. Todavia, estes conteúdos não podem ser reduzidos às consequências físicas e visíveis. Os impactos psicológicos e sociais também são diversos e não podem ser menosprezados.

Impactos psicológicos dizem respeito aos danos causados na vítima de violência, que não são visíveis diretamente e não deixam marcas físicas no corpo, entretanto, podem ser ainda mais prejudiciais (Abranches & Assis, 2011). Enquanto os danos físicos podem ter efeito imediato, ou seja, a curto prazo, os danos psicológicos normalmente se fazem mais presentes a médio e longo prazo (Abranches, Assis & Pires, 2013). Seus efeitos são mais duradouros e persistentes e afetam a vida psíquica, a saúde mental e emocional da vítima. Podem se manifestar de formas variadas, a depender de fatores como o tipo de violência na qual a vítima foi exposta, intensidade, duração e número de agressores. Alguns exemplos de impactos psicológicos da violência são: insônia, irritabilidade, pesadelos, falta de concentração; ou mesmo gerar processos de adoecimentos ainda mais graves, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e transtorno de estresse pós-traumático (Njaine, Assis & Constantino, 2013).

Os impactos sociais da violência intrafamiliar estão associados tanto a prejuízos para a sociedade como um todo, quanto para a vida social da vítima. A violência é um problema de saúde pública (OMS, 2002). Uma comunidade, uma região ou mesmo um país com altos índices de violência tem impactos em sua economia, nas políticas públicas, nas instituições de saúde que precisam atender as vítimas, no sistema judiciário e penitenciário que recebe os agressores, entre outros. Além disso, para a vítima de violência, além dos diversos danos físicos e psicológicos já citados, os impactos sociais também são diversos. Suas relações sociais podem ser diretamente afetadas pelas consequências da violência, interferindo no estabelecimento de vínculos amorosos (Reis, Prata & Parra, 2018), em seu desempenho no trabalho (Miranda, Paula & Bordin, 2010)

crianças podem ter prejuízos no desempenho escolar (Magalhães, Gomes, Mota, Campos, Camargo & Andrade, 2017) e nas relações entre pares (Reis, Prata & Parra, 2018).

Vale lembrar que existem diferentes formas da vítima lidar com a violência sofrida, o que significa que existe uma ampla variabilidade do impacto da violência. Estudos apontam que recursos pessoais e, principalmente, a rede de apoio que a vítima possui são essenciais para o acionamento de recursos psicológicos e sociais que mobilizam estratégias de enfrentamento aos impactos da violência sofrida (Rosa & Lira, 2012). Isso significa que não podemos cair em discursos fatalistas ou catastróficos da violência, com a ideia de que a vítima vai carregar sintomas e traumas para o resto da vida.

### **1.3 Família, violência e mediações saudáveis**

Diferentemente dos demais animais, o ser humano não nasce com uma natureza que o determina. Poderíamos dizer, inclusive, que ele sequer nasce “humano”. É por meio do processo de apropriação da cultura, daquilo que foi desenvolvido pelas gerações anteriores, que o indivíduo se humaniza (Moretti, Asbahr & Rigon, 2011). E é a família, ou àqueles que exercem o seu papel, enquanto instituição social primeira, a responsável por apresentar à criança recursos culturais (materiais e imateriais) que impulsionem o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores (Durigan, 2015; Durigan & Leal, 2017).

O desenvolvimento humano, ou melhor dizendo, o processo de humanização do sujeito, se dá por meio dos processos de objetivação e apropriação do que foi construído histórica e socialmente, e pertence, desse modo, ao gênero humano. Tal processo – o tornar-se humano, é disponibilizado para cada indivíduo por meio da mediação de outros indivíduos pertencentes à espécie (Martins, 2016). Diante disso, podemos analisar a importância das mediações realizadas pelos pais e/ ou responsáveis para com seus filhos,

pois será por meio delas que lhes serão apresentados inúmeras ferramentas e signos nos anos iniciais de vida (Asbahr, 2011; Moretti, Asbahr & Rigon, 2011).

A família é, portanto, o primeiro grupo de referência para a criança, sendo a base para o desenvolvimento físico, afetivo e psicológico. É no contexto familiar que se inicia o processo de construção de identidade e de formação da personalidade, possibilitado, especialmente, pela transmissão da cultura familiar, que é carregada de valores, normas, hábitos, mitos, pressupostos, formas de sentir e de interpretar o mundo (Durigan & Leal, 2017; Silva, Lunardi, Meucci & Algeri, 2018).

Apesar de haver consenso na literatura a respeito da importância da família para o desenvolvimento da criança, por ser responsável pelo processo de socialização inicial, o conceito de família não é universal, atemporal ou estático. A compreensão de família, bem como a sua estruturação, vem passando por inúmeras transformações ao longo do tempo. Estas mudanças estão diretamente ligadas ao momento histórico e social de cada sociedade e são determinadas por variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas (Pratta & Santos, 2007).

As alterações sociais e a ampliação da compreensão do conceito de família possibilitaram o reconhecimento da gama de arranjos familiares que fogem do padrão normativo e do modelo hegemônico de família. Ou seja, a ideia de família nuclear, constituída por pai e mãe (heterossexuais) e filhos, é apenas uma das inúmeras possibilidades quando se trata de constituição familiar. Desta forma, a busca por um modelo ideal de família não corresponde à realidade objetiva da maioria da população (Durigan, 2015; Durigan & Leal, 2017; Moretti, Asbahr & Rigon, 2011). É fundamental, inclusive, que a sociedade como um todo compreenda a diversidade familiar, respeitando as diferenças e estruturas, para que de fato todas as famílias tenham condições de exercer seu papel de agente humanizador e protetivo.

Isto posto, fica notório que, independentemente de como se dá cada arranjo familiar, é fundamental que as famílias entendam que o que realmente importa é a sua função protetiva na vida de crianças e adolescentes e sua capacidade de promover mediações saudáveis, sem recorrer à violência, para potencializar o desenvolvimento e aprendizagem de crianças e adolescentes. Ou seja, as relações de cuidado, demonstrações de afeto, suporte em momentos de crise e necessidade, dentre outros fatores, são cruciais para uma educação parental saudável.

Desta forma, a família, enquanto instituição protetiva, exerce papel fundamental para que a criança se desenvolva enquanto ser humano (Durigan & Leal, 2017). São os pais ou cuidadores, os responsáveis por apresentar o mundo social a criança nos primeiros anos de vida.

Assim, logo após o nascimento, inicia-se o processo de constituição do humano em cada indivíduo de nossa espécie. Como afirmou Anjos (2019) “o indivíduo precisa aprender a ser um ser humano” (p. 28) e, no início desse processo, a família exerce um papel fundamental. Além disso, ao exercer a sua função, a família precisa adotar mediações saudáveis na educação de seus filhos, para de que fato ocorra um pleno desenvolvimento do psiquismo, possibilitando assim o autodomínio da conduta (Vigotski, 1995).

O autodomínio da conduta <sup>1</sup> proporciona a criança a tomada de consciência da situação. Trata-se do processo pelo qual torna-se possível escolher suas ações, pensar e

---

<sup>1</sup> Encontram-se na literatura variações na nomenclatura do termo, especialmente a depender do autor de base. Entretanto, ambas defendem a mesma ideia, ou seja, a ação e escolha consciente, que é possibilitada pelo processo de apropriação da cultura, resultando no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Desta forma, os termos “Atividade voluntária ou consciente”, “Ação Volitiva”, “Vontade”, “Domínio ou Controle Voluntário da Conduta e “Autodomínio da conduta” podem ter o mesmo significado. Nesta dissertação, será ressaltada a denominação “Autodomínio da conduta” por ser a tradução mais aproximada dos escritos de Vigotski (1995). Entretanto, no desenvolver do manuscrito, serão respeitadas e mantidas as terminologias do modo como se apresentam em cada referência, ou mesmo feita a utilização de sinônimos.

ensaiar alternativas (Toassa, 2011). Entretanto, esse processo não ocorre naturalmente, mas necessita da ajuda de diversas mediações, em especial, necessita do auxílio dos instrumentos psicológicos – os signos (Eidt, 2006). Ainda segundo Eidt (2006), no caso do bebê e da criança de tenra idade, é o adulto quem regula a ação da criança por meio do uso de um mediador externo – a linguagem, signo que exerce um papel central no desenvolvimento humano e no controle da conduta.

É essencialmente com o auxílio da linguagem que, no processo de desenvolvimento da personalidade, a criança começa a perceber, memorizar e/ou comparar estímulos (Toassa, 2011). Desta forma, podemos afirmar que mediante um comportamento inadequado, é necessário diálogo para que a criança entenda quais as consequências de sua ação e, sobretudo, quais outras alternativas ela tem para além daquele comportamento.

Isto posto, fica claro que é preciso de um outro, bem como da mediação proporcionada por um agente externo, para que haja possibilidade do domínio de si mesmo. É a significação cultural e os processos de aprendizagem que possibilitarão a autorregulação do comportamento, a capacidade de dirigir-se voluntária e intencionalmente de modo a colocar as funções psíquicas a serviço do sujeito. Trata-se, portanto, de um processo de internalização das relações exteriores, sociais (Tuleski & Eidt, 2016).

Eidt (2006) usa a denominação “vontade” para se referir ao domínio do próprio comportamento. Para a autora, tal processo não se trata de uma força motora intrínseca, espontânea e natural, mas sim, de uma capacidade especificamente humana para controlar, de modo consciente, sua própria conduta, suas ações externas e internas, de modo a dirigir sua atividade para que se atinja determinado fim, além da possibilidade de conter ações indesejáveis.

Vieira e Leal (2018) reforçam a noção de atividade voluntária como a possibilidade do ser humano de controlar seu próprio comportamento, estabelecendo objetivos definidos em suas atividades e encontrando meios para alcançá-los. E esse processo é construído na medida que o indivíduo se apropria dos instrumentos culturais. Os processos de objetivação e apropriação do que foi construído histórica e socialmente são feitos por meio da mediação de agentes externos. Vigotski (2012) evidencia que os adultos exercem formas de conduta em relação as crianças no decorrer de seu desenvolvimento, e, posteriormente, essas formas passam a ser utilizadas por elas mesmas como chave para o controle do próprio comportamento. Ou seja, a criança inicialmente se subordina as ações dos adultos, para posteriormente poder ter controle das suas próprias ações futuras.

O autodomínio da conduta diz respeito à uma capacidade, que, sendo desenvolvida por intermédio de mediações saudáveis, permite ao sujeito conter ações indesejadas e ter o domínio do próprio comportamento, de modo a torná-la voluntário e consciente. Entretanto, na realidade das famílias, ao se depararem com problemas e desafios na educação dos filhos, os pais possuem dificuldade de controlar os próprios processos psíquicos, refletindo-os em comportamentos. Ao não saberem lidar com suas emoções, agem impulsivamente por raiva, medo e tomam a violência como alternativa para conter comportamentos inadequados de seus filhos.

Isso nos faz compreender que a qualidade da mediação (do adulto) deve ser responsável pela qualidade do desenvolvimento (da criança) (Eidt, 2006; Asbahr, 2011). Assim, práticas educativas parentais (mediações) feitas de forma não saudável, através do uso da coerção e da violência – já entendido também como um fenômeno social, implicará em prejuízos para o desenvolvimento psíquico, bem como poderão dificultar para que a criança e o adolescente tenham o domínio consciente da própria conduta (Eidt,

2006; Asbahr, 2011; Tuleski & Eidt, 2016).

Além dos diversos danos supracitados, a coação realizada por meio da violência desperta o sentimento de medo em crianças e adolescentes, que passam a modificar os seus comportamentos movidos pelo temor da possibilidade de que a violência se repita, mas não como uma ação consciente na forma de um domínio voluntário e efetivo de sua conduta. Ademais, ao serem educadas por meio de práticas coercitivas e com uso da violência, as crianças não se apropriarão de outros modelos para a resolução de problemas e de dominação das próprias condutas, senão através da reprodução das mesmas condutas violentas e não dialógicas (Patias, Siqueira & Dias, 2012).

Defendemos que os modelos de intervenção com pais que cometeram violência contra seus filhos devem se atentar para a relação que existe entre os sentimentos, emoções e o autodomínio da conduta nas situações cotidianas. Devemos auxiliar os pais e cuidadores numa maior consciência em relação ao próprio comportamento, de modo que realizem mediações saudáveis, sem o uso da violência.

Reitera-se, nesta dissertação, que o ser humano é um ser histórico e social. É por meio das relações sociais, da apropriação daquilo que foi produzido pelo gênero humano ao longo da história, que os indivíduos se humanizam. O mesmo ocorre com os nossos sentimentos, ao passo que também possuem uma natureza histórico-cultural. São pelas mesmas relações sociais e pelo contato com a cultura humana, que passamos a atribuir sentidos e significados a nossas emoções e sentimentos, ou seja, nossas funções afetivas – que ocupam um papel fundamental em toda a nossa vida e em nossos comportamentos (Silva, 2011; Gomes, 2013).

Em relação às emoções, podemos entendê-las como sendo manifestações orgânicas (mas ainda mediadas pela cultura), que possuem um vínculo direto com as sensações (Toassa, 2011; Vigotski, 1995; 1998; 2009;). A exemplo de manifestações

orgânicas, que podem surgir em um indivíduo que vivencia alguma emoção, podemos citar a lágrima, o choro, a risada, a sudorese, o tremor, etc. Trata-se de um momento em que o sujeito apresenta uma explosão de manifestações, de modo circunstancial, mas o corpo busca o estado de homeostase, de equilíbrio.

Embora a emoção possua um forte componente biológico (Toassa, 2011) o que nos permite afirmar que ela não é uma função exclusiva de nossa espécie, ela é culturalizada, ou seja, mediada pela cultura, se tornando assim passível de desenvolvimento, transformação ou novas aparições. Já os sentimentos, que estão diretamente associados as emoções, são atributos dos seres humanos. Enquanto as emoções possuem um vínculo direto com as sensações, os sentimentos tem forte relação com o pensamento, adotando um caráter mais duradouro e complexo (Toassa, 2009). Didaticamente, poderíamos dizer que os sentimentos são as emoções pensadas. Trata-se do processo de significação das manifestações emocionais, ou seja, dar um nome, atribuir motivos àquilo que se sente. O ser humano não sente simplesmente de modo passivo, mas percebe o sentimento e suas emoções sob a forma de seu conteúdo, passando a nomeá-lo assim de medo, alegria, tristeza, raiva, etc. (Martins & Carvalho, 2017).

Fato é que tanto as emoções quanto os sentimentos estão ligados as vivências pessoais de cada sujeito. Contudo, embora tais vivências sejam individuais, elas estão sempre relacionadas à realidade objetiva e especialmente à interpretação que cada um faz dessa realidade. O conjunto dos afetos<sup>2</sup> (Wortmeyer, Silva & Branco, 2014) respondem as necessidades do ser humano e as exigências da sociedade. Ou seja, as experiências

---

<sup>2</sup> A denominação *afetos* nesta dissertação está embasada nos aportes teóricos da psicologia histórico-cultural. Sendo assim, diz respeito aos processos afetivos, que englobam os estudos dos sentimentos, emoções e paixões que fazem parte das vivências dos seres humanos.

culturais, as interações sociais e a história de vida de cada ser humano irá impactar diretamente sobre seus sentimentos e emoções (Gomes, 2013).

As emoções e os sentimentos estão em estreita relação com as outras funções do psiquismo humano. Juntas, representam nossa maneira de agir, pensar e sentir sobre o mundo. Somente a partir dessa conjunção entre as funções psicológicas, entre afeto e cognição, é que se torna possível modular o comportamento humano (Martins & Carvalho, 2017). Isso implica na constatação de que os sentimentos e emoções auxiliam na orientação e regulação do comportamento humano, na medida que não apenas sentimos, mas atribuímos sentidos e significados a tais emoções. Porém, esse maior domínio do próprio comportamento não ocorre de maneira simples; é preciso uma maior compreensão a respeito das próprias manifestações emocionais para que o ser humano possa ter a possibilidade de “dominá-las” (Silva, 2011; Gomes, 2013).

Vale destacarmos que quando falamos em domínio das emoções, não estamos nos referindo a um controle mecânico ou como se fosse possível escolher quando e o que iremos sentir. A realidade nos afeta na medida que fazemos parte dela, querendo ou não. O que queremos dizer é que o maior conhecimento sobre nossos afetos implica na possibilidade de alterá-los, nos permitindo, assim, agir de forma mais ativa e consciente.

Nomear o sentimento de raiva e entender quais foram os motivos que despertaram tal emoção, não significa, por exemplo, que passaremos a nunca mais sentir raiva. Contudo, cria-se a possibilidade de organizar, de forma mais consciente, o que sentimos. Nesse caso, podemos deixar de agir de maneira impulsiva, refletindo sobre nossas ações e suas possíveis consequências, de modo a ressignificar essa raiva, e buscar alternativas para alterar as circunstâncias que possam voltar a causar esse mesmo sentimento no futuro.

Posto isto, consideramos essencial que programas de intervenção voltados para famílias, sobretudo na temática central da presente dissertação, sejam criados espaços em que os participantes tenham a possibilidade de se tornarem mais conscientes a respeito das próprias emoções e sentimentos, bem como possibilitar que se sintam à vontade e seguros para expressarem o que sentem. Reiteramos que um maior conhecimento sobre os próprios afetos cria a possibilidade de alterá-los e ressignificá-los. E, ainda, entender a si mesmo, elaborar e organizar os afetos, possibilita, conseqüentemente, a possibilidade de qualificar as nossas relações interpessoais.

Assim sendo, os programas de intervenção com foco nos afetos devem considerar os sentimentos e emoções que perpassam as relações familiares. É importante destacar que quando falamos de afeto, não nos referimos apenas a ideia de senso comum de demonstrações de carinho (embora isso também seja de extrema importância para um desenvolvimento emocional saudável). Porém, o conceito de afeto está para além disso na compreensão da Psicologia Histórico-Cultural. Diz respeito a vivências e experiências de como o outro nos afeta, de como o mundo e as pessoas agem sobre nós, de que forma isso nos mobiliza, nos atravessa, nos sensibiliza, e, sobretudo, qual impacto que isso tem na nossa forma de pensar e agir (Gomes, 2013).

Nos primeiros anos de vida da criança as funções afetivas ganham destaque na constituição do psiquismo da criança, na medida que outras funções psicológicas, como memória, atenção e pensamento, ainda passam por um processo de desenvolvimento e de diferenciação. Logo no início da sua chegada ao mundo social, cria-se uma necessidade do outro. O bebê, por exemplo, começa um movimento de orientação ao adulto, e este último vai, paulatinamente, introduzindo a criança ao mundo, mostrando e nomeando objetos, conversando, dando alimento e conforto (Gomes, 2013).

As emoções da criança são significadas pelo adulto, que as traduz em palavras, constituindo sua forma de pensar e sentir, transformando ações e sentimentos. As emoções estão diretamente associadas as ações e são justamente esses processos afetivos que definirão a disposição do sujeito para atuar diante das circunstâncias. Isso implica na necessidade de que estes afetos, especialmente no âmbito familiar, sejam positivos, criando modos e relações que potencializem o pensar e o agir dos sujeitos afetados.

A presença de uma afetividade positiva torna os filhos emocionalmente mais seguros, otimizando o processo de educação e tornando-os mais receptivos às intervenções dos adultos, inclusive para a correção de condutas inapropriadas. Desta forma, torna-se fundamental trabalharmos os sentimentos e emoções que perpassam as relações familiares, de modo a fortalecer os vínculos e o caráter protetivo da família.

#### **1.4 Políticas Públicas e Enfrentamento da Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes**

Ao atuarmos com famílias que praticaram violência intrafamiliar contra seus filhos, nos deparamos com vínculos familiares fragilizados, sendo necessário o resgate da capacidade protetiva e do fortalecimento de recursos. Isso é possível com a consolidação e atuação de uma rede de apoio que conta, sobretudo, com serviços e programas ligados às políticas públicas criadas no Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Desta forma, um dos objetivos que devem ser delimitados para as intervenções com os pais ou responsáveis que praticaram violência intrafamiliar contra seus filhos é justamente desmistificar concepções inadequadas que possam ter a respeito dos serviços e programas disponíveis na rede de proteção. Devemos enfatizar que se trata de um sistema de proteção social que não tem o propósito de punir ou julgar, mas sim romper com o ciclo de violência que perpassa as famílias. Isso é realizado a partir de iniciativas

que visam resgatar os vínculos que foram fragilizados, de modo que a família volte a cumprir a sua função protetiva.

Na medida que compreendemos a violência em suas dimensões histórica, cultural e social, entendemos que o trabalho com pais e cuidadores que cometeram violência intrafamiliar não deve recorrer a discursos que apenas culpabilizam ou demonizam essas pessoas. Diferente disso, precisamos ressignificar as experiências desses sujeitos, conhecendo as vivências que os mesmos tiveram com modelos educativos permeados pela violência (Medeiros, Pessoa, Ferrador & Liebenberg, in press).

Deve haver, sem dúvidas, a responsabilização dos pais e responsáveis, especialmente para prevenir a reincidência da violência intrafamiliar. Mas a responsabilização não pode ser reduzida ao aspecto criminal-penal. Assim, deve se oportunizar que esses pais reflitam e alterem seus comportamentos no cuidado com as crianças, desnaturalizando a utilização da violência como método educativo, no qual foram diversas vezes socialmente produzidos e culturalmente aceitos (Marin, Martins, Freitas, Silva, Lopes & Piccinini 2013).

O Estatuto da Criança e do Adolescente aponta, reiteradamente, que não é dever exclusivo dos familiares responsáveis, mas também de toda sociedade e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, os recursos necessários para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Ademais, para que a família possa exercer a sua função protetiva no cuidado para com seus filhos, é necessário que uma série de outros serviços e instituições sociais também cumpram com seus papéis. É imprescindível que as famílias compreendam que não estão sozinhas na luta pelo rompimento do ciclo de violência que perpassa seus núcleos familiares. E, tanto nesse desafio, quanto em outros que possam enfrentar, há pessoas e instituições que elas podem pedir ajuda e recorrer quando necessário.

Há uma rede de proteção, composta por um conjunto de serviços públicos, que trabalham de forma articulada e que têm o objetivo de ofertar atenção contínua e integral à população que dela necessitar (Brasil, 2009; 2019). Os serviços disponibilizados por essa rede vão desde a atenção primária até os serviços especializados. Trata-se, desse modo, de uma articulação ampla entre a rede de saúde, com a rede de assistência social, da educação e com os sistemas de justiça e segurança pública.

Uma das políticas mais relevantes e inovadoras refere-se à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), cujas ações são viabilizadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS organiza serviços de assistência social por todo Brasil, dividindo suas ações entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica (PSB) é destinada à prevenção de riscos pessoais e sociais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A PSB é realizada, de forma mais enfática, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que são instituições destinados à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção básica às famílias e aos indivíduos. Os CRAS são responsáveis pela referência e contrarreferência do usuário por toda rede socioassistencial do SUAS. Além disso, é no CRAS que deve ocorrer o Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), que busca realizar um trabalho social na tentativa de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de seus vínculos, promovendo e garantindo seus direitos e melhoria da qualidade de vida (Nascimento & Curado, 2017).

Por se configurar como a porta de entrada ao SUAS, a PSB exerce um papel fundamental na proteção integral das famílias, o que inclui as crianças e adolescentes. Os atendimentos com os seguimentos infanto-juvenis realizados nos CRAS possibilitam a

participação, desde a tenra idade, em ações que visam enfrentar e prevenir a violência intrafamiliar, bem como outros tipos de violência que acometem crianças e adolescentes (Porto & Dupont, 2016). Enquanto sujeitos de direitos, a participação das crianças e adolescentes na PSB engloba os processos de cuidado, vigilância socioassistencial, atenção às vulnerabilidades sociais, engajamento em atividades de fortalecimento de vínculos e, sem dúvidas, detecção de situações de violação de direitos.

Outro papel fundamental da PSB diz respeito a implementação de estratégias e programas interventivos que visam a prevenção primária da violência. Um exemplo é o estudo apresentado por Guimarães, Souza e Pessoa (2020). Os autores apresentaram alguns dos resultados do projeto extensionista denominado GiraMundo, que tem por finalidade consolidar ações psicoeducativas para prevenção da violência contra crianças. Implementado principalmente em CRAS e em escolas públicas de ensino fundamental, o programa interventivo tem como finalidade assegurar às crianças recursos cognitivos e comportamentais que as auxiliam na identificação de formas de violência e maus tratos que, porventura, estão expostas. Entretanto, apesar de estar inserido na PSB e atuar na prevenção primária da violência, o Projeto GiraMundo foi capaz de identificar violações de direitos que já aconteciam com algumas crianças, como violência psicológica, sexual e trabalho infantil (Guimarães, Souza & Pessoa, 2020). Isso ressalta outra função importante da PSB: a de referência e contrarreferência do usuário por toda rede socioassistencial do SUAS, permitindo, assim, que sejam realizados encaminhamentos a serviços da proteção especial (seja de média ou alta complexidade), quando identificadas situações de violação de direitos de crianças.

Já o nível Especial do SUAS volta-se ao atendimento de famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados, seja em decorrência de abandono, maus-tratos, exposição a diversas formas de violência, abuso

sexual, uso de drogas, entre outros (Lopes & Brisola, 2017). Em situações cujos direitos já foram violados e os vínculos familiares e sociais encontram-se fragilizados, as famílias podem recorrer aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). É nos CREAS que são oferecidos diferentes serviços com o objetivo de acolher, orientar e acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, fortalecendo e reconstruindo os vínculos familiares e comunitários.

O CREAS se constitui como uma instituição pública, de abrangência municipal ou regional e que oferta trabalho na Proteção Social Especial do SUAS. A referência ao serviço especializado destina-se à família e aos indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos já tenham sido ameaçados ou violados (Brasil, 2009). Pertencente ao nível de atendimento especializado de média complexidade, as competências do CREAS, definidas pelo SUAS, englobam a oferta de serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocasião de violação de direitos (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

Toda família ou indivíduo que tenham tido seus direitos violados e se encontram em situação de risco pessoal e social, seja por terem sido vítimas de violência ou de outras formas de violação, podem usufruir dos serviços ofertados nos CREAS, pois o acesso é universal (Russo, Silva, Nogueira & Dantas, 2014). Deste modo, ao ter sido vítima de algum tipo de assédio, discriminação, abuso, violência ou demandar por cuidados em razão da idade ou deficiência, qualquer pessoa poderá recorrer aos atendimentos do CREAS. Os atendimentos poderão ocorrer de forma individual ou em grupo, com a participação em atividades coletivas e comunitárias (Faraj & Siqueira, 2012). Além disso, orientações sobre acesso a benefícios e programas de assistência social ou qualquer outra informação a respeito da defesa e garantia dos direitos da população também podem ser buscados no CREAS (Brasil, 2009).

Uma vez que a violência já tenha sido instaurada dentro do ambiente familiar, cabe aos serviços da proteção social especial, primeiramente na média complexidade, atuar no resgate da função protetiva da família, de modo a prevenir a reincidência, quebra de ciclos da violência e minimização dos danos causados às vítimas. Porém, profissionais que atuam no CREAS ainda se deparam com diferentes obstáculos no dia a dia de trabalho, como pontuam Silva, Lunardi, Meucci e Algeri (2018). Os resultados do estudo realizado pelos autores evidenciaram que a fragmentação entre diversos serviços que compõem a rede de atendimento às vítimas de violência é um entrave para os profissionais, uma vez que não conseguem dar continuidade às ações de recuperação, promoção da saúde dessas famílias e fortalecimento de vínculos sociais e familiares (Silva et al., 2018).

Apesar das fragilidades identificadas na efetivação da política de assistência social, intervenções promissoras estão sendo planejadas e registradas na literatura científica nacional, incluindo nas ações realizadas nos CREAS. Ao buscar a qualificação profissional e a capacitação da rede socioassistencial em casos de negligência, abandono e abuso psicológico de crianças e adolescentes, um CREAS de um município do estado do Rio de Janeiro propôs em seu relatório a necessidade de uma maior aproximação com o CRAS, ao entender que é essencial que os profissionais destes serviços estejam em constante contato com a equipe especializada e trabalhem de forma articulada (Ferreira, 2013). Além disso, também foi proposto pela instituição a necessidade de capacitação continuada e uma maior aproximação com o Conselho Municipal de Assistência Social, a fim de possibilitar a troca de experiência e o mapeamento da rede de atendimento (Ferreira, 2013). O artigo não apresenta os resultados das propostas feitas por tal relatório, mas reforça a necessidade de reformulações dos serviços do SUAS, em especial dos CREAS.

Ainda na proteção especial do SUAS e com o objetivo de atuar nos casos em que

a permanência no grupo familiar e comunitário de origem torna-se inviável, existe a possibilidade de encaminhamento aos serviços de Alta Complexidade. Estes serviços oferecem acolhimento e moradia, mesmo que temporariamente, buscando assegurar proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito a diversidade e seguindo as normativas da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2019). Fazem parte da alta complexidade as seguintes instituições: casa-lar, abrigo institucional, famílias acolhedoras, casa de passagem; residências inclusivas, repúblicas e instituições de longa permanência (Brasil, 2009; 2019).

Ao ser uma medida de proteção provisória e excepcional, o acolhimento do crianças e adolescentes vítimas de violência em serviços da alta complexidade se dá mediante situações em que os laços familiares foram completamente rompidos, a permanência no ambiente doméstico implica em maiores riscos a vida e saúde das vítimas (Siqueira, Scott & Schmitt, 2019) e não há família extensa que possa prover, ainda que temporariamente, os cuidados demandados. Desta forma, imediatamente após o acolhimento, a rede de profissionais que atua no serviço deve elaborar um Plano Individual de Atendimento (PIA) visando a reintegração familiar ou o encaminhamento para a adoção (Moreira & Paiva, 2015). Entretanto, inúmeras vezes os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes se deparam com entraves, especialmente ao que diz respeito a reinserção dos sujeitos no núcleo familiar, mediante a grande dificuldade de participação das famílias nas decisões concernentes ao futuro das crianças e adolescentes (Brito, Rosa & Trindade, 2014; Moreira & Paiva, 2015).

Os serviços prestados pela política de assistência social, independentemente se fazem parte da proteção básica ou especial, devem romper com a lógica assistencialista e buscar criar um novo padrão de atendimento, na tentativa de superar os níveis de

desigualdade no país, proporcionando a inclusão de populações vulnerabilizadas socialmente e dando-lhes acesso aos seus direitos sociais. Entretanto, como afirma Araújo (2019), grande parte dos usuários ainda enxerga os serviços prestados pelo SUAS como benesse ou prestação de favores. Além das “heranças” deixadas pelo assistencialismo que perdurou no Brasil e que dificultam os serviços ofertados pelo SUAS, os profissionais que atuam na nova política de assistência social podem se deparar com outros entraves. Entre eles, podemos citar o modo como alguns usuários enxergam os serviços como espaços punitivos (Pussetti, 2017), sobretudo como ocorre nos casos de famílias que são encaminhadas ao SUAS pelo sistema judiciário.

Outra política fundamental para o enfrentamento da violência intrafamiliar é o Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma política de saúde que garante o acesso integral, universal e gratuito para todo o Brasil e constitui-se como um exemplo mundial entre sistemas de saúde pública. O SUS se divide entre as ofertas de Atenção Primária/saúde da família; Serviços de Atenção Especializada, Urgência e Emergência; e Serviços de Saúde Mental (Brasil, 2009; 2019).

A Atenção Primária é responsável pela promoção e proteção da saúde da população, por meio da realização de ações educativas e preventivas nas mais diversas áreas da saúde humana. Além disso, viabiliza o acesso a exames médicos de rotina e fornece medicamentos, bem como orienta cuidadores a respeito da saúde sexual e reprodutiva de crianças e adolescentes. Esses e outros serviços são ofertados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), bem como pelo programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF).

O Art. 245 do ECA (Brasil, 1990) estabelece que é responsabilidade do médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, comunicar à autoridade competente os casos de que tenham

conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, sob pena de multa em caso de omissão. Todavia, a notificação de violência feita por profissionais da saúde ainda se apresenta como um grande desafio. Silva, Lunardi, Ribeiro, Oliveira e Vasquez (2015) apontaram que muitos profissionais, sejam estes enfermeiros(as), médicos(as) ou profissionais da saúde em geral, deixam de notificar casos de violência contra crianças ao considerar a notificação como um dilema ético do profissional, além das repercussões que essa denúncia pode causar para si e para a vítima.

Os entraves das notificações feitas por profissionais da saúde que atuam na atenção primária parecem ainda mais salientes, uma vez que os possíveis danos do maus-tratos podem não ficar tão evidentes (presença de hematomas ou sangramento, por exemplo) e o motivo pela busca por atendimento acaba sendo mascarado por outros problemas ou sintomas que não se configuram, isoladamente, em elementos para um diagnóstico de vítima de violência (Silva et al., 2015). Todavia, a violência não pode ser vista pelos profissionais da saúde como uma questão alheia a seu trabalho, devendo estes atuar no combate e redução dos maus-tratos contra crianças e adolescentes (Oliveira, Freire, Assis, Sena, Boery & Yarid, 2018).

Já os serviços de Atenção Especializada atendem a um nível de complexidade intermediária entre a atenção primária (UBS's e USF's) e a urgência hospitalar, podendo ser acessados, por exemplo, nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) durante 24 horas por dia (Kulicz & Uscocovich, 2021). Crianças e adolescentes são atendidos nos serviços do SUS no nível da Atenção Especializada com mais agravos do que os casos que são encaminhados para atenção primária a saúde. Assim, acidentes e violências compõem as chamadas causas externas, que representam o principal problema de mortalidade entre crianças (Malta, Mascarenhas, Bernal, Viegas, Sá, & Junior, 2012).

Uma das dificuldades enfrentadas pelos profissionais da saúde está justamente em identificar o que de fato é um acidente ou o que se configura como danos da violência sofrida, visto que os pais ou responsáveis acabam omitindo a real situação (Moretti, Medeiros, Pessoa & Koller, 2019).

Também fundamentais para a oferta de uma saúde integral a toda população são os Serviços de Saúde Mental, que se subdividem em diferentes centros. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são instituições de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais e/ou apresentam problemas devido ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Na mesma direção, mas com foco no oferecimento de serviços voltados especificamente ao atendimento de crianças e adolescentes, há os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Já os Centros de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e Outras Drogas (CAPS ad) são para uso exclusivo de pacientes que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas. Todos esses serviços, disponíveis no SUS, podem fortalecer as famílias, evitando a perpetuação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Além das diversas consequências e prejuízos para o desenvolvimento emocional, comportamental, social, sexual e cognitivo na vida de crianças e adolescentes vítimas de violência (Barros & Freitas, 2015), a violência intrafamiliar pode, inclusive, ser um fator de risco para a saúde mental, uma vez que boa parte das vítimas apresentam quadros sintomatológicos diversos (Bérgamo & Bazon, 2010; Gesta, Gallego & Diez, 2016; Moura, 2015). Um estudo realizado por Hildebrand, Celeri, Morcillo e Zanolli (2015) constatou uma prevalência de 65,5% de possibilidades de problemas de saúde mental em crianças e adolescentes (4-16 anos) vítimas de violência doméstica. Apesar de não haver dados que possibilite a generalização para todo o território nacional, os resultados apresentados pelos autores apontam a necessidade de implementação de mecanismos que

avaliem a efetividade de programas específicos nas áreas de saúde mental, como os CAPS-i, e a sua relação com a violência intrafamiliar (Hildebrand et al., 2015).

Com o que foi exposto em relação ao SUS, fica notório que esta é uma política que ocupa posição estratégica na prevenção e identificação de casos de violência intrafamiliar, especialmente com suas unidades de saúde inseridas dentro do território que a população reside (como a Unidade de Saúde da Família – USF e a Unidade de Pronto Atendimento – UPA). Além disso, o profissional de saúde é legalmente obrigado a notificar casos confirmados ou suspeitos de violência (Silva et al., 2015; Oliveira, 2018). Entretanto, muitas vezes os profissionais que atuam nesses serviços não estão preparados para lidarem com os casos de violência, como apontou o estudo realizado por Costa e colaboradores (2015). Os autores identificaram que os profissionais de saúde se mostram inseguros e despreparados para lidar com a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, com dificuldades em identificar os maus-tratos e realizar as notificações. Nunes, Sarti e Ohara (2010) também constataram a falta de integração entre os profissionais de saúde e os diversos setores, refletindo em um despreparo e falta de amparo das instituições para identificarem e atuarem em casos de violência.

Buscando minimizar as lacunas e dificuldades do reconhecimento e encaminhamentos dos casos de violência contra crianças e adolescentes que chegam as unidades de saúde do SUS, Moretti e Pessoa (2020) desenvolveram e avaliaram a eficácia de um programa de intervenção voltado para habilitar estudantes e profissionais da área da saúde a reconhecerem e encaminharem casos de violência contra crianças e adolescentes. Os resultados mostraram que programas de formação de média duração (10-12 encontros) têm efeitos positivos no que diz respeito as concepções prévias dos estudantes e profissionais sobre a temática da violência contra crianças e adolescentes, preparando-os para o manejo dos casos e encaminhamento ao poder público, quando

necessário. Além disso, os autores evidenciaram a necessidade de mais ações educativas sobre a temática, que devem ser inseridas especialmente em programas de formação inicial e continuada na área da saúde.

Por fim, mas não menos importante, existe o Sistema de Ensino na composição da rede de proteção. Formado pelo Centro de Educação Infantil (creches e pré-escolas), Escolas de Ensino Fundamental e Médio e Instituições de Ensino Superior, o sistema de ensino, além de possibilitar ao indivíduo o acesso à educação formal, se apresenta como um espaço de prevenção e detecção de casos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (Faleiros, Matias & Bazon, 2009). Profissionais que atuam no sistema de ensino devem, sempre que necessário, realizar encaminhamentos e notificações de casos de violação de direitos de crianças e adolescentes a outros setores e instituições que fazem parte da rede, visto que muitas vezes são os primeiros a tomar conhecimento de situações de violência (Garbin, Araújo, Dominique & Garbin, 2017), especialmente quando as vítimas são crianças e adolescentes.

A escola torna-se, portanto, canal de proteção e de denúncia para inúmeras formas de violência vivenciadas por crianças e adolescentes (Oliveira, Silva & Maio, 2020). Para que as instituições de ensino possam exercer a sua função protetiva e estejam aptas a identificar e encaminhar adequadamente as situações de violação de direitos, deve haver uma formação adequada dos profissionais que atuam no ambiente escolar. É o caso, por exemplo, do estudo relatado por Garbin, Arcieri, Araújo e Garbin (2017). Os autores apresentaram os achados de um projeto realizado em uma cidade do interior do estado de São Paulo, que ofereceu capacitação e treinamento a alunos de graduação e pós-graduação para a verificação de sinais e/ou sintomas de violência nas crianças, seja por meio de observação de lesões corporais, escuta de relatos espontâneos ou análise do comportamento infantil (Garbin et al., 2017).

O isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19, evidenciou ainda mais o caráter protetivo das instituições de ensino. A expectativa de cientistas sociais e movimentos sociais vinculados à promoção de direitos de crianças e adolescentes é que as medidas de contenção do coronavírus, em especial o isolamento social e o fechamento de instituição, repercutirá no aumento dos índices de violência intrafamiliar e maus-tratos a crianças e adolescentes (Oliveira, Souza, Sabino, Vicente & Carlos, 2021). Desta forma, novos desafios irão se apresentar com a reabertura dessas instituições, exigindo ainda mais capacitação dos profissionais da rede de ensino.

Isto posto, devemos reafirmar o nosso compromisso enquanto profissionais e dar subsídio às famílias para que possam romper com o ciclo da violência intrafamiliar. Entendemos, contudo, que o direito de pedir ajuda, tanto das crianças e adolescentes quanto das famílias, é uma etapa fundamental nesse processo. Nesta seção, apresentamos apenas reflexões atinentes às políticas de assistência social, saúde e educação, mas sem dúvidas existem diversos outros setores e segmentos sociais que também devem se engajar nessa empreitada.

## **Capítulo 2 – Programa de Intervenção com pais que cometeram Violência Intrafamiliar**

Neste segundo capítulo, apresentamos na íntegra as 12 sessões que compõem a primeira versão do programa de intervenção. Trata-se da versão que foi submetida a validação de conteúdo feita por juízas especialistas, como será apresentada no capítulo 3 desta dissertação. Entretanto, apenas durante o período de doutorado da pesquisadora é que serão feitos os ajustes e modificações necessários na intervenção.

Para a construção do programa e elaboração das atividades que compõem cada sessão, a pesquisadora realizou um levantamento bibliográfico de intervenções que já tenham sido realizadas, sejam em contextos de violência intrafamiliar ou de outras temáticas atendidas dentro do SUAS. Embora as atividades elaboradas em nosso programa de intervenção contenham certo grau de originalidade, houve inspiração em diversas dessas fontes, sejam por resultados apontados na literatura como bem sucedidos, ou mesmo por àqueles que apontaram limitações, evidenciando assim o que poderia ser melhorado em suas intervenções.

Além disso, a pesquisadora também manteve durante o período de seu mestrado uma participação ativa nas discussões e encontros com o grupo de pesquisa do laboratório na qual ela faz parte, o LAPREV, onde pôde apresentar aos membros do grupo tanto seu projeto de pesquisa, quanto o desenvolvimento da sua intervenção. Estes espaços de discussão e debate com o grupo de pesquisa contribuíram significativamente para o enriquecimento e melhoria no modelo de intervenção desenvolvido.

O quadro abaixo, que também pode ser encontrado na *Apresentação* desta dissertação, sumariza o programa de intervenção que é apresentado na íntegra neste capítulo.

| <i>Programa de Intervenção a Violência Intrafamiliar</i>                              |   |  |
|---|---|--|
| <b>Módulos e Objetivos</b>  | <b>Sessões</b>  | <b>Temática</b>  |
| <b>Módulo 1</b><br>“CREAS e família como instituições protetivas”                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmistificar concepções inadequadas a respeito dos serviços;</li> </ul>   | <i>Sessão 1</i><br>Quem somos nós?   |
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilitar o resgate da capacidade protetiva e do fortalecimento dos vínculos familiares.</li> </ul>   | <i>Sessão 2</i><br>Família e capacidade protetiva                            |
|   |   | <i>Sessão 3</i><br>Família e capacidade protetiva                            |
| <b>Módulo 2</b><br>“Violência, expressões e impactos”                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Romper com concepções naturalistas acerca da violência;</li> <li>• Compreender as dinâmicas sociais que perpetuam a violência.</li> </ul>  | <i>Sessão 4</i><br>As múltiplas facetas da violência                         |
|   |   | <i>Sessão 5</i><br>Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes        |
|   |   | <i>Sessão 6</i><br>Naturalização e Intergeracionalidade da Violência         |
|   |   | <i>Sessão 7</i><br>Impactos Psicológicos e Sociais da Violência              |
| <b>Módulo 3</b><br>“Promovendo o desenvolvimento e rompendo com o ciclo da violência” | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover uma maior consciência e controle dos pais em relação ao próprio comportamento;</li> <li>• Instrumentalizar os pais para que suas ações sejam promotoras de desenvolvimento de seus filhos.</li> </ul> | <i>Sessão 8</i><br>Sentimentos e Emoções                                     |
|   |   | <i>Sessão 9</i><br>Sentimentos e Emoções nas Dinâmicas Familiares            |
|   |   | <i>Sessão 10</i><br>Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento |
|   |   | <i>Sessão 11</i><br>Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento |
|   |   | <i>Sessão 12</i><br>Pedir ajuda  |

# Sessão 1: Quem somos nós?



Somos seres sociais. Fazemos parte da natureza, mas, diferentemente dos demais animais, não somos determinados por ela. Nos humanizamos no processo de interação com os outros indivíduos, na apropriação daquilo que foi historicamente produzido pelas gerações anteriores, ou seja, por meio da cultura. Sendo assim, o nosso processo de humanização ocorre na medida que fazemos parte das diversas instituições sociais que perpassam em nossa vida. Cada uma ocupando diferentes funções no desenvolvimento, mas todas a serviço da constituição do sujeito humano – sujeito do qual também é responsável pela formação e transformação da realidade social.

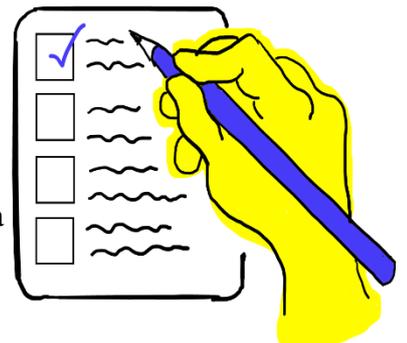
Dentre tais instituições, daremos destaque para uma que se faz indispensável na história de vida de cada ser humano: a instituição familiar. Entendemos que a família é o primeiro acesso da criança com o meio social que promove o seu desenvolvimento. São os pais ou cuidadores que serão responsáveis pelas primeiras mediações da criança com a cultura humana. Compreendemos, ainda, que a qualidade dessas mediações são fatores que influenciam diretamente na qualidade do desenvolvimento da criança. Desta forma, surgem os seguintes questionamentos: Qual o impacto no desenvolvimento de crianças que são vítimas de violência intrafamiliar? Como instrumentalizar esses pais para que tenham condições de abandonar práticas educativas tóxicas e violentas, para que façam uso de mediações saudáveis e que promovam o desenvolvimento psíquico e o controle do próprio comportamento?

É, portanto, na tentativa de responder tais perguntas que o objetivo principal da nossa intervenção é auxiliar pais que praticaram violência intrafamiliar na compreensão dos impactos dessa violência para a vida dos seus filhos, além de instrumentalizá-los na construção de práticas educativas saudáveis. Tais objetivos devem ser alcançados ao longo de 12 sessões interventivas (divididas em 3 módulos), direcionadas para estas famílias.

Nesta primeira sessão, da qual denominados “Quem somos nós?” temos como objetivos **1) Conhecer os participantes; 2) Apresentar a proposta da intervenção; e 3) Desmistificar concepções inadequadas referentes aos serviços do CREAS.**

## Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Conhecer os participantes e o grupo por meio de atividades que possibilitem a interação e o diálogo;
- ✓ Compreender as concepções que possuem a respeito do CREAS e como se deu o encaminhamento para a instituição;



- ✓ Apresentar a proposta de intervenção;
- ✓ Desmistificar possíveis concepções inadequadas referentes aos serviços dos CREAS.

**Atividade 1: RG: Conhecendo-nos através do outro (40 minutos)**

**Objetivos:** Conhecer os participantes e o grupo por meio de atividades que possibilitem a interação e o diálogo

**Recursos:** Papel cartão (RG) para preenchimento, kit com faces, cola e canetas.

Trabalharemos durante toda a intervenção com grupos de família. Para que haja um bom funcionamento da dinâmica grupal, precisamos, sobretudo, estabelecer vínculos de confiança. O primeiro passo é conhecer e dar voz aos participantes.

- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- b) Se apresente brevemente ao grupo.
  - Diga quem você é, o que faz e a função que ocupa dentro da instituição.
- c) Agora, peça para que os participantes se organizem em duplas. Preferencialmente, as duplas não devem ser formadas por pessoas da mesma família ou por pessoas que já se conheciam anteriormente. Caso haja um número ímpar de participantes, o mediador poderá fazer parte de uma das duplas.
- d) Entregue a cada participante um papel cartão (Anexo A), que deverá ser preenchido com as informações da sua dupla. A este cartão, damos o nome de RG. No verso do cartão, constam informações básicas, como nome, idade, profissão, entre outras informações. Já na parte frontal do cartão, o espaço em branco deve ser utilizado para colagem do rosto, que deverá ser montado com as características semelhantes do portador do RG. Os componentes do rosto para a montagem também deverão ser entregues aos participantes através de um kit (Anexo B).
- e) Cada RG não será preenchido pelo seu portador, mas sim, pelo seu parceiro de dupla. Ou seja, se João formou dupla com Maria, João monta o RG de Maria e vice versa.
- f) Deixe as duplas conversando por cerca de 20 minutos. O objetivo é que cada um se apresente para o outro, diga quem é, o que fazem, com o que trabalham e o que mais desejarem. Enquanto conversam, deverão ir fazendo a montagem do RG.
- g) Após passados os 20 minutos de apresentação entre a dupla, cada um deve fazer a apresentação para todo o grupo como se fosse o colega com quem conversou (por exemplo, se João fez dupla com Maria, Maria deve se apresentar para o grupo como se fosse João, e vice-versa).



- h) Após a finalização das apresentações em que um membro apresenta o outro, pergunte aos participantes se eles concordam sobre o que foi dito sobre eles, sobre como foi preenchido seu RG e se há algo que eles gostariam de acrescentar.
- i) Ao final, todos os RGs podem ficar com o aplicador.
- j) Reforce o quanto será importante o apoio do grupo, pois a partir de agora construiremos algo juntos, que não há espaço para julgamentos e que o sigilo será mantido.
- k) Agradeça a participação de todos.

**Atividade 2:** Como vejo o CREAS (30 minutos)

**Objetivo:** Compreender as concepções que possuem a respeito do CREAS e como se deu o encaminhamento para a instituição

**Recursos:** Diálogo com o grupo

- a) Questione os participantes a respeito de como estão se sentindo por estarem ali e o que acham sobre o CREAS. Faça perguntas como:
  - a. Para vocês, como é estar aqui?
  - b. Por qual motivo vocês acreditam que estão aqui?
  - c. O que vocês estão sentindo?
  - d. O que vocês acham a respeito do CREAS?
  - e. Já tiveram experiências anteriores com o CREAS ou instituições semelhantes? Se sim, como foi?
- b) Encoraje os participantes a dizerem o que pensam e o que sentem, sem se preocuparem se estão certos ou errados. Deixe claro que ali não é um espaço para julgamentos.
- c) Faça anotações em um quadro ou cartolina, com as principais respostas dos participantes.

**Nota:** Será realizado um trabalho com famílias que foram encaminhadas aos serviços do CREAS por praticarem violência intrafamiliar. É muito provável que os participantes não estejam ali por vontade própria, ou mesmo não entendam as razões por terem sido encaminhados ao serviço. Diante disso, muitos desafios poderão ser enfrentados, especialmente nas sessões iniciais. A intervenção do (a) mediador (a) neste momento, deve se pautar especialmente para a constituição e fortalecimento de vínculos de confiança com e entre os participantes e com o próprio espaço institucional.



**Atividade 3:** Desmistificando concepções inadequadas (30 minutos)

**Objetivos:** Apresentar a proposta de intervenção e desmistificar possíveis concepções inadequadas a respeito do CREAS.

**Recursos:** Diálogo com o grupo

- a) Apresente ao grupo, de forma sintetizada, qual a proposta do programa de intervenção do qual eles farão parte.
- b) O texto abaixo pode ser utilizado como exemplo:

Vocês farão parte de um programa de intervenção que buscará fortalecer o vínculo de vocês com as suas famílias. Ninguém está aqui para julgá-los. Juntos, vamos entender porque o uso da violência não é o melhor caminho, os impactos que isso pode ter para os seus filhos e quais podem ser as alternativas saudáveis para a resolução de possíveis conflitos familiares. Nos encontraremos a partir de agora semanalmente, durante 12 encontros, com duração aproximada de 1h30 cada. A presença e colaboração de cada um de vocês é muito importante. Eu e a equipe do CREAS estamos aqui para ajudá-los e não para puni-los ou julgá-los. Eu quero que vocês saibam que aqui é um espaço seguro, que o sigilo será mantido e vocês poderão sempre dizer o que pensam e o que sentem, sem medo de que algo possa estar errado.

- c) Reforce a função protetiva do CREAS, desmistificando possíveis concepções inadequadas que possam ter sido apresentadas anteriormente pelos participantes a respeito da instituição ou de outros serviços da rede SUAS, dos quais eles possam ter tido alguma experiência negativa.
- d) Esclareça possíveis dúvidas dos participantes a respeito do que foi conversado e de como acontecerá a intervenção.

**Mediação:** Além da herança histórica deixada pelo antigo modelo assistencialista que dificultam os serviços ofertados pelo SUAS, os profissionais que atuam na política de assistência social podem se deparar com outros entraves. Entre eles, podemos citar o modo como alguns usuários enxergam os serviços como medidas punitivas, como no caso de famílias que são encaminhadas pelo sistema judiciário. Sendo assim, devemos mostrar que se trata de um sistema de proteção social, que não tem o propósito de punir, mas sim romper com o ciclo de violência que perpassa por essas famílias, na tentativa de resgatar os vínculos que foram fragilizados, de modo que a família volte a cumprir a sua função protetiva.

Na medida que compreendemos a violência em suas dimensões histórica, cultural e social, entendemos que mesmo no trabalho com os agressores – como é o caso de pais que praticaram violência intrafamiliar, não devemos cair na naturalização e na culpabilização dos mesmos. Diferente disso, precisamos ressignificar as experiências desses sujeitos, conhecendo as vivências que os mesmos tiveram com a violência em suas histórias de vida.

Entendemos que deve haver a responsabilização dos agressores, especialmente para prevenir a reincidência da violência intrafamiliar. Mas tal responsabilização não pode ser reduzida ao aspecto criminal-penal, especialmente quando os principais agressores são os pais dessas crianças e adolescente. Assim, deve se oportunizar que esses pais reflitam e alterem seus comportamentos no cuidado com as crianças, desnaturalizando a utilização da violência como “método educativo”, no qual são aceitos e naturalizados socialmente.

ANEXO A

FRENTE

# FOTO

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

Cidade que reside atualmente: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Período que trabalha: \_\_\_\_\_

Com quem mora? \_\_\_\_\_

Quantos filhos tem? Nomes, idade: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Coisas que mais gosta de fazer: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Comida (s) preferida: (s) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Um sonho: \_\_\_\_\_

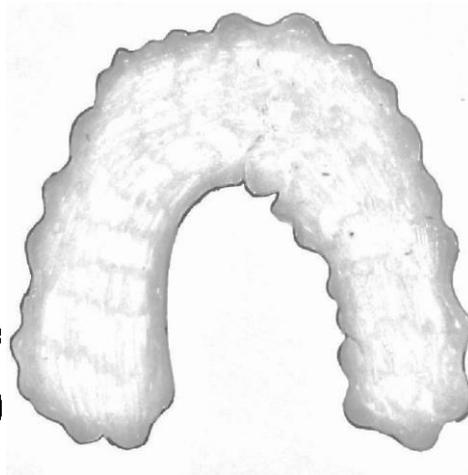
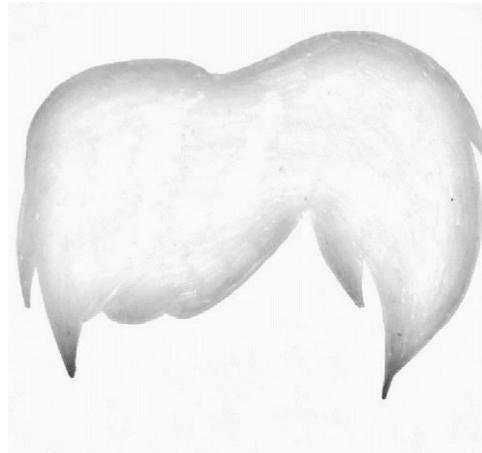
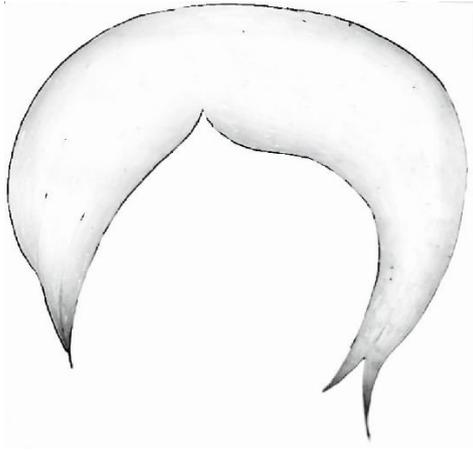
\_\_\_\_\_

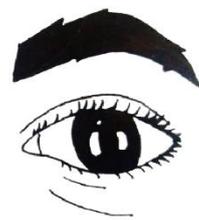
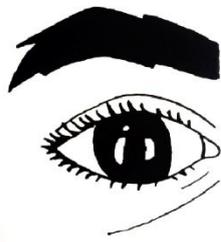
Observações: \_\_\_\_\_

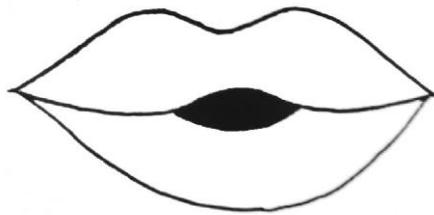
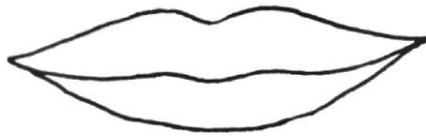
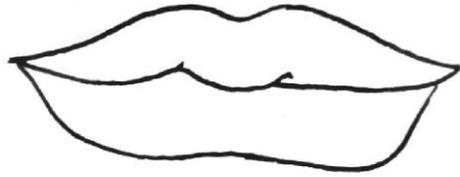
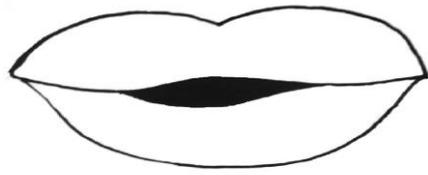
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Anexo A







## Sessão 2: Família e capacidade protetiva



Apesar das modificações em sua estrutura ao longo do processo histórico, bem como a diversidade em seus arranjos, a família permanece sendo o primeiro ambiente formativo na vida dos indivíduos. Além de ser a base do desenvolvimento físico, afetivo e psicológico, a família é responsável pela mediação da criança com o mundo, dando início ao processo de socialização. Ao falarmos sobre Família, devemos entender que este não é um conceito universal ou atemporal, mas sim, algo que é socialmente construído e que se relaciona às condições socioeconômicas e culturais de um dado momento histórico.

Há, ainda, a busca por um modelo ideal de família, mas que não corresponde à realidade objetiva da maioria da população. Nossas intervenções, mais particularmente esta sessão, devem explicitar os diferentes arranjos familiares e o rompimento com estigmas de famílias que fogem do padrão normativo, nuclear e hegemônico. É fundamental que as famílias entendam que a sua capacidade protetiva é mais importante do que a estrutura em termos de seus arranjos.

A temática “Família e capacidade protetiva”, será abordada em duas sessões, que tem como objetivos principais **1) ampliar a concepção que os participantes têm sobre o conceito de família e 2) reforçar o caráter protetivo que as famílias podem adquirir na vida de crianças e adolescentes.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Compreender as ideias e concepções que os participantes têm a respeito do conceito de família;
- ✓ Ampliar a concepção do grupo sobre o conceito de família e capacidade protetiva;
- ✓ Desconstruir noções estereotipadas e baseadas em modelos hegemônicos de família;
- ✓ Enfatizar o papel protetivo da família.



**Atividade 1:** O que é família? (15 minutos)

**Objetivo:** Compreender as ideias e concepções que os participantes têm a respeito do conceito de família

**Recursos:** Perguntas disparadoras

Para rompermos com estigmas baseados no modelo normativo, nuclear e hegemônico de família, ou mesmo reforçar ideias e comportamentos que sejam promotoras de desenvolvimento, é necessário, antes de tudo, compreendermos como os participantes entendem e definem família.

- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- b) Faça as seguintes perguntas e, se possível, deixe-as projetadas em slides (Anexo A) ou transcritas em uma lousa ou quadro que permita a visualização de todos:

- Para vocês, qual o significado de família?
- O que caracteriza o bom funcionamento da família?

- c) É importante encorajar todos os participantes a responderem as perguntas sem se preocuparem se suas opiniões estão certas ou erradas. Enfatize que eles não serão julgados em nenhum momento por suas ideias ou pensamentos.
- d) Anote, em um quadro ou numa lousa, os pontos relevantes e palavras-chaves para discussão posterior.



## **Atividade 2:** História de família (35 minutos)

**Objetivo:** Ampliar a concepção do grupo sobre os conceitos de família protetiva e família abusiva, bem como apresentar a diversidade de arranjos familiares, de modo a desconstruir noções estereotipadas e baseadas em modelos hegemônicos de família.

### **Parte A** (10 minutos)

**Recursos:** Cartões com a definição de Família Protetiva e Família Abusiva

Neste momento, a mediadora fará uma breve exposição sobre o conceito de família protetiva e família abusiva. Deverá argumentar que uma família funcional não está ligada à sua estrutura (membros que a compõem), mas sim à sua capacidade protetiva (relação de cuidado, demonstração de afeto, palavras de encorajamento, suporte em momentos de crises e dificuldades, entre outros). Esta atividade é dividida em Parte A e Parte B.

- a) Projete em alguma tela ou transcreva em um quadro as definições abaixo. Você também pode imprimir os cartões (Anexo B) e entregar para todos os participantes, de modo que possam ter uma boa visualização. Não esqueça de verificar se todos os participantes são alfabetizados.
- b) Leia a definição de Família Protetiva aos participantes.
- c) Dê um tempo para pensarem e peça para que digam para o grupo o que entenderam.
- d) Em seguida, faça o mesmo exercício com a definição de família abusiva.



#### **Família Protetiva**

Família protetiva é aquela que representa um ambiente seguro para as pessoas. É onde existe relações saudáveis, de cuidado, com o uso do diálogo e demonstração de afeto. Na família protetiva há uma relação de respeito, porque as pessoas reconhecem que são diferentes. Diante da presença de problemas e dificuldades, os membros da família procuram juntos a melhor forma de resolver essas situações.

#### **Família Abusiva**

A família abusiva é aquela que as pessoas resolvem os problemas e conflitos por meio da violência e através do uso de palavras que machucam. Numa família abusiva, os sentimentos de medo, raiva, insegurança estão frequentemente presentes no ambiente familiar. As relações entre os membros dessa família deixam de ser baseadas no respeito, pois “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

## Parte B (25 minutos)

**Recursos:** Estórias fictícias que representam a diversidade dos arranjos familiares, bem como exemplos de situações em que as famílias podem ser protetivas ou abusivas.

- a) Leia, pausadamente, as histórias abaixo para os participantes.
- b) Peça para que prestem atenção em como se dá a configuração familiar, seu modo de funcionar e como as pessoas nestas famílias resolvem os seus conflitos.
- c) Após ler cada estória, peça para que os participantes, a partir dos conceitos de família protetiva e família abusiva desenvolvidas na Parte A desta atividade, identifiquem as características e relações que tornam essas famílias protetivas ou abusivas.

① Bia tem 12 anos, está no 6º ano do ensino fundamental e vem apresentando problemas na escola há algum tempo. Além das notas baixas, os professores da garota estão chamando seus pais com frequência na escola para falar do seu comportamento. Bia está sentando no fundo da sala, não presta atenção na aula e as vezes aparece chorando porque se envolveu em brigas com os colegas. Mauro, o pai de Bia, falou para a esposa que não quer nem saber dessa situação, que é pra ela resolver ou então vai dar uma surra na menina. Sua mãe, Joana, falou para Bia que não aguenta mais tudo isso e que já tá esgotada porque tem problemas demais para se preocupar. Disse, ainda, que se Bia não melhorar seu comportamento, além de apanhar do pai, vai acabar ficando sozinha na vida.

② Pedro, de 10 anos, anda estranho nos últimos dias. Fica irritado por qualquer coisa, ou começa a chorar sem que haja um motivo aparente. Ontem estava brincando na sala de casa e, de repente, ficou muito nervoso, bateu no seu irmão mais novo e quebrou seu brinquedo preferido. Os pais de Pedro o repreenderam dizendo que o que ele fez era errado e que não se podia bater em ninguém, muito menos no seu irmão mais novo. No dia seguinte, antes de ir para a escola, os pais de Pedro o chamaram para conversar. Perguntaram ao filho o que estava acontecendo, disseram que ali era um ambiente seguro e que ele poderia contar qualquer coisa a seus pais. Pedro então falou sobre um grupo de meninos da sua escola que há algum tempo estão o chamando de gordo e feio, e que as vezes chegam a bater nele. Ao contar aos pais, Pedro chorou muito. Seus pais então o consolaram, disseram que aquilo que dizem sobre ele não é verdade e que ele é um menino lindo, incrível e que dá muito orgulho para eles. Prometeram que iam resolver a situação e que protegeriam seu filho. Após a conversa, os pais foram juntos levar Pedro na escola para que pudessem conversar com a diretora sobre o que estava acontecendo.

③ João tem 28 anos, é advogado e casou-se com Maria há 3 anos. Se conheceram na juventude e namoraram 7 anos, até o casamento. Planejaram se casar durante anos, mas esperaram até João se formar e conseguir um bom emprego. Maria tem 26 anos, começou a cursar a faculdade de pedagogia, mas abandonou no terceiro ano quando ficou grávida de Miguel, de 2 anos. Maria pretende voltar futuramente para a faculdade, mas diz que hoje prefere ficar em casa cuidando de Miguel. João apoia a decisão da esposa, mas sempre diz a ela que os planos do casal podem ser alterados se for necessário.

④ Tiago e Denise foram casados durante 15 anos. Ambos estão com 40 anos de idade e já estão separados há 5 anos. Juntos, tiveram 2 filhos. O filho mais velho do casal, que está com 17 anos, diz ter ficado muito triste quando os pais se separaram. Porém, também relata ter presenciado muitas brigas entre os pais durante a infância e que hoje fica feliz porque percebe que os pais se relacionam melhor após o divórcio. A outra filha do casal, que tem 9 anos de idade, também diz que prefere assim, porque agora tem duas casas para ficar e gosta de passear com a tia Jana (atual esposa de seu pai).

⑤ Juliana e Rodrigo moram juntos há 30 anos. Não casaram oficialmente e nunca quiseram ter filhos. Para eles a família já está completa junto com Bob e Ted (seus dois cachorrinhos).

⑥ Henrique tem 19 anos e está muito feliz por ter passado no vestibular. Vai fazer faculdade de História, porque quer ser professor, igual ao José, que lhe deu aula durante o ensino médio. O jovem mora com a avó e a tia Zilda desde os seus 3 anos de idade, quando a mãe de Henrique faleceu. O pai, nunca chegou a conhecer, mas Henrique diz não se importar com isso, pois afirma ter sido muito bem criado pela avó e pela tia, mesmo com todas as dificuldades financeiras que passaram na vida.

⑦ Mariana e Luiza se relacionam há 10 anos e moram juntas há 4, desde que assumiram a homossexualidade para a família. Os pais de Luiza não falam mais com ela desde então, mas acabou sendo tratada como filha pela família de Mari. Luiza e Mari estão na fila de adoção há 1 ano. Para elas, uma criança é o que falta para a felicidade ficar completa.

⑧ Guilherme vai fazer 15 anos no próximo mês e está terminando de decidir os detalhes para a super festa que pretende fazer. Guilherme estuda em período integral na melhor escola particular de sua cidade. Estuda inglês as terças e quintas e francês de segunda e quarta. No sábado de manhã faz natação e a tarde costuma ir ao shopping com os amigos. Mas Guilherme não gosta dos domingos, pois diz ser o dia que se sente mais sozinho. O domingo é o dia da folga de Suzi, sua babá desde que nasceu. A mãe de Guilherme fica em casa durante a noite e aos finais de semana, mas raramente faz alguma coisa com o filho, porque está sempre estressada por causa do trabalho. O pai não o vê há quase 1 mês, porque também está sempre viajando a trabalho. Guilherme está torcendo para encontrá-lo em sua festa de aniversário, mas o pai já avisou que talvez não consiga ir.

### **Atividade 3 – Minha Família (40 minutos)**

**Objetivo:** Fazer com que os participantes reflitam a respeito de suas próprias famílias, sobre momentos que conseguiram consolidar um ambiente protetivo e abusivo.

**Recursos:** Cartão impresso em folha sulfite ou papel cartão, canetas, lápis de cor e canetinhas

- a) Imprima e entregue um cartão para cada participante (Anexo C). Note que o cartão tem dois lados, portanto, o mediador deverá imprimir frente e verso.
- b) Na frente do cartão constam as definições de Família Protetiva e Família Abusiva. No verso, há três campos a serem preenchidos pelos participantes:
  - a. **Meu arranjo familiar** – Neste campo, os participantes devem descrever a sua estrutura familiar (Quem são os membros da família, idade, o que fazem, que função ocupam na família, e etc.);
  - b. **Quando fomos abusivos** – Aqui os participantes devem descrever situações em que a família não cumpriu sua função protetiva, se caracterizando como uma família abusiva;
  - c. **Quando fomos protetivos** – Neste espaço, em contrapartida, devem ser descritas situações em que a família agiu cumprindo sua função protetiva.
- c) Explique o que deve ser feito e dê tempo para os participantes pensarem e escrevem.
- d) Após todos terem preenchido seus cartões, cada participante deverá compartilhar com o grupo as experiências que foram descritas – a ordem da fala deve ser de acordo com a ordem do cartão: primeiro o arranjo familiar, depois família abusiva e, por último, família protetiva.
- e) Ressalte ao grupo que este não é um espaço para julgamentos, que todos cometemos erros e acertos, e que é importante partilhar a experiência com o grupo para que juntos possamos repensar nossas atitudes e buscar alternativas mais saudáveis para nos relacionarmos com os membros das nossas famílias.



- Para vocês, qual o significado de família?

Modelo de slide



**Família Protetiva**

Família protetiva é aquela que representa um ambiente seguro para as pessoas. É onde existe relações saudáveis, de cuidado, com o uso do diálogo e demonstração de afeto. Na família protetiva há uma relação de respeito, porque as pessoas reconhecem que são diferentes. Diante da presença de problemas e dificuldades, os membros da família procuram juntos a melhor forma de resolver essas situações.

**Família Abusiva**

A família abusiva é aquela que as pessoas resolvem os problemas e conflitos por meio da violência e através do uso de palavras que machucam. Numa família abusiva, os sentimentos de medo, raiva, insegurança estão frequentemente presentes no ambiente familiar. As relações entre os membros dessa família deixam de ser baseadas no respeito, pois “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.



## **Família Protetiva**

Família protetiva é aquela que representa um ambiente seguro para as pessoas. É onde existe relações saudáveis, de cuidado, com o uso do diálogo e demonstração de afeto. Na família protetiva há uma relação de respeito, porque as pessoas reconhecem que são diferentes. Diante da presença de problemas e dificuldades, os membros da família procuram juntos a melhor forma de resolver essas situações.



## **Família Abusiva**

A família abusiva é aquela que as pessoas resolvem os problemas e conflitos por meio da violência e através do uso de palavras que machucam. Numa família abusiva, os sentimentos de medo, raiva, insegurança estão frequentemente presentes no ambiente familiar. As relações entre os membros dessa família deixam de ser baseadas no respeito, pois “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

### **Família Protetiva**

Família protetiva é aquela que representa um ambiente seguro para as pessoas. É onde existe relações saudáveis, de cuidado, com o uso do diálogo e demonstração de afeto. Na família protetiva há uma relação de respeito, porque as pessoas reconhecem que são diferentes. Diante da presença de problemas e dificuldades, os membros da família procuram juntos a melhor forma de resolver essas situações.

### **Família Abusiva**

A família abusiva é aquela que as pessoas resolvem os problemas e conflitos por meio da violência e através do uso de palavras que machucam. Numa família abusiva, os sentimentos de medo, raiva, insegurança estão frequentemente presentes no ambiente familiar. As relações entre os membros dessa família deixam de ser baseadas no respeito, pois “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

**Meu arranjo familiar**

**Quando fomos abusivos**

**Quando fomos protetivos**

## Sessão 3: Família e capacidade protetiva



### Continuando ...

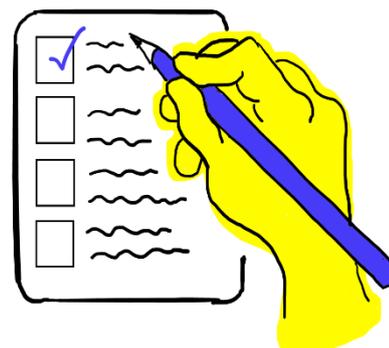
Nesta sessão, será dada continuidade a temática da família e sua capacidade protetiva. Como já fora visto anteriormente, o mais importante em uma família não é o seu arranjo familiar, visto que esse pode se dar de diversas maneiras, mas o fundamental é a capacidade protetiva de cada família, ou seja, as relações de cuidado, demonstrações de afeto, suporte em momentos de crise e necessidade, dentre outros fatores.

Ao trabalharmos com famílias que praticaram violência intrafamiliar contra seus filhos, nos deparamos com vínculos familiares fragilizados. Desta forma, para além da responsabilização dos agressores e na busca de prevenir a reincidência da violência, nossa intervenção tem como foco o resgate da capacidade protetiva e do fortalecimento desses vínculos familiares.

Sendo assim, o objetivo principal desta sessão é **reforçar o caráter protetivo que as famílias podem adquirir na vida de crianças e adolescentes.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Compreender a representação que cada participante tem da própria família;
- ✓ Identificar momentos de conflitos que estiveram presentes no ambiente familiar;
- ✓ Refletir sobre as possibilidades de fortalecer os laços familiares após a presença de conflitos;
- ✓ Repensar o conceito de família e enfatizar o seu papel protetivo.



### **Atividade 1:** Retrato de família (50 minutos)

**Objetivo:** Compreender a representação que cada participante tem da própria família e identificar momentos de conflitos que estiveram presentes no ambiente familiar

**Recursos:** Conjunto de imagens e frases, folha de sulfite/papel cartão, cola.



- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- b) Entregue a cada participante um kit (Anexo A) com um conjunto de imagens e frases. Recorte-as e coloque dentro de caixinhas ou saquinhos, de modo que cada participante tenha seu kit individual. O conteúdo de cada kit deverá ser usado tanto para realização da Parte A, quanto para a Parte B da atividade.

#### **Parte A** (15 minutos) – Situações que causaram tristeza e conflitos

- a) Entregue para cada participante o modelo impresso em papel cartão ou folha de sulfite (Anexo B) para construírem o primeiro retrato de família.
- b) Neste momento, cada participante deverá fazer a colagem de itens que representam situações que causaram tristeza e conflito dentro de suas famílias.
- c) No verso do cartão, eles poderão escrever sobre as situações ali representadas pelas imagens e frases.

#### **Parte B** (15 minutos) – Minha família ideal

- a) Entregue para cada participante o modelo impresso em papel cartão ou folha de sulfite (Anexo C) para construírem o segundo retrato de família.
- b) Neste momento, cada participante deverá fazer a colagem com itens que representam o retrato de sua família protetiva. Deverá ser escolhido imagens e frases que demonstrem como eles gostariam que fossem suas famílias.
- c) No verso do cartão, eles poderão escrever sobre o que está sendo representado como família ideal, o que eles consideram fundamental dentro do ambiente familiar, e o que mais desejarem. Caso haja no grupo uma pessoa não alfabetizada, a mediadora pode pedir que as pessoas façam apenas o relato oral de como eles imaginam a família protetiva.

#### **Parte C** (20 minutos) – Partilhar

- a) Após todos os participantes finalizarem ambos os retratos de família, pergunte se alguém deseja compartilhar com o grupo.
- b) Lembre-os sempre de que ali é um espaço seguro e livre de julgamentos.



**Nota:** Enfatize que conflitos e momentos difíceis estão presentes em todas as famílias. Entretanto, podemos sempre aprender e refletir sobre eles. Além disso, pensarmos em um modelo de família ideal neste caso, não deve ser para provocar insatisfações em relação a dinâmica familiar atual e real, mas sim, para pensarmos sobre o que gostaríamos de mudar e o que podemos fazer para alcançarmos isso.

**Atividade 2:** Era uma vez uma família (25 minutos)

**Objetivo:** Refletir sobre as possibilidades de fortalecer os laços familiares após a presença de conflitos

**Recursos:** Filme curta metragem: “Era uma vez uma família



- a) Projete em tela e exiba para os participantes o curta metragem “Era uma vez uma família”.
- b) Peça para que durante a exibição do filme eles se atentem à configuração familiar das personagens da história e aos conflitos existentes entre eles.

**Nota:** O curta “Era uma vez uma família”, desenvolvido pela ONG Promundo, é um desenho animado sem palavras que retrata os desafios cotidianos de uma família, especialmente ao que diz respeito a educação dos filhos. Os adultos retratados no vídeo, em diversas ocasiões, utilizam de castigo físico e violência psicológica na relação com os filhos. No decorrer da história é também mostrado a violência intergeracional sofrida e repetida por um dos pais. Ao final da animação, a família ganha outros desfechos para a resolução de seus conflitos que não sejam através da violência.



### **Atividade 3:** Reconceituando família (35 minutos)

**Objetivo:** Repensar o conceito de família e enfatizar o seu papel protetivo

**Recursos:** Discussão e reflexões com o grupo

- a) Neste momento, o profissional deverá mediar uma discussão com o grupo, associando os conteúdos das Sessões 2 e 3.
- b) Comece questionando aos participantes sobre o que eles acharam e entenderam da animação “Era uma vez uma família”.
- c) Retome os conceitos de família protetiva e família abusiva e questione os participantes sobre quais momentos esses conceitos estiveram presentes na história apresentada.
- d) Algumas cenas e características presentes na animação são bastante simbólicas e devem ser neste momento citadas pela mediadora para fomentar a discussão com o grupo, como por exemplo:
  - No início do vídeo, o pai do menino se descuida da criança enquanto vai comprar sorvete. A criança se distrai com a pipa e acaba ficando em uma situação de risco ao atravessar a rua.
  - Reação do pai: Fica com medo de que o filho seja atropelado, demonstra o sentimento de raiva e agride o filho verbalmente. Há crianças por perto que riem do menino que acaba levando a bronca do pai.
  - No momento da agressão verbal, o desenho mostra a **criança diminuindo de tamanho**.
  - A analogia de como a criança se sente diminuída com a violência é um recurso que o curta utilizou em diversas cenas e que pode ser bem aproveitado para conduzir a mediação nas discussões com o grupo;

**Mediação:** Incitando os participantes a falarem e pensarem sobre família, a mediação deve se pautar especialmente na desconstrução de um modelo ideal de família. Não há um protótipo de família, mas sim uma função que deve ser a base para os diferentes arranjos: a capacidade protetiva e formativa. As dinâmicas familiares serão sempre diversas e construídas com base na realidade de vida de cada um. Mas, para além dessa diversidade, a família ainda é núcleo formador de vínculos e suas ideias, valores e práticas permeiam a formação do indivíduo.



UNIÃO BRIGAS VIOLÊNCIA

COMPANHEIRISMO

AJUDA AMOR CARINHO

RESPEITO DESRESPEITO

COLABORAÇÃO DIVISÃO

AFETO HONESTIDADE

CUIDADO PROTEÇÃO

LAÇOS DE SANGUE

Retrato de família – situações que me causaram tristeza



## Retrato de uma família ideal



## Sessão 4: As múltiplas facetas da violência



A violência se manifesta de diferentes formas em nossa sociedade. Apesar de seu caráter multidimensional, podemos compreender, sumariamente, a violência como o uso da força física e coação psíquica, cuja vítima é obrigada a fazer e/ou receber algo contrário a si, a seus interesses e desejos, seu corpo e a sua consciência, de modo a possibilitar a ocorrência de danos profundos e, em algumas circunstâncias, irreparáveis. A violência não ocorre de maneira uniforme, mas através de uma multiplicidade de situações, e, por isso, há ampla variabilidade conceitual, que acompanham períodos históricos e práticas culturais distintas.

É importante enfatizar que a violência não faz parte da natureza humana, ou seja, não é algo inerente às relações sociais. Trata-se de manifestações de ordem cultural, que estão arraigadas de modo profundo nas dinâmicas sociais e na forma como estabelecemos relações interpessoais. Muitas famílias compreendem a violência como algo comum e necessário para a educação dos filhos. Além disso, não identificam situações de violência no cotidiano e naturalizam estas relações.

Desta forma, esta sessão tem 2 objetivos principais: **1) conceituar a violência;** e **2) ampliar a compreensão dos participantes sobre situações cotidianas que se constituem como formas de violação de direitos.**

### Objetivos específicos desta sessão:

- ✓ Compreender a concepção dos participantes sobre cenas e situações do cotidiano que são naturalizadas e aceitas, mas que se configuram como violência;
- ✓ Conceituar violência em seu caráter mais amplo e em suas tipificações (violência física, psicológica, sexual, negligência, violência estrutural, doméstica, policial e institucional);
- ✓ Desnaturalizar as formas de violência apresentadas;



**Atividade 1:** O que é violência? (15 minutos)

**Objetivo da Atividade:** Compreender as concepções dos participantes em relação ao conceito de violência.

**Recursos:** Perguntas disparadoras

- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- e) Faça as seguintes perguntas e, se possível, deixe-as projetadas em slides (Anexo A) ou em uma lousa ou quadro:
  - a. Para vocês, o que é violência?
  - b. Vocês podem dar exemplos de situações de violência?
- b) É importante encorajar todos os participantes a responderem as perguntas sem se preocuparem se suas opiniões estão certas ou erradas. Enfatize que eles não serão julgados em nenhum momento.
- c) Anote, em um quadro ou numa lousa, os pontos relevantes e palavras-chaves para discussão posterior.



**Nota:** As famílias tendem a descrever e dar exemplos apenas de situações de violência física e situações extremas (“violência é bater, empurrar, machucar, matar”). É importante que o mediador esteja atento a esses conceitos, pois a sessão deve ter como objetivo ampliar a compreensão dos participantes sobre a violência, incluindo as situações de violação de direitos que são naturalizadas, aceitas socialmente ou mesmo justificadas.



## **Atividade 2:** Imagens que “falam” (25 minutos)

**Objetivo:** Auxiliar os participantes no reconhecimento de diferentes formas de violência que estão presentes no cotidiano

### **Parte A** (5 minutos)

**Recursos:** Slide ou cartão com a definição de violência

- e) Projete em alguma tela a definição abaixo ou imprima o cartão (Anexo B), de modo que todos possam ter uma boa visualização.
- f) Leia a definição de violência para os participantes.
- g) Dê um tempo para pensarem e peça para que digam para o grupo o que entenderam.



### **Violência**

Violência é desconsiderar o outro como um ser humano. É quando alguém faz de uma pessoa o que ela bem entende, porque importa apenas a vontade dela. Além disso, é quando alguém com mais força ou mais poder não respeita a condição do outro e impõe a sua própria vontade. A violência pode trazer problemas físicos e psicológicos para as vítimas.

### **Parte B** (20 minutos)

**Recursos:** Imagens que representam formas de violência

Neste momento, devem ser apresentadas aos participantes fotos que representam cenas de violência presentes em nosso cotidiano. Corriqueiramente, algumas dessas situações não são compreendidas como formas de violência pelos participantes. A proposta é auxiliá-los na ampliação da compreensão sobre violência que cada um tem. Isso deve ser feito a partir da identificação das características presentes na imagem que evidenciam violação de direitos. Permita que os participantes se expressem livremente ao verem as imagens, mas também os auxilie em identificar características ou situações que constituem a violência. Deve ser estimulado o diálogo com o grupo.

- a) Mostre as imagens aos participantes através de uma projeção ou de imagens impressas em cartões (Anexo C);

- b) Ao lado das imagens constam breves legendas a respeito da situação que está sendo representada e a quais tipos de violência se referem. Essas legendas são de uso exclusivo dos mediadores, que podem utilizá-las para se orientar na discussão com os participantes. Entretanto, deixe que os participantes nesse momento se expressem livremente e digam livremente o que acreditam estar sendo representado nas imagens.
- c) Faça perguntas para estimular o diálogo:
- a. É uma representação de violência? Se sim, por que?
  - b. O que está sendo representado na foto?
  - c. Vocês já vivenciaram ou se depararam com situações como essa?

**Atividade 3:** Violências no plural (20 minutos)

**Objetivo:** Conceituar diferentes formas de violência

**Recursos:** Slides ou cartões com o conceito de diferentes tipos de violência, exemplos e consequências

- a) Projete em uma tela ou imprima os cartões (Anexo D) com as definições de violência física, psicológica, sexual, negligência/abandono, violência estrutural, doméstica, policial e institucional, contendo exemplos e possíveis consequências.
- b) Leia com calma o conteúdo para os participantes.
- c) Dê um tempo para pensarem, peça para que digam para o grupo o que entenderam e esclareça possíveis dúvidas a respeito dos diferentes conceitos de violência.
- d) Quando possível, associe tais definições as imagens que foram apresentadas na atividade anterior.

**Nota:** Esta sessão exigirá em diversos momentos a intervenção direta da mediadora, visto que conceitos acerca da violência serão definidos e exemplificados. A mediação deve esclarecer possíveis dúvidas dos participantes e desnaturalizar concepções errôneas que possam ter a respeito das formas de violência apresentadas. É necessário sempre enfatizar o quanto a violência está engendrada nas estruturas sociais e, por mais que pareça natural, na medida que se faz presente em nosso dia a dia, é fruto da realidade material em que vivemos e do modelo de sociedade em que fazemos parte.

**Atividade 4:** Refletindo (30 minutos)

**Objetivo:** Promover reflexão com os participantes a respeito dos assuntos trabalhados durante a sessão

**Recursos:** Discussão e reflexões em grupo

- e) Neste momento, o profissional deverá mediar uma discussão com o grupo, associando o conteúdo trabalhado nas atividades anteriores.
- f) Questionar se havia algum tipo de violência que eles não conheciam e o que acham a respeito
- g) Caberá ao profissional fazer mediações e explicar pontos relevantes, reforçando a conexão entre os conteúdos.
- h) Retome também as respostas dadas pelos participantes nas perguntas disparadoras da atividade 1 e os pontos relevantes que deve ter sido anotado para esta discussão.
- i) Estimule os participantes a falarem, a expressarem o que sentiram e pensaram com as atividades.
- j) Esclareça possíveis dúvidas.

## Modelo de slide



- Para vocês, o que é violência?

Modelo de slide



**Conceituando...**

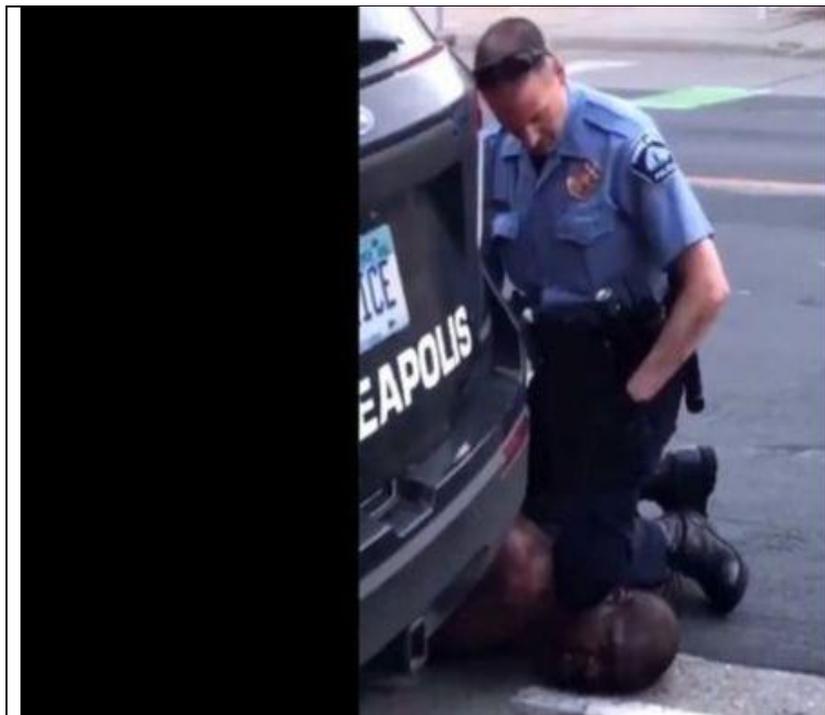
### **Violência**

Violência é desconsiderar o outro como um ser humano. É quando alguém faz de uma pessoa o que ela bem entende, porque importa apenas a vontade dela. Além disso, é quando alguém com mais força ou mais poder não respeita a condição do outro e impõe a sua própria vontade. A violência pode trazer problemas físicos e psicológicos para as vítimas.



## **Violência**

Violência é desconsiderar o outro como um ser humano. É quando alguém faz de uma pessoa o que ela bem entende, porque importa apenas a vontade dela. Além disso, é quando alguém com mais força ou mais poder não respeita a condição do outro e impõe a sua própria vontade. A violência pode trazer problemas físicos e psicológicos para as vítimas.



Essa é uma das imagens mais emblemáticas do caso George Floyd. Trata-se de um exemplo de **Violência Policial**. George Floyd, homem negro, foi assassinado no dia 25 de Maio de 2020, em um município dos Estados Unidos por um policial branco que ajoelhou-se em seu pescoço e o estrangulou até a morte. Após uma abordagem, o policial Derek Chauvin faz uso intencional, excessivo e injustificado, o que ocasionou na morte de Floyd.



A imagem mostra uma criança em situação de rua. Diversas formas de violência estão presentes em situações como essa, como **Negligência/Abandono**, **Violência Estrutural** e **Simbólica**. Sobretudo, essa imagem representa a violação dos direitos básicos e fundamentais de crianças e adolescentes que vivenciam situações como essa.



Esta imagem retrata uma situação de **trabalho infantil**, que também representa uma condição de violência que fere os **direitos básicos** das crianças. Crianças que trabalham, especialmente nas ruas, estão expostas a diversas situações de risco. Além disso, algumas deixam de frequentar as escolas ou de se envolver em atividades que são típicas e necessárias a elas (como brincar, por exemplo).



Esta é uma imagem da sociedade brasileira. Nesta foto fica evidente o modo como a desigualdade social está evidente em nossa estrutura social. Do lado esquerdo está representado a realidade de diversas comunidades, que se fazem presentes especialmente nas capitais brasileiras, onde seus moradores vivem em condições precárias de subsistência. Logo ao lado direito, temos o outro extremo, uma parcela mínima da sociedade que detêm a maior parte do lucro e se encontram no topo da pirâmide econômica e social. Representações potentes da **Violência estrutural**.



Nas imagens 5 e 6 estão representadas pessoas em situação de rua, além de ser retrato também da **violência estrutural**. Pessoas em situação de rua frequentemente sofrem de outros tipos de violência, como **física** e **psicológica**, e muitas vezes são submetidas aos **abusos de autoridade** das forças policiais. O preconceito, a privação de direitos estão diretamente associados a essa população.

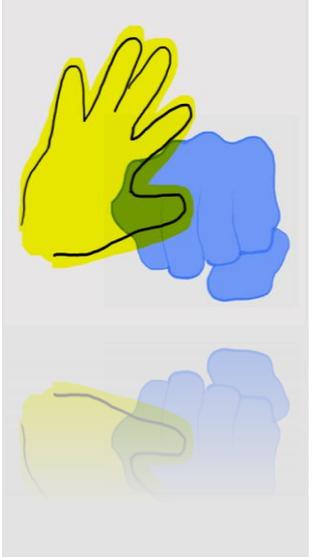


Esta imagem ilustra a **Violência Doméstica** sofrida por mulheres. Em casos como esse, que atingem números alarmantes em nossa sociedade machista e patriarcal, a mulher se torna submissa ao homem e é tratada propriedade. O punho do homem na foto pode representar a violência física, frequentemente associado a esse tipo de violência. Essa foto também pode evocar outros tipos de violência contra mulher (psicológica, patrimonial, etc.).



Esta foto tem o potencial de evocar nos participantes a **Violência Psicológica**, sofrida especialmente por mulheres. Está ligada a ameaças, insultos, constrangimento e humilhação da vítima.

# Conceituando violência(s)





**Violência Policial:** Abuso de autoridade e de poder por parte da polícia. Uso intencional de força excessiva e injustificada, podendo ser física ou através de intimidações, que ferem os direitos humanos. Voltada principalmente para segmentos sociais marginalizados, como favelas e pessoas negras.

**Exemplos:** Prisões falsas, sem provas; abordagens agressivas, bater ou matar mesmo que não haja resistência à prisão.

**Consequências:** Altas taxas de homicídios de jovens negros nas periferias do Brasil; população passa a temer mais a polícia do que a criminalidade.

**Violência Estrutural:** Resultado das formas de organização e política da sociedade. Está embutida na estrutura social e se apresenta nas desigualdades sociais e de poder. Violência oriunda do Estado e de falhas nas políticas públicas.

**Exemplos:** Fome, desemprego, extrema pobreza, racismo, trabalho escravo.

**Consequências:** Afeta os direitos básicos dos indivíduos, como acesso a alimentação, educação, saúde e segurança. Sociedade dividida em classes. Lucro e poder estão acima da vida humana.



**Violência Doméstica:** Prática de violência de um membro do núcleo familiar em relação ao outro. As mulheres são as principais vítimas da violência doméstica. Ocorre devido a modelos sociais patriarcais e machistas, em que o homem é colocado como centro da família, fazendo com que a mulher seja submissa a ele. O homem trata a mulher como sua propriedade.

**Exemplos:** Agressões físicas ou verbais por ciúmes excessivo, ou sem razões justificáveis; relações sexuais forçadas ao achar que a mulher tem a obrigação de satisfazer o marido a qualquer hora.

**Consequências:** Traumas físicos, danos emocionais irreparáveis, depressão, suicídio.

**Violência Psicológica:** Considerada a mais difícil de se identificar. A violência psicológica é a mais frequente, apesar de ser a menos denunciada, justamente pela vítima não se dar conta de que está sofrendo violência ou considera-la como natural, visto que é a menos visível em seu caráter material.

**Exemplos:** Ameaças, insultos, constrangimento, humilhação, manipulação, intimidação, chantagem, perseguição, e dentre outros meios.

**Consequências:** Dano emocional, psíquico, sentimento de rejeição e desvalia na vítima.



**Violência Física:** Utilização intencional da força física visando ferir alguém ou a um grupo, colocando em risco a integridade da vítima. O agressor busca ferir, lesar, provocar dor e sofrimento na vítima, podendo deixar ou não marcas evidentes em seu corpo.

**Exemplos:** Tapas, socos, chutes, empurrões, arremessos de objetos, queimaduras, mutilações.

**Consequências:** Os danos vão além do trauma físico – que dependendo da gravidade pode levar a morte ou ocasionar deficiências de desenvolvimento, como também está associada a prejuízos psíquicos e emocionais.

**Violência Sexual:** Uso da força, intimidação, coerção e dentre outros meios para obrigar uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, sem a vontade e permissão da vítima. Pode visar ou não o lucro com o abuso da sexualidade sem o desejo do outro.

**Exemplos:** Assédios, abusos, estupros, exploração sexual.

**Consequências:** Comprometimento na saúde física, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, danos irreparáveis para a saúde mental da vítima.



**Negligência/Abandono:** Omissão em termos de cuidados básicos, que ferem os direitos e necessidades da vítima. As crianças são as principais vítimas da negligência. Está relacionado a privar a criança de algo que ela necessita e que é essencial para o seu desenvolvimento saudável.

**Exemplos:** Privação de alimentos, medicamentos, ausência de proteção no frio ou no calor, descuido com a higiene pessoal.

**Consequências:** Além dos possíveis danos físicos e emocionais, a negligência pode acarretar em prejuízos irreparáveis ao desenvolvimento da criança.

**Violência Institucional:** Exercida pelas instituições e serviços públicos, como hospitais, escolas, delegacias, judiciário. Tais agentes que deveriam proteger e ofertar serviços de qualidade, cometem a violência institucional através de ações, omissões, abusos cometidos em relações de poder desiguais entre usuários e profissionais.

**Exemplos:** Negligência, maus tratos no atendimento, discriminação por raça, cor, opção sexual, gênero. Falta de escuta, frieza, duvidar da vítima mediante apresentação de queixa.

**Consequências:** Pode causar danos físicos e psicológicos para os usuários, agravamento na condição de saúde, além do impacto social e econômico.

## Sessão 5: Violência doméstica Contra Crianças e Adolescentes



A violência doméstica, também conhecida como violência intrafamiliar, é a prática de violência de um membro do núcleo familiar em relação a outro. Trata-se de um problema de saúde pública de grande expressividade. Cotidianamente, crianças e adolescentes são vítimas desse tipo de violência. A violência doméstica pode, ainda, se apresentar como uma distorção do cuidar, na medida que pais ou responsáveis se utilizam de práticas educativas coercitivas, onde o uso da violência como forma de punição representa um fator de risco para o desenvolvimento da criança e do adolescente, comprometendo sua saúde, bem-estar e performance social.

Uma modalidade muito conhecida desse tipo de violência é o Castigo Corporal, que se refere à busca por alterações de comportamentos considerados inadequados pelos pais e/ou responsáveis por intermédio da violência física. O Castigo Corporal se enquadra numa suposta “proposta educativa”, cuja a punição física é vista como necessária para corrigir os comportamentos indesejados dos filhos. Entretanto, a violência física não é a única a se fazer presente na violência doméstica contra crianças e adolescentes, como será abordado nesta sessão. De qualquer forma, a violência doméstica é uma estratégia inadequada, ineficiente e que se baseia na dominação por uma condição de superioridade, cujos danos na vida da vítima podem ser diversos.

Os adultos responsáveis devem exercer sua autoridade em relação à criança e ao adolescente de maneira confiável, facilitando para que os mesmos desenvolvam seus recursos internos e externos de forma saudável. Sendo assim, está sessão tem como objetivos principais **1) Apresentar o conceito de violência doméstica aos participantes, e 2) Especificar a violência doméstica contra crianças e adolescentes, evidenciando seus impactos na vida das vítimas.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Compreender a concepção dos participantes a respeito da violência doméstica;
- ✓ Apresentar o conceito de violência doméstica aos participantes;
- ✓ Especificar a violência doméstica contra crianças e adolescentes;
- ✓ Evidenciar os impactos da violência doméstica na vida de crianças e adolescentes.



### **Atividade 1:** Violência doméstica (25 minutos)

**Objetivos:** Compreender a concepção dos participantes e apresentar o conceito formulado acerca de violência doméstica

**Recursos:** Perguntas disparadoras e definição de violência doméstica

- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- b) Faça as seguintes perguntas e, se possível, deixe-as projetadas em slides ou transcritas em um quadro que permita a visualização de todos (Anexo A) ou em uma lousa ou quadro:
  - a. O que vocês entendem por violência doméstica?
  - b. Quem pode ser vítima de violência doméstica?
  - c. Qual a diferença entre violências que acontecem dentro e fora de casa?
- c) É importante encorajar todos os participantes a responderem as perguntas sem se preocuparem se suas opiniões estão certas ou erradas. Enfatize que eles não serão julgados em nenhum momento por suas ideias ou pensamentos.
- d) Anote, em um quadro ou numa lousa, os pontos relevantes e palavras-chaves para discussão posterior.
- e) Projete em alguma tela (Anexo B) ou transcreva em um quadro a definição abaixo. Você também pode imprimir o cartão (Anexo C) e entregar para todos os participantes, de modo que possam ter uma boa visualização. Não esqueça de verificar se todos os participantes são alfabetizados.
- f) Leia a definição de Violência doméstica para aos participantes.



#### **Violência doméstica**

Violência doméstica é a prática de violência de um membro do núcleo familiar em relação ao outro. Um membro, considerado mais forte ou que tem mais poder, utiliza-se da violência para dominar, coagir e intimidar o outro, considerado mais fraco e com menos poder. Pode ocorrer no contexto de um casamento ou relacionamento (violência conjugal), contra crianças e adolescentes ou contra idosos. Além disso, pode ocorrer de diferentes maneiras, como violência física, psicológica, sexual e abandono/negligência.

- g) Dê um tempo para os participantes pensarem e peça para que digam ao grupo o que entenderam. Esclareça possíveis dúvidas levantadas pelo grupo.

**Atividade 2:** Violência doméstica contra crianças e adolescentes (25 minutos)

**Objetivo:** Especificar e conceituar a violência doméstica contra crianças e adolescentes

**Recursos:** Cartões com a definição de violência doméstica contra crianças e adolescentes

- a) Projete em alguma tela (Anexo D) ou transcreva em um quadro a definição abaixo. Você também pode imprimir o cartão (Anexo E) e entregar para todos os participantes, de modo que possam ter uma boa visualização.
- b) Leia a definição de Violência doméstica contra crianças e adolescentes para aos participantes.



**Violência doméstica contra crianças e adolescentes**

A violência doméstica contra crianças e adolescentes se configura como uma distorção do cuidar. Refere-se a práticas agressivas, onde a violência é usada de modo a reprimir e punir comportamentos considerados inadequados. A violência doméstica contra crianças e adolescentes não é natural, mas naturalizada e justificada histórica e socialmente. Fomos durante muito tempo ensinados que a violência seria um recurso eficaz para corrigir maus comportamentos e que os pais têm o direito de bater em seus filhos. Entretanto, trata-se de uma estratégia inadequada e ineficiente, que pode ter sérias consequências para a desenvolvimento da criança, a curto, médio e longo prazo.

- c) Dê um tempo para pensarem, peça para que compartilhem com o grupo o que entenderam e o que acham a respeito da definição apresentada.
- d) Esclareça possíveis dúvidas e dialogue com o grupo. Este conteúdo pode ser sensível aos participantes, tendo em vista que foram encaminhados ao CREAS justamente por terem violado os direitos das crianças e adolescentes que são responsáveis.



**Nota:** É comum que pais ou responsáveis enxerguem a punição dos filhos, feita por meio da violência, como algo merecido e necessário, especialmente por obterem efeitos imediatos na alteração do comportamento da criança. Entretanto, essa visão é incorreta e deve ser desconstruída e desnaturalizada. A punição faz com que a criança altere seu comportamento de forma rápida e imediata por medo de que a violência se repita, mas não como uma ação consciente, entendendo o que fizeram de errado. Além disso, crianças que sofrem agressão e coerção, poderão seguir o mesmo modelo para a resolução de conflitos futuros. Deste modo, os adultos responsáveis devem exercer sua autoridade em relação à criança e ao adolescente de maneira segura, saudável e confiável, sempre com base no diálogo.

**Atividade 3:** Impactos da violência doméstica para crianças e adolescentes (40 minutos)

**Objetivo:** Evidenciar os impactos da violência doméstica na vida de crianças e adolescentes

**Recursos:** Charges que representam situações de violência intrafamiliar

Nesta atividade, serão apresentados, através de charges<sup>3</sup>, exemplos de situações cotidianas vivenciadas entre os pais/responsáveis junto aos seus filhos, em que o uso da violência se faz comum para a resolução de conflitos. O mediador deverá, junto com os participantes, pensar sobre as problemáticas dessas práticas e refletir sobre os possíveis impactos que isso tem na vida de seus filhos.

- a) Projete em alguma tela (Anexo F) ou imprima (Anexo G) cada uma das charges<sup>1</sup>. Leia-as para os participantes.
- b) Após a leitura e demonstração de cada charge, reflita com os participantes sobre as problemáticas da situação apresentada. Faça perguntas como:
  - a. Qual o problema na situação apresentada?
  - b. Houve presença de violência para solucionar o conflito?
  - c. Quais poderiam ser as outras formas de solução possíveis?
  - d. Vocês já vivenciaram situações semelhantes com seus filhos?
  - e. Quais os possíveis impactos de situações semelhantes a essa na vida de crianças e adolescentes?
- c) Auxilie-os a pensarem sobre o tipo de violência que está sendo apresentado (física, psicológica ou negligência) e de que forma isso pode impactar a vida das crianças.
- d) Investigue se os próprios participantes já se utilizaram de métodos semelhantes na educação de seus filhos.
- e) Cada uma das charges apresenta possíveis mediações que podem ser conduzidas com o grupo (este material é de uso exclusivo dos mediadores). É importante destacar que são apenas exemplos e direcionamentos que podem ser dados, mas

---

<sup>3</sup>Até o momento, apenas uma charge foi elaborada como modelo para esta dissertação. Entretanto, o enredo e os conteúdos das demais charges já foram desenvolvidos e serão reorganizados no futuro, e se possível, ilustradas por um profissional.

as falas dos participantes e a percepção sobre os casos será fundamental para a condução de discussões que apresentem resolutividade ao problema, substituindo as situações de violência por práticas educativas que sejam saudáveis.

### **Enredo história 1**

Ricardo vai ao supermercado e acaba levando o seu filho Pedro, de 7 nos. Ao passarem pelo corredor de doces, a criança insiste em levar algumas daquelas guloseimas. Ricardo está com o dinheiro contado para comprar somente o essencial e diz ao filho que não pode. Pedro insiste, começa a gritar e se joga no chão. Ricardo fica estressado e grita com o filho no meio do supermercado. Diz, ainda, que nunca mais vai levá-lo a lugar nenhum e lhe dá algumas palmadas. Após apanhar, a criança para imediatamente seu comportamento de birra e começa a chorar dizendo que está doendo. Ricardo diz que se ele não parar de chorar vai apanhar novamente e termina às pressas a compra no supermercado, principalmente porque muitos clientes ficaram assustados ao presenciarem a situação.

### **Mediação**

Nesta charge estão representadas diferentes formas de violência: a violência física, a coação por meio da ameaça (se não parar de chorar, vai apanhar novamente; dizer que nunca mais vai levar o filho a lugar algum), além de expor a criança a uma situação humilhante, o agredindo na frente de outras pessoas.

Alguns pontos devem ser enfatizados no diálogo com os participantes:

- A criança pode ainda não ter consciência a respeito das limitações financeiras da família. Cabe ao adulto responsável explicar tais condições;
- Bater na criança não resolve o problema, pois apenas vai gerar o medo, sem, no entanto, possibilitar à criança um processo reflexivo e de aprendizagem;

Em situações semelhantes, alternativas que podem ser pensadas:

- Não atender a vontade da criança, interromper as compras e explicar depois para a criança que esse tipo de comportamento não é adequado e não vai possibilitar que ela obtenha o que deseja.

- Tentar deixar a criança com outro adulto responsável durante a ida ao supermercado;

Caso isso não seja possível, converse com a criança antes mesmo de sair de casa. Explique, na linguagem dela, a situação e o que ela pode ou não fazer.

### **Enredo história 2**

Maria atende o telefone de sua casa e logo percebe que é a diretora da escola onde seu filho Victor, de 12 anos, estuda. A diretora informa que Victor se envolveu em uma briga na hora do recreio e que foi ele quem provocou a situação. Diz, ainda, que Maria precisa comparecer a escola com urgência. Chegando lá, relataram o ocorrido para a mãe e ainda falam sobre o mau desempenho escolar que Victor anda tendo na maioria das disciplinas. Maria fica extremamente nervosa. Ainda na sala da diretora, diz à Victor que não está aguentando mais o filho, que ele vai acabar se tornando um “marginal” e que quando chegar em casa levará uma surra.

### **Mediação**

Nesta charge, não sabemos se a mãe de fato bateu ou não na criança ao chegar em casa, mas já fica evidente a presença da violência psicológica em razão das ameaças.

Deve ficar claro que o comportamento da criança de se envolver em brigas na escola não é correto, inclusive sendo pontuado isso à criança. Entretanto, a coação e possibilidade de recorrer a violência não é o caminho para resolver esse conflito. É preciso entender o que está causando o comportamento agressivo da criança e quais as dificuldades que a mesma tem na escola tem está afetando o seu desempenho escolar. Os participantes devem propor alternativas para que sejam estabelecidos canais de comunicação saudáveis para a resolução desses problemas.

### **Enredo história 3**

Bia tem 16 anos e há 2 anos está apresentando problemas na escola. A professora, mais uma vez, chama seus pais para se queixarem. Marcio e Tainá, pais de Bia, ouvem da professora que Bia não anda frequentando as aulas e que há boatos de que a adolescente está se envolvendo com drogas. Marcio e Tainá, ao ouvirem as queixas da professora, dizem que não sabem mais o que fazer com a adolescente. Afirmam que ela está perdida na vida e começam a discutir entre si ainda na sala da professora. Os pais de Bia brigam muito e colocam a culpa um no outro a

respeito do mau comportamento da garota. Ao chegarem em casa, Bia apanha dos pais de cinta. Eles apenas dizem à adolescente que não querem mais problemas na vida deles e que ela ficará 1 mês de castigo sem sair de casa.

### **Mediação**

A charge 3 ilustra uma dificuldade de diálogo entre os membros da família. Há presença de violência, tanto no relacionamento conjugal dos pais, como em relação à filha.

Sem dúvidas, os pais precisam exercer sua responsabilidade e autoridade, estabelecer limites e regras, mostrar para a adolescente o que é certo e errado. Mas isso precisa ser feito por meio de diálogos e processos educativos saudáveis, o que inclui até mesmo a forma como os pais interagem entre si. O possível envolvimento com drogas é algo sério, que precisa ser investigado. É importante também que os participantes ofereçam à filha um tratamento, caso ela esteja realmente usando algum tipo de substância psicoativa. A mediadora pode, nesse momento, apresentar serviços disponíveis na rede de proteção que a adolescente pode ser encaminhada.

### **Enredo história 4**

Rick tem 5 anos e Gustavo tem 10. Eles moram apenas com a mãe, Joana, que trabalha em dois períodos para conseguir sustentar os dois filhos. Ambos os meninos ficam na escola até às 17h, porque estudam em tempo integral. Joana chega somente às 21h em casa, mas sempre deixa a comida pronta no dia anterior para os filhos. Gustavo, como é o mais velho, fica com a responsabilidade de cuidar do irmão mais novo. Joana fica apreensiva de deixar os meninos sozinhos durante esse tempo, mas não tem com quem deixá-los, tampouco pagar alguém para cuidar dos filhos. Mas, sempre que chega em casa, encontra tudo bagunçado, cheia de brinquedos do Rick espalhados pela casa, enquanto Gustavo não sai da televisão. Joana, já muito cansada do trabalho, fica irritada com essa situação. As vezes dá algumas palmadas em Gustavo, diz ao menino que ele não faz nada do que ela pede e que ela já não está aguentando mais. Joana ainda o ameaça, dizendo que se Gustavo não ajudar a cuidar de Rick, não vai mais voltar para casa e deixará os filhos sozinhos. Gustavo sempre chora muito quando a mãe diz isso.

### **Mediação**

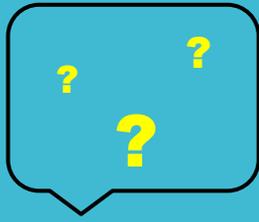
O exemplo apresentado na charge 4 reflete a realidade de muitas mães brasileiras. Sem contar com suporte social e familiar para a educação dos filhos, enfrentam no dia a dia muitas dificuldades. Isso pode impactar severamente o equilíbrio emocional dessas mães, que levam uma vida com muitas sobrecargas.

A mediadora pode mencionar junto aos participantes a possibilidade de inserção da família em programas sociais de transferência de renda. Dessa forma, talvez ela não precise estar em dois empregos e teria mais tempo para cuidar dos filhos.

Entretanto, mesmo diante de situações semelhantes a essa, deve ser esclarecido ao adulto responsável que a violência, seja física ou psicológica, nunca é um caminho eficaz e que pode ter impactos negativos na vida das crianças.

Além disso, pode ser discutido com o grupo a grande responsabilidade que está sendo imposta ao irmão mais velho (trata-se de uma criança cuidando de outra).

Torna-se evidente que a mãe, e principalmente os filhos, precisam de uma rede de apoio de suporte social e emocional. Além de fortalecer os vínculos entre a família e romper com o ciclo da violência, é também papel dos profissionais do SUAS apresentarem caminhos para os outros desafios enfrentados em situações semelhantes a essa.



**O que é violência doméstica?**

- O que vocês entendem por violência doméstica?

## Conceituando...

### **Violência doméstica**

Violência doméstica é a prática de violência de um membro do núcleo familiar em relação ao outro. Um membro, considerado mais forte, utiliza-se da violência para dominar, coagir e intimidar o outro mais fraco. Pode ocorrer no contexto de um casamento ou relacionamento (violência conjugal), contra crianças e adolescentes, ou contra idosos. Além disso, pode assumir diferentes tipificações, como violência física, psicológica, sexual e abandono/negligência.



## **Violência doméstica**

Violência doméstica é a prática de violência de um membro do núcleo familiar em relação ao outro. Um membro, considerado mais forte, utiliza-se da violência para dominar, coagir e intimidar o outro mais fraco. Pode ocorrer no contexto de um casamento ou relacionamento (violência conjugal), contra crianças e adolescentes, ou contra idosos. Além disso, pode assumir diferentes tipificações, como violência física, psicológica, sexual e abandono/negligência.

## Conceituando...

### **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**

A violência doméstica contra crianças e adolescentes se configura como uma distorção do cuidar. Refere-se a práticas educativas agressivas, onde a violência é usada de modo a reprimir e punir comportamentos considerados inadequados. A violência doméstica contra crianças e adolescentes não é natural, mas naturalizada e justificada histórica e socialmente. Fomos durante muito tempo ensinados que a violência seria um recurso eficaz para corrigir maus comportamentos, e que os pais tem o direito de bater em seus filhos. Entretanto, trata-se de uma estratégia inadequada e ineficiente, que pode ter sérias consequências para o desenvolvimento da criança, a curto, médio e longo prazo.

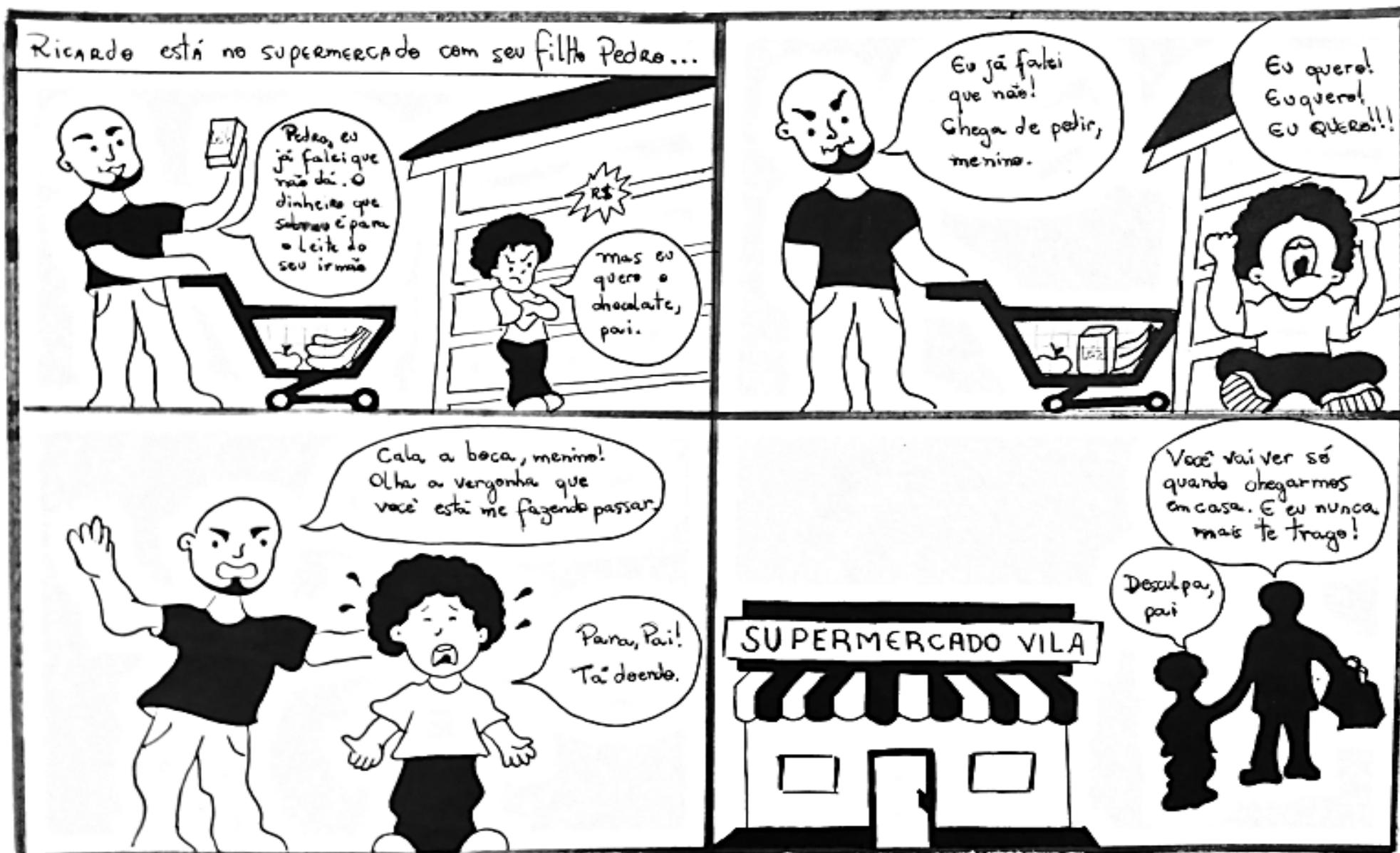


## **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**

A violência doméstica contra crianças e adolescentes se configura como uma distorção do cuidar. Refere-se a práticas educativas agressivas, onde a violência é usada de modo a reprimir e punir comportamentos considerados inadequados. A violência doméstica contra crianças e adolescentes não é natural, mas naturalizada e justificada histórica e socialmente. Fomos durante muito tempo ensinados que a violência seria um recurso eficaz para corrigir maus comportamentos, e que os pais tem o direito de bater em seus filhos. Entretanto, trata-se de uma estratégia inadequada e ineficiente, que pode ter sérias consequências para a desenvolvimento da criança, a curto, médio e longo prazo.

# Charges





## Sessão 6: Naturalização e Intergeracionalidade da Violência



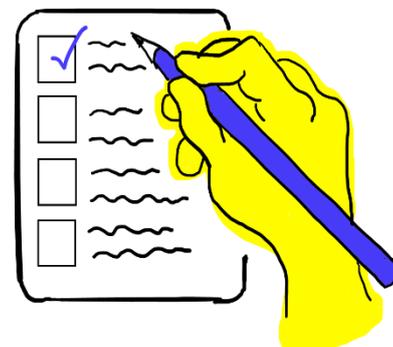
A intergeracionalidade diz respeito ao intercâmbio que ocorre entre as gerações, como uma espécie de herança cultural que é transmitida de uma geração a outra (transmissão de valores, condutas, normas, etc.). Esse movimento é fundamental para que haja a apropriação às objetivações resultantes das atividades das gerações passadas, para que assim possam ser subjetivadas pelas novas gerações.

Entretanto, situações de violência vivenciadas em nossas próprias famílias podem ser naturalizadas e passadas de uma geração a outra, gerando a falsa ideia de que a utilização da violência é um método eficaz para a resolução de conflitos e promoção de educação. Este fenômeno é intitulado como processo de intergeracionalidade da violência. Este fenômeno refere-se à reprodução de práticas tóxicas, coercitivas e permeadas por violência que estiveram presentes na vida de pais e cuidadores e que são repetidas na educação de crianças e adolescentes. Torna-se necessário romper com o ciclo de perpetuação da violência, construindo novos sentidos e significados ao ato de educar, de modo que os relacionamentos familiares deixem de associar amor e educação à violência.

Desta forma, os objetivos principais desta sessão são: **1) desnaturalizar a concepção dos participantes sobre práticas violentas que possam ser consideradas educativas e necessárias, e 2) possibilitar a reflexão sobre a necessidade da quebra da violência intergeracional.**

### Objetivos específicos desta sessão:

- ✓ Compreender as ideias dos participantes a respeito de práticas consideradas comuns e rotineiras, mas que na verdade se caracterizam como formas naturalizadas de violência;
- ✓ Ampliar a concepção do grupo a respeito dos conceitos de naturalização e intergeracionalidade da violência;
- ✓ Desnaturalizar padrões relacionais não saudáveis que possam estar presentes nas relações familiares.



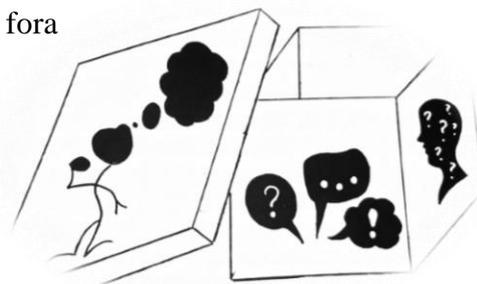
**Atividade 1:** Caixa dos pensamentos (20 minutos)

**Objetivo da Atividade:** Compreender as ideias dos participantes a respeito de frases recorrentemente ditas pelo senso comum e que se associam à naturalização da violência.

**Recursos:** Frases projetadas ou impressas

- h) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- i) Pegue a caixa dos pensamentos, que deve ter sido confeccionada antes pelo mediador. Você pode pegar uma caixa qualquer e encapá-la como sugerido no modelo (Anexo A).
- j) Recorte as frases separadamente (Anexo B) e coloque-as dentro da caixa.
- k) Cada participante retira uma frase por vez, lê em voz alta para o grupo e diz se concorda ou não com a afirmativa.
- l) Depois, o mediador pergunta para o grupo o que eles pensam a respeito da frase.
- m) Repita o processo até que se encerre a leitura de todas as frases.
- n) As frases abaixo são as mesmas que deverão estar na caixa.

- Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher
- Homens recorrem a violência quando se sentem intimidados
- Se bateu foi porque o outro provocou
- Se você não for um bom menino ou uma boa menina, ninguém vai gostar de você
- Umás chineladas nunca mataram ninguém
- Palmada de amor não dói
- Foi pelos tapas que levei que me tornei o homem ou a mulher que sou hoje
- Sou a pessoa que me tornei hoje graças as palmadas e castigos que meus pais me deram
- Se eu não bater ele vai apanhar do mundo lá fora
- Eu apanhei e não morri
- Um tapinha não dói
- Eu também apanhei e nunca virei bandido
- Se virou bandido foi por falta de apanhar
- Bandido bom é bandido morto



- o) É importante encorajar todos os participantes a responderem sem se preocuparem se suas opiniões estão certas ou erradas. Enfatize que eles não serão julgados em nenhum momento por suas ideias ou pensamentos.
- p) Anote, em um quadro ou numa lousa, as respostas dos participantes para discussão posterior.



**Nota:** Todas as afirmativas são **FALSAS**, pois dizem respeito a frases amplamente utilizadas pelo senso comum que naturalizam e tentam legitimar diversos tipos de violência. É provável que os participantes acreditem que algumas delas sejam verdadeiras. Se atente as justificativas dadas por eles, pois será necessário ao longo da sessão desconstruirmos ou problematizarmos tais concepções.

## **Atividade 2:** Conceituando (20 minutos)

**Objetivo:** Fornecer ou ampliar a concepção do grupo a respeito dos conceitos de naturalização e intergeracionalidade da violência

**Recursos:** Projeção ou cartões com as definições de Naturalização e Intergeracionalidade da Violência.

- a) Projete em alguma tela (Anexo C) ou transcreva em um quadro a definição abaixo. Você também pode imprimir o cartão (Anexo D) e entregar para todos os participantes, de modo que possam ter uma boa visualização. Não esqueça de verificar se todos os participantes são alfabetizados.
- b) Leia a definição de Naturalização para aos participantes.

### **Naturalização**



Naturalização é quando achamos que as coisas são de uma forma porque sempre foram assim e não há como mudar. É como se aceitássemos a ideia de que nada pode ser feito, pois as pessoas nasceram assim ou as coisas acontecem no mundo sem uma explicação.

- c) Dê um tempo para pensarem e peça para que digam para o grupo o que entenderam.
- d) Agora, faça o mesmo exercício com o grupo a partir da definição de Intergeracionalidade da Violência, que também poderá ser projetada (Anexo C) ou impressa (Anexo D).

### **Intergeracionalidade da Violência**



Intergeracionalidade da Violência é quando fazemos uso de práticas ou ações que nossos pais ou cuidadores utilizavam conosco e nem nos damos conta, mas que são formas de violência. São xingamentos, tapas, castigos, maus-tratos, entre tantas outras coisas, que sofríamos durante a nossa infância ou na nossa vida, mas que não percebemos que estamos fazendo a mesma coisa com os nossos filhos. Por isso, passamos acreditar que as coisas sempre foram assim (desde que o mundo é mundo!) e não há como mudar.

- e) Após a leitura do conceito de intergeracionalidade da violência, dê um tempo para pensarem e peça para que digam para o grupo o que entenderam.

### Atividade 3: Vida Maria (10 minutos)

**Objetivo:** Exemplificar os conceitos de naturalização e intergeracionalidade da violência através de recurso audiovisual

**Recursos:** Filme curta metragem “Vida Maria”, projeto (ou TV) e caixa de som



- a) Projete em tela e exiba para os participantes o curta metragem “Vida Maria”.
- b) Peça para que durante a exibição do filme eles se atentem ao modo como os conceitos apresentados anteriormente de naturalização e intergeracionalidade se expressam na história representada.

**Nota:** O curta “Vida Maria” foi desenvolvido pelo animador Márcio Ramos, em 2006, no Ceará. Trata-se de uma animação que representa a realidade de diversas gerações no sertão do nordeste brasileiro – embora o conteúdo apresentado no filme não se limite a realidade apenas dessa população. O filme narra a trajetória de várias gerações de mulheres que foram privadas de educação formal e de diversos componentes necessários para uma infância saudável, como a brincadeira. As diversas “Marias” (José, de Lurdes, Aparecida, das Dores, e entre outras) abandonaram os estudos para trabalhar e ajudar nos afazeres domésticos. As Marias crescem, se casam e continuam a reproduzir com suas filhas a lógica que aprenderam desde a infância. Portanto, naturalizam a violência a perpetuam a violência nas gerações sucessoras.



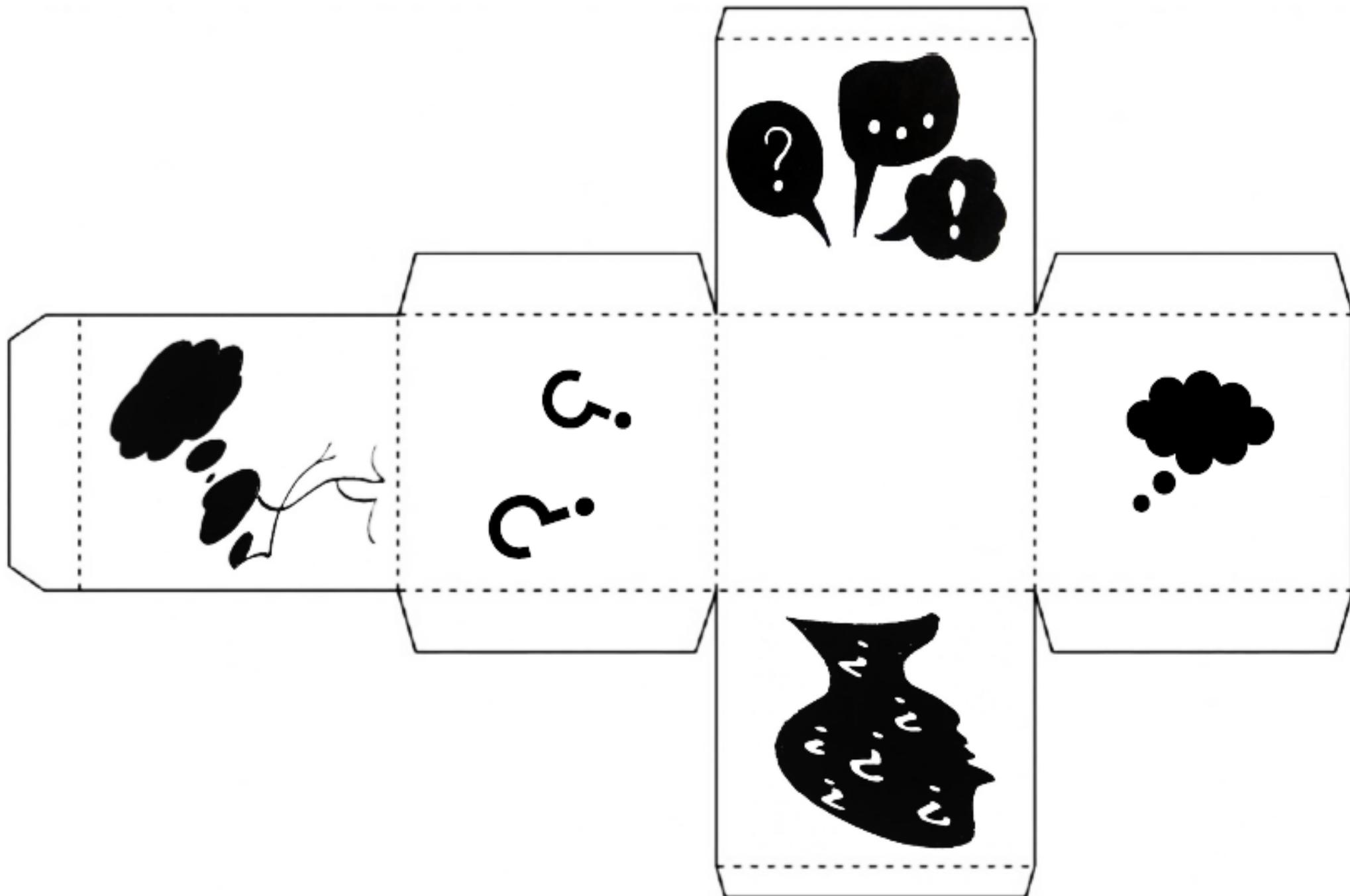
**Atividade 4:** Histórias que se repetem (40 minutos)

**Objetivo:** Relacionar as atividades apresentadas durante a sessão com o intuito de desnaturalizar possíveis visões equivocadas dos participantes, e desconstruir padrões relacionais não saudáveis que possam estar presentes dentro de suas relações familiares.

**Recursos:** Discussão e reflexões em grupo

- k) Neste momento, o mediador deverá conduzir uma discussão com o grupo, associando os conteúdos apresentados nas três atividades anteriores.
- l) Comece questionando os participantes sobre o que eles acharam e entenderam do curta metragem Vida Maria.
- m) Verifique se eles conseguiram estabelecer uma ligação entre a história e os conceitos de naturalização e intergeracionalidade da violência.
- n) Caberá ao profissional fazer mediações e explicar pontos relevantes, reforçando a conexão entre os conteúdos.
- o) Retome também as respostas dadas pelos participantes e os pontos relevantes que foram anotados para esta futura discussão.
- p) Estimule os participantes a falarem e expressarem o que sentiram ou pensaram com as atividades. É fundamental averiguar se em algum momento da sessão eles lembraram de histórias semelhantes que se ocorreram em suas próprias famílias.

**Mediação:** Tenha sempre em mente os objetivos principais da sessão. Será especialmente durante esse diálogo com o grupo que as mediações do profissional devem proporcionar a desnaturalização da violência. Ao retomar as respostas dadas pelos participantes na primeira atividade, evidencie o porque se tratam de afirmações falsas e equivocadas. Reforce que ao serem naturalizadas, tornam-se fonte e justificativa de desigualdades sociais e de diversas formas de violência. Lembre-os que, embora as histórias se repitam, é possível e necessário quebrar o ciclo da violência e dos fatores intergeracionais que prejudicam o desenvolvimento dos membros da família, em especial de crianças e adolescentes. A violência e os fatores que privam o indivíduo de ter acesso aos seus direitos básicos, como a educação (a exemplo da história “Vida Maria”) não são naturais nem espontâneos, devendo ser ressignificados.



Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher

Homens recorrem a violência quando se sentem intimidados

Se bateu foi porque o outro provocou

Se você não for um bom menino ou uma boa menina, ninguém vai gostar de você

Umas chineladas nunca mataram ninguém

Palmada de amor não dói

Foi pelos tapas que levei que me tornei o homem ou a mulher que sou hoje

Sou a pessoa que me tornei hoje graças as palmadas e castigos que meus pais me deram

Se eu não bater ele vai apanhar do mundo lá fora

Eu apanhei e não morri

Um tapinha não dói

Eu também apanhei e nunca virei bandido

Se virou bandido foi por falta de apanhar

Bandido bom é bandido morto

## Conceituando...

### **Naturalização**

Naturalização é quando achamos que as coisas são de uma forma porque sempre foram assim e não há como mudar. É como se aceitássemos a ideia de que nada pode ser feito, pois as pessoas nasceram assim ou as coisas acontecem no mundo sem uma explicação.



## **Naturalização**

Naturalização é quando achamos que as coisas são de uma forma porque sempre foram assim e não há como mudar. É como se aceitássemos a ideia de que nada pode ser feito, pois as pessoas nasceram assim ou as coisas acontecem no mundo sem uma explicação.



## **Intergeracionalidade da Violência**

Intergeracionalidade da Violência é quando fazemos uso de práticas ou ações que nossos pais ou cuidadores utilizavam conosco e nem nos damos conta, mas que são formas de violência. São xingamentos, tapas, castigos, maus-tratos, entre tantas outras coisas, que sofríamos durante a nossa infância ou na nossa vida, mas que não percebemos que estamos fazendo a mesma coisa com os nossos filhos. Por isso, passamos acreditar que as coisas sempre foram assim (desde que o mundo é mundo!) e não há como mudar.

## Sessão 7: Impactos Psicológicos e Sociais da Violência



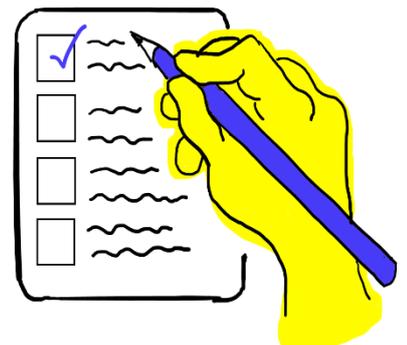
Já trabalhamos, nas sessões anteriores, acerca do caráter multidimensional da violência e suas diferentes formas de manifestação em nossa sociedade. É importante que os participantes também aprendam e incorporem noções sobre as consequências e os impactos psicológicos e sociais na vida das vítimas. A constante exposição à violência pode resultar em prejuízos sociais (em termos sociais e econômicos) e individuais (saúde mental e bem estar).

Os impactos da violência não se limitam a repercussões visíveis e corporais, como machucados, hematomas e até mesmo levar a morte. Há, também, um amplo espectro de consequência na saúde mental das crianças e adolescentes que são expostas à violência no contexto intrafamiliar. Já existem registros robustos na literatura sobre a prevalência de consequências emocionais (como medo, desesperança e tristeza) e acerca da prevalência de sintomas e psicopatologias em crianças e adolescentes vítimas de violência (ansiedade, depressão, pensamentos de morte, entre outros. Além disso, sabe-se que os efeitos e consequências negativas podem ocorrer em diferentes dimensões temporais, variando de curto, médio e longo prazo. Tudo isso vai depender de uma junção de fatores, como a natureza da agressão, a frequência e intensidade da exposição, a rede de apoio disponível para a vítima e programas de que visem a não reincidência (como este!).

Com isso, o objetivo principal desta sessão é **conscientizar os participantes a respeito dos impactos psicológicos e sociais da violência contra crianças e adolescentes.**

### Objetivos específicos desta sessão:

- ✓ Compreender as ideias dos participantes a respeito das possíveis consequências da exposição à violência;
- ✓ Auxiliar os participantes no reconhecimento dos impactos psicológicos e sociais decorrentes da exposição à violência, incluindo as manifestações sintomatológicas em curto, médio e longo prazo;



- ✓ Proporcionar reflexão a respeito da violência já praticada pela família e seus efeitos sobre as crianças e adolescentes.

**Atividade 1:** A violência tem consequências? (50 minutos)

**Objetivo:** Compreender as ideias dos participantes a respeito das possíveis consequências da exposição a violência, bem como auxiliá-los no reconhecimento dos impactos psicológicos e sociais decorrentes da exposição a violência.

**Recursos:** Perguntas disparadoras; relatos de vítimas de violência e conceitos

**Parte A** (15 minutos)

**Recursos:** Perguntas disparadoras

- q) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- r) Faça as seguintes perguntas e, se possível, deixe-as projetadas em slides ou transcritas em um quadro que permita a visualização de todos (Anexo A) ou em uma lousa ou quadro:
  - a. Para vocês, a violência pode ter consequências?
  - b. Se sim, quais seriam essas consequências?
  - c. Toda forma de violência pode trazer consequências?
  - d. O que uma pessoa que sofre violência pensa ou sente?
- s) É importante encorajar todos os participantes a responderem as perguntas sem se preocuparem se suas opiniões estão certas ou erradas. Enfatize que eles não serão julgados em nenhum momento por suas ideias ou pensamentos.
- t) Anote, em um quadro ou numa lousa, os pontos relevantes e palavras-chaves para discussão posterior.



**Nota:** Já trabalhamos em sessões anteriores a respeito de diversas formas de violência. A atividade inicial desta sessão, além de buscar compreender as ideias dos participantes a respeito das possíveis consequências da exposição a violência através do uso de perguntas disparadoras, servirá também como base para verificar se houve ou não alguma apropriação e reflexão dos participantes em relação a conteúdos abordados nas sessões prévias. Se atente as respostas dos participantes, especialmente se houver referência a assuntos abordados anteriormente.

**Parte B** (20 minutos)

**Recursos:** Relatos de vítimas de violência

- a) Projete em uma tela (Anexo B) ou imprima (Anexo C) e entregue aos participantes os relatos de vítimas de violência.

- b) Leia, pausadamente, cada história para os participantes.
- c) Peça para que se atentem ao tipo de violência que se configura e sobre os possíveis impactos da violência na vida das vítimas.



Oi, eu me chamo Bia e tenho 10 anos. Minha professora me colocou pra fora da sala de novo, porque eu estava conversando demais. Sabe, é que eu não consigo entender o que ela explica... Matemática é muito difícil! Mas agora eu estou com medo, porque a professora falou que vai chamar a minha mãe de novo na escola. Minha mãe tem razão, ela fala que eu sou burra, não presto atenção em nada e que se eu não mudar não vou ser ninguém na vida. Eu queria melhorar, queria aprender e ser igual as outras meninas inteligentes da sala, mas eu não consigo... Minha mãe tem razão mesmo, eu só dou trabalho pra ela, não consigo fazer nada direito. Nem pra aprender as contas de matemática eu sirvo. Sabe, as vezes fico pensando o que é que ainda estou fazendo aqui... Não sou uma boa aluna, nem uma boa filha. E isso me deixa triste, muito triste. Agora minha mãe vai vir, vai me dar a maior bronca e quando eu chegar em casa ainda vou levar uma surra. Mas tudo bem, minha mãe tá certa em fazer isso... Eu só dou trabalho pra ela mesmo.

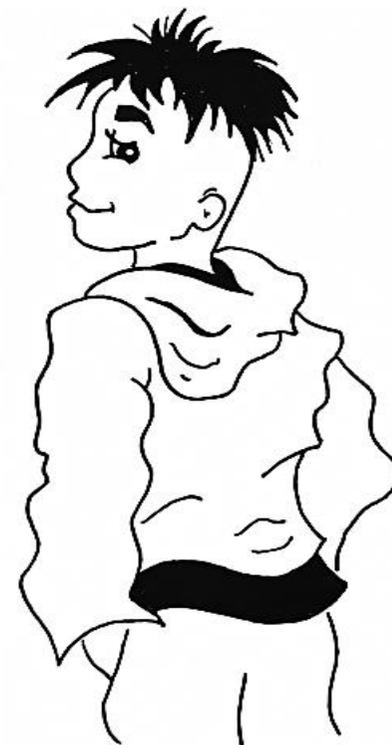
Oi, eu sou o Nick e tenho 9 anos. Hoje meu pai me bateu de novo. Tá calor, mas eu tenho que ir pra escola... precisei colocar essa blusa de frio pra que ninguém veja as marcas da surra. Meu pai falou que se alguém ver ou ficar sabendo que eu contei, quando eu chegar em casa vai ser pior pra mim. Já sei que quando eu chegar na escola vão ficar rindo de mim, dizendo que eu sou estranho... é sempre assim! Às vezes eu sinto tanta raiva dele... Queria fugir, contar pra todo mundo sobre o que ele faz comigo, pedir ajuda. Mas eu tenho medo e não quero que ele me machuque mais. Dói muito, dói no meu corpo e dói no meu coração. É uma dor muito forte e é também uma vergonha. Ele me maltrata, me bate, puxa minha orelha e já até me tirou sangue. Ele chega nervoso em casa do trabalho e faz isso assim do nada. Algumas vezes ele me bate também porque diz que eu deixo tudo bagunçado. Mas outras vezes parece que é só por prazer. Eu não entendo, se ele faz isso comigo que sou filho dele, o que mais ele é capaz de fazer? Eu estou muito triste.



Olá, eu sou a Isa. Tenho 15 anos. Tem um mês que não vou pra escola e queria nunca mais voltar pra lá. Na verdade, eu queria sumir de tudo, da vida... em casa também está insuportável de ficar. Acontece que há um mês meu ex-namorado mandou pra todo mundo na internet fotos minha sem roupa. A escola toda viu e meus pais me deram uma surra, dizendo que eu acabei com a honra da família e que eu sou uma vergonha pra eles. Acho que eles têm razão... Sabe, eu confiava nele, pensava que era o amor da minha vida, que iríamos casar... daí um dia de tanto ele pedir as fotos íntimas eu acabei mandando. Jamais pensei que isso aconteceria. Mas eu precisei terminar o namoro, porque estava ficando insuportável as cenas de ciúmes dele. Eu já estava até com medo do que ele poderia fazer comigo... meu pai já bateu várias vezes na minha mãe e eu tinha medo de que isso pudesse acontecer comigo também no meu namoro. Mas o que aconteceu foi pior ainda... é humilhante demais! Como eu pude ser tão burra assim? Sinto raiva dele, mas sinto ainda mais raiva de mim... E cada vez parece que estou mais sozinha, porque não sinto que meus pais me ajudam!



E aí, beleza? Meu nome é Jonathan, mas pode me chamar de Jhony. É assim que a galera da comunidade me chama. Tenho 18 anos, mas esse negócio de idade é besteira. Você precisa fazer a galera te respeitar e isso não depende da idade... o negócio é mostrar quem manda. Eu estou no tráfico tem um tempo já, lutando pelo meu espaço e tal. Cara, não é que eu ache o melhor trampo do mundo não, mas aqui pelo menos eu sou alguém, sabe? Ganho minha grana, que não é pouca não. Sou respeitado, as minas me conhecem e sabem quem eu sou... e é isso que importa, cara. Precisei sair da escola, mas e daí? Escola não é lugar pra gente como eu não. O mundo fora daqui é cruel, as pessoas te julgam demais e não te dão oportunidade. Eu não tenho outra opção, meu lugar é aqui mesmo. Saí de casa com 15 anos. Lá era complicado. Meus pais eram muito agressivos, bebiam demais e me batiam todos os dias. Não aguentei e fugi. Tudo que aprendi foi com a vida, sabe? E o pessoal aqui me acolheu também, me deu oportunidade. É isso, agora eu só quero esquecer o passado e bola pra frente.



Olá! Eu sou a Diana, tenho 31 anos e sou formada em administração. Quando eu tinha 15 anos comecei a trabalhar no escritório de um tio meu, irmão do meu pai. Nos primeiros 6 meses foi uma maravilha, ele parecia ser o melhor patrão do mundo. Depois de um tempo, começou a me elogiar demais, dizendo que eu estava virando uma mulher muito bonita e que eu era a sobrinha preferida dele. Quase toda semana ele me dava um dinheiro a mais e dizia que era pelo meu esforço e trabalho duro. No dia do meu aniversário de 16 anos, ele pediu pra que eu fizesse umas horas extras e cuidasse do escritório até mais tarde pra ele resolver uns compromissos. No final do dia ele passou no escritório e disse que me levaria pra jantar pra comemorar meu aniversário. Jantamos em um lugar bem legal e ele me deu o presente que eu queria. Até então parecia que ia ser uma noite muito feliz. Mas na hora que ele foi me levar embora, aconteceu o pior pesadelo da minha vida. Ainda dirigindo, meu tio começou a passar a mão na minha perna. Eu perguntei o que ele estava fazendo e pedi pra ele parar, mas ele não parava. De repente ele parou o carro e começou a tentar tirar a minha roupa. Pra minha sorte a porta do carro estava destravada, eu comecei a gritar e consegui sair correndo. Fui embora pra casa a pé, chorando. Mas o terror não acabou por aí. Quando eu cheguei em casa, contei para os meus pais. Eles me olharam com cara de repulsa, perguntando o que eu tinha feito pra provocar o meu tio e que eu não poderia perder um serviço bom desses. Eu não consegui acreditar que os meus próprios pais estavam falando aquilo pra mim! Logo eu arrumei outro emprego e com 19 anos consegui sair da casa dos meus pais. Mesmo após tanto tempo, eu fico desconfiada de tudo. Até hoje não sou capaz de ver uma cena de violência sem entrar em desespero, mesmo sabendo que é um filme eu fico apavorada. Tenho ainda os meus rituais de limpeza... fico horas no banho, com a sensação de estar suja e passo muito tempo me limpando. Lavo as mãos de 5 em 5 minutos. Além disso, nesses últimos 5 anos, não consigo parar em nenhum emprego. Me sinto insegura. Vez ou outra aparece algum cliente que é a cara do meu tio. É horrível conviver com isso!





Olá, eu sou o Paulo e tenho 27 anos. Sou advogado e as pessoas sempre fazem a mesma cara de espanto quando eu conto isso. Achrom que preto não pode ser alguém na vida, não pode ser doutor. Irmão, a gente pode ser quem a gente quiser. A sociedade, o Estado, fazem de tudo pra dificultar e impedir. Mas sério, a gente pode. É claro que é muito mais difícil do que pra maioria dos playboys brancos. Eu fui adotado quando eu tinha 4 anos. Meus pais são brancos e não podiam ter filhos. Eles são maravilhosos, sabe? Fizeram tudo que podiam por mim. Mas meus parentes, nossa... Ninguém me aceitou na família. Eu ia para as festas de final de ano na casa dos meus avós e meus primos me batiam, me chamavam de negrinho, ficavam zombando da minha cara. E meus tios não faziam nada a respeito, só quando meus pais estavam perto. Esse tipo de coisa machuca, deixa marcas. Hoje eu falo, sou preto mesmo e com muito orgulho. Mas, infelizmente, pra chegar no mesmo lugar, a gente tem que trabalhar o dobro. As entrevistas de emprego não são nada fáceis. Eu me formei tem 4 anos, e até hoje estou na luta pra conseguir me manter num serviço. Sempre aparece uma outra pessoa, aparentemente “mais qualificada”, de pele branca, pra pegar vaga. Por isso eu estou aqui, metendo a cara nos estudos, me especializando pra conseguir alguma coisa. Todo dia arranjam uma nova desculpa pra dizer que você não se encaixa, não atinge os requisitos ou que a vaga que acabaram de anunciar já foi ocupada. Quando na real, o único “problema” é a cor da sua pele.

### Parte C (15 minutos)

**Recursos:** Slides ou cartões com as definições de impactos psicológicos e sociais da violência

- f) Projete em alguma tela (Anexo D) ou transcreva em um quadro a definição abaixo. Você também pode imprimir o cartão (Anexo E) e entregar para todos os participantes, de modo que possam ter uma boa visualização. Não esqueça de verificar se todos os participantes são alfabetizados.
- g) Leia a definição de Impactos psicológicos da violência para aos participantes.



#### **Impactos psicológicos da violência**

Impactos psicológicos dizem respeito aos danos causados na vítima de violência, que não são visíveis diretamente e não deixam marcas físicas no corpo, entretanto, podem ser ainda mais prejudiciais. Enquanto os danos físicos podem ter efeito imediato, ou seja, a curto prazo, os danos psicológicos normalmente se fazem mais presentes a médio e longo prazo. Seus efeitos são mais duradouros e persistentes e afeta a vida psíquica e emocional da vítima. Podem se manifestar de formas variadas, a depender de fatores como o tipo de violência na qual a vítima foi exposta, intensidade e duração. Alguns exemplos de impactos psicológicos da violência são: insônia, irritabilidade, pesadelos, falta de concentração; ou mesmo gerar processos de adoecimentos ainda mais graves, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e transtorno de estresse pós-traumático.

- h) Dê um tempo para pensarem e peça para que digam para o grupo o que entenderam.
- i) Agora, faça o mesmo com a definição de Impactos sociais da violência, que também poderá ser projetada (Anexo D) ou impressa (Anexo E).



### **Impactos sociais da violência**

Os impactos sociais da violência estão associados tanto a prejuízos para a sociedade quanto para a vida social da vítima. A violência, no geral, é um problema de saúde pública. Uma comunidade, uma região ou mesmo um país com altos índices de violência tem impactos em sua economia, nas políticas públicas, nas instituições de saúde que precisam atender as vítimas, no sistema judiciário, entre outros o que significa um atraso para o desenvolvimento do país. Além disso, para a vítima de violência, suas relações sociais podem ser diretamente afetadas pelas consequências da violência, interferindo no estabelecimento de vínculos amorosos, em seu desempenho no trabalho; as crianças podem ter prejuízos no desempenho escolar e nas relações com os amigos.

- j) Após a leitura do conceito de Impactos sociais da violência, dê um tempo para pensarem e peça para que digam para o grupo o que entenderam.

**Atividade 2:** Transformando nossas práticas (40 minutos)

**Objetivo:** Proporcionar reflexão a respeito das formas de violência já praticadas pela família.

**Parte A** (20 minutos)

**Recursos:** Folha sulfite ou papel cartão para preenchimento; lápis ou canetas

- a) Entregue a cada participante uma folha impressa em papel cartão ou sulfite semelhante ao modelo (Anexo F), junto com lápis ou canetas.
- b) Nesta folha, contém 3 partes a serem preenchidas pelos participantes:
  1. **Quando fui violento:** nesta seção, cada participante deve descrever situações de violência que eles cometeram contra seus filhos;
  2. **Sentimentos que causei:** aqui, cada participante deve descrever como eles acreditam que os filhos possam ter se sentido ao sofrerem tal violência;
  3. **Consequências:** Na última parte deverá ser descrito possíveis consequências (a curto, médio ou longo prazo) da violência descrita anteriormente.

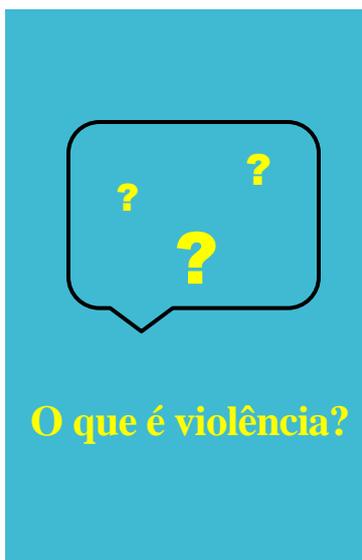
**Parte B** (20 minutos)

**Recursos:** Uma caixa vazia

- a) Verifique se alguém deseja compartilhar com o grupo o conteúdo que foi preenchido por eles no cartão.
- b) Lembre-os que ali é um espaço seguro e livre de julgamentos.
- c) Após compartilharem, verifique se alguém deseja acrescentar mais alguma coisa ou mesmo dizer como se sentiu com a realização da atividade.
- d) Por fim, utilize uma caixa para representar um lixo reciclável. Se possível, decore a caixa para transparecer a ideia da reciclagem, de algo que pode ser transformado.
- e) Agora, todos os participantes devem depositar seus cartões que foram preenchidos nessa caixa. Diga algo como:

Agora, vocês colocarão este cartão que foi preenchido por vocês dentro dessa caixa. Essa caixa não é um lixo comum, mas sim, um lixo reciclável. Deposite nele as situações de violência e os sentimentos negativos. Aqui, através desse grupo, estamos tendo a oportunidade de reciclar ações e sentimentos. O que um dia foi violência, vocês poderão agora transformar e ressignificar.





- Para vocês, a violência pode ter consequências?



Oi, eu me chamo Bia, tenho 10 anos. Minha professora me colocou pra fora da sala de novo, porque eu estava conversando demais. Sabe, é que eu não consigo entender o que ela explica... Matemática é muito difícil! Mas agora eu estou com medo, porque a professora falou que vai chamar a minha mãe de novo na escola. Minha mãe tem razão, ela fala que eu sou burra, não presto atenção em nada, e que se eu não mudar não vou ser ninguém na vida. Eu queria melhorar, queria aprender, e ser igual as outras meninas inteligentes da sala, mas eu não consigo... Minha mãe tem razão mesmo, eu só dou trabalho pra ela, não consigo fazer nada direito. Nem pra aprender as contas de matemática eu sirvo.

Sabe, as vezes fico pensando o que é que ainda estou fazendo aqui... Não sou uma boa aluna, nem uma boa filha. E isso me deixa triste, muito triste. Agora minha mãe vai vir, vai me dar a maior bronca, e quando eu chegar em casa ainda vou levar uma surra. Mas tudo bem, minha mãe tá certa em fazer isso... Eu só dou trabalho pra ela mesmo.

## Conceituando...

### **Impactos psicológicos da violência**

Impactos psicológicos dizem respeito aos danos causados na vítima de violência, que não são visíveis diretamente e não deixam marcas físicas no corpo, entretanto, podem ser ainda mais prejudiciais. Enquanto os danos físicos podem ter efeito imediato, ou seja, a curto prazo, os danos psicológicos normalmente se fazem mais presentes a médio e longo prazo. Seus efeitos são mais duradouros e persistentes e afeta a vida psíquica e emocional da vítima. Podem se manifestar de formas variadas, a depender de fatores como o tipo de violência na qual a vítima foi exposta, intensidade e duração. Alguns exemplos de impactos psicológicos da violência são: insônia, irritabilidade, pesadelos, falta de concentração; ou mesmo gerar processos de adoecimentos ainda mais graves, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e transtorno de estresse pós-traumático.



## **Impactos psicológicos da violência**

Impactos psicológicos dizem respeito aos danos causados na vítima de violência, que não são visíveis diretamente e não deixam marcas físicas no corpo, entretanto, podem ser ainda mais prejudiciais. Enquanto os danos físicos podem ter efeito imediato, ou seja, a curto prazo, os danos psicológicos normalmente se fazem mais presentes a médio e longo prazo. Seus efeitos são mais duradouros e persistentes e afeta a vida psíquica e emocional da vítima. Podem se manifestar de formas variadas, a depender de fatores como o tipo de violência na qual a vítima foi exposta, intensidade e duração. Alguns exemplos de impactos psicológicos da violência são: insônia, irritabilidade, pesadelos, falta de concentração; ou mesmo gerar processos de adoecimentos ainda mais graves, como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e transtorno de estresse pós-traumático.

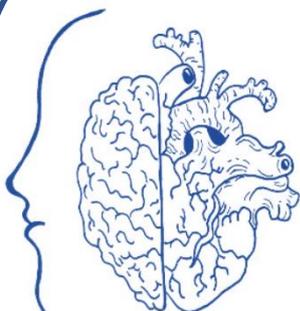


## **Impactos sociais da violência**

Os impactos sociais da violência estão associados tanto a prejuízos para a sociedade quanto para a vida social da vítima. A violência, no geral, é um problema de saúde pública. Uma comunidade, uma região ou mesmo um país com altos índices de violência tem impactos em sua economia, nas políticas públicas, nas instituições de saúde que precisam atender as vítimas, no sistema judiciário, entre outros o que significa um atraso para o desenvolvimento do país. Além disso, para a vítima de violência, suas relações sociais podem ser diretamente afetadas pelas consequências da violência, interferindo no estabelecimento de vínculos amorosos, em seu desempenho no trabalho; as crianças podem ter prejuízos no desempenho escolar e nas relações com os amigos.



## Sessão 8: Sentimentos e emoções



Todos os indivíduos possuem emoções. As emoções básicas não são ensinadas ou internalizadas, elas simplesmente existem, surgem no corpo e são sentidas pelos nossos órgãos sensoriais. Entretanto, é através das relações sociais que as emoções passam a adquirir significados. É por meio da interação com o outro que passamos a compreender e dar sentido àquilo que sentimos. Ao tomarmos consciência daquilo que sentimos, ao expressarmos e darmos significados a nossas emoções, passamos a ter a possibilidade de dominá-las e de orientarmos nossa ação e comportamento em relação a elas.

Se sinto medo diante de uma ameaça iminente, posso fugir. Se estou com raiva de alguém e sei que naquela festa irei encontrar essa pessoa, posso escolher não ir e evitar que novos sentimentos negativos sejam vivenciados. Ou, ainda, posso tomar a iniciativa de conversar com essa pessoa na tentativa de solucionar o conflito. Quanto mais consciente formos a respeito de nossas emoções, aprendendo a expressá-las, nomeando-as e interpretando-as, podemos melhor orientar e regular nosso comportamento. A dificuldade no controle de algumas emoções, como o medo e a raiva, está entre os fatores que geram a violência intrafamiliar. Em outras palavras, pais e cuidadores recorrem ao uso da violência justamente por não conseguirem controlar suas emoções. Desta forma, temos como objetivos principais dessa sessão **1) conscientizar os pais e responsáveis a respeito de seus próprios sentimentos e emoções** e **2) proporcionar um ambiente seguro para que possam expressar o que sentem.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Verificar o quanto os participantes são capazes de reconhecer as principais expressões associadas a emoções humanas;
- ✓ Possibilitar que os participantes vivenciem e identifiquem emoções em diferentes situações e como o nosso corpo responde a elas;
- ✓ Estimular os participantes a falarem sobre o que sentem.



### **Atividade 1:** Reconhecendo emoções (15 minutos)

**Objetivo:** Verificar o quanto os participantes são capazes de reconhecer expressões associadas a emoções humanas

**Recursos:** Imagens que representam expressões faciais

O reconhecimento de expressões faciais é uma habilidade bem desenvolvida nos seres humanos, possuindo um papel importante tanto no desenvolvimento psíquico do indivíduo, bem como nas suas relações interpessoais. A dificuldade em reconhecer as expressões faciais que representam as emoções humanas pode indicar alguma alteração psicológica e/ou neurológica. Sendo assim, antes de abordarmos de forma mais direta a temática das emoções com os participantes, considera-se fundamental averiguar a capacidade dos mesmos em reconhecer expressões faciais e como estão associadas a emoções.

- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- b) Projete em uma tela (Anexo A) ou imprima as imagens (Anexo B) que representam as expressões faciais.
- c) Apresente uma expressão por vez e pergunte a cada participante qual emoção está sendo expressa na imagem.
- d) Verifique se há discordâncias nas respostas dadas pelos participantes.
- e) Não há problemas caso algum participante dê uma resposta diferente das que estão apresentadas na apostila do mediador (raiva, nojo, medo, surpresa, felicidade, tristeza e desprezo), desde que sejam de certa forma semelhantes ou mesmo sinônimos (como por exemplo, nervoso no lugar de raiva, alegria ao invés de felicidade, indiferença na representação de desprezo).
- f) O profissional deve se atentar especialmente se houver dificuldade em algum participante para reconhecer as expressões apresentadas ou mesmo se for feita menção a emoções totalmente diferentes das que estão sendo exibidas.
- g) Após a apresentação e discussão com o grupo, é importante que o mediador informe aos participantes que o nosso corpo, em especial por meio das expressões faciais e comportamentos, indica como estão as nossas emoções.





**Raiva**

**Nojo**

**Medo**

**Surpresa**

**Felicidade**

**Tristeza**

**Desprezo**

## **Atividade 2:** Imaginar é sentir (30 minutos)

**Objetivo:** Possibilitar que os participantes vivenciem e identifiquem emoções

**Recursos:** Dramatização

Esta atividade se propõe a trabalhar a relação entre imaginação e emoção. Através de recursos imagéticos, evocados pela nossa imaginação, é possível sentirmos diferentes sensações e emoções. Por meio de uma história fictícia que deverá ser contada pelo mediador, os participantes serão induzidos a vivenciarem 3 emoções: Felicidade, Medo e Tristeza. Embora a história seja a mesma para todos os participantes, será possível identificar como cada indivíduo vivencia as emoções de formas distintas, sobretudo porque alguns conteúdos podem estar associados com a história de vida de cada um.

- a) Separe uma música (preferencialmente calma e instrumental) para que possa ser tocada ao fundo no momento da dramatização. Deixe o som baixo, num tom ambiente, para que não atrapalhe a leitura e a compreensão da história.
- b) Peça para que os participantes se sentem de maneira confortável em seus lugares. Se preferirem, podem também sentarem no chão ou deitarem em colchonetes. É importante enfatizar que eles devem ficar relaxados e confortáveis.
- c) Antes de iniciar a leitura, faça um exercício de respiração. Peça aos participantes que respirem fundo e vagarosamente.
- d) Faça a leitura de modo a dramatizar a história. Leia pausadamente, respeitando cada pontuação. Utilize diversas pausas durante a leitura, de modo a assegurar que o participante experencie a situação narrada. Sua entonação de voz deve acompanhar o sentido das frases. Ou seja, busque um tom de voz mais suave em momentos como quando é indicado para os participantes relaxarem ou um tom mais ríspido quando necessário.

---

“Relaxe o corpo, sinta-se confortável e estique as pernas... Feche os olhos, vá aos poucos sentindo e relaxando todo o corpo. Relaxe principalmente a mente. Relaxe. Lembre-se que aqui é um ambiente seguro. Respire profundamente. Preste atenção na sua respiração. Vá respirando mais lentamente. Sinta-se confortável nesse ambiente. Sinta o seu corpo. Lembre-se que a mente e o corpo estão sempre trabalhando juntos. Os seus pensamentos, as suas emoções, são sentidas por todo o seu corpo. Seu corpo está sempre emitindo sinais. Se atente ao que o seu corpo lhe diz, perceba o que ele te faz sentir. [...]

Agora, se imagine em um lugar no qual você se sinta confortável. Relaxe e imagine. Este é o seu lugar. Aqui você se sente seguro (a) e protegido (a). Continue imaginando. Preste

atenção em tudo o que tem a sua volta. Como é este lugar? O que tem nesse ambiente que te faz se sentir tão bem? Você está sozinho (a) ou tem alguém com você? Lembre-se que este é o seu lugar. Nele você se sente seguro e confortável. Volte a prestar atenção no seu corpo. Ele está emitindo sinais. Você está ainda nesse ambiente seguro e confortável. Dentro de você há uma grande sensação de prazer. Você está se sentindo muito bem. Você se sente satisfeito. Seu corpo e sua mente encontram-se em harmonia e uma grande sensação de prazer toma conta de você. Isso que você está sentindo é FELICIDADE. Como é bom se sentir feliz! Uma grande alegria toma conta de você e você passa a sentir-se mais leve, mais saudável, mais motivado. A vida ganha mais sentido, ganha mais cor. Como é bom se sentir feliz. [...]

Agora, devagar, se imagine caminhando. Aos poucos você vai deixando esse lugar. Caminhe por uma nova estrada. Não deixe de prestar atenção no seu corpo e no que ele tem a lhe dizer. Respire. Preste atenção na sua respiração. Devagar, continue caminhando. A cada passo que você dá, a estrada vai ficando cada vez menos iluminada. Há coisas estranhas no caminho. Você se esforça pra identificar o que são essas coisas estranhas, mas está ficando cada vez mais escuro e você não consegue enxergar. Seu corpo começa a suar frio, suas mãos estão geladas. Seu coração acelera. O seu corpo todo está emitindo sinais de alerta. De repente, você se aproxima um pouco mais e consegue enxergar o que são todas essas coisas estranhas. Seu coração bate mais forte. Você quer correr, mas sente-se como se o seu corpo estivesse paralisado... isso te deixa apavorado (a). Isso que você está sentindo é MEDO. [...]

Agora, como num passe de mágica, uma forte luz surge nesse lugar. E assim, você consegue ver que o que acreditava ter visto e que te deixou com tanto medo não era real. Eram apenas sombras. Acalme-se, você não está mais em perigo. Volte a ter controle sobre seu corpo. Não há mais ameaças. Acalme-se, respire devagar. Quando conseguir, volte a caminhar. O dia volta a clarear e você continua andando. Mais à frente no caminho, você começa a pensar no que poderia ter acontecido se aquilo que te deixou com tanto medo fosse de fato real. Você passa então a sentir um aperto no peito, uma sensação de angústia. Começa a pensar no que poderia ter perdido, nas pessoas que você ama. Muitas lembranças vêm à mente, memórias do que você acredita que poderia ter feito diferente. Do que você se arrepende? Você começa a pensar, refletir sobre sua vida, e quase sem que você perceba, as lágrimas começam a escorrer naturalmente de seus olhos. Você passa então a sentir TRISTEZA. Não é agradável se sentir triste, mas esse sentimento também faz parte da vida. Permita-se chorar um pouco. O choro ajuda a aliviar a tristeza.

Aos poucos você vai se acalmando. Você sabe que ainda há um longo caminho a percorrer e que lá na frente tem algo muito bom te esperando. Isso te traz alívio e devagar você volta a caminhar. Aos poucos você vai se sentindo tranquilo novamente. Você repara no que tem a sua volta e percebe como o caminho também pode ser bonito, apesar dos desafios que as vezes possam surgir. Um novo sorriso surge em seu rosto, você se sente bem, tranquilo, pronto para dar continuidade a essa caminhada. Mais alguns passos e você de repente vê que tem alguém lá na frente. Você anda mais um pouco, na tentativa de se aproximar para identificar quem é. Ao conseguir identificar a pessoa, você não consegue se conter de alegria. A sensação de bem-estar toma conta de você novamente. Você passa então a sentir-se seguro, protegido e feliz. Você sai correndo ao encontro dessa pessoa. Ah, como é bom ver essa pessoa, como ela te faz se sentir bem! Aproveite esse momento. Demonstre todo afeto que você sente por ela [...]. Agora relaxe, continue respirando e aos poucos vá retornando. Fique calmo, abra os olhos e retorne aos poucos, quando você estiver preparado(a).”

- 
- e) Dê um tempinho para que os participantes retornem da dramatização e voltem a tomar consciência do momento presente. Se possível, ofereça água aos participantes e pergunte se todos estão bem.
  - f) Entregue uma folha (Anexo C) para que cada participante descreva o que imaginou nos respectivos momentos da dramatização.
  - g) Caso haja no grupo pessoas que não sejam alfabetizadas, substitua o uso da Folha de Registro (Anexo C) por discussões em duplas.

**Atividade 3:** (Re)significando as emoções (45 minutos)

**Objetivos:** Apresentar a relação dos afetos com nossas ações e comportamentos, bem como estimular os participantes a falarem sobre o que sentem.

**Recursos:** Discussão e mediação

- a) Questione os participantes sobre como foi a experiência da dramatização. Verifique se eles realmente conseguiram relaxar e imaginar o que estava sendo proposto.
- b) Permita que os participantes compartilhem com o grupo o que sentiram nos momentos de Felicidade, Medo e Tristeza, bem como quem foi a pessoa que encontraram ao final do caminho (Folha preenchida em Anexo C).
- c) Estimule os participantes a falarem sobre outras situações cotidianas que os fazem sentir tanto as emoções vivenciadas na atividade 2 de dramatização, como as outras emoções referenciadas na primeira atividade.
- d) Questione sobre quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos participantes ao lidarem com as próprias emoções.

**Mediação:** É fundamental que neste momento da sessão o profissional mediador estimule os participantes a falarem sobre o que sentem. A linguagem é a organizadora dos nossos sentimentos e, na medida que falamos sobre eles, podemos entender a nós mesmos e a elaborar nossas emoções. Através dos processos de sensação e percepção, o nosso corpo reage, emite sinais de alerta, nos convida a agir diante de determinadas situações, produzindo emoções. Reconhecer esses sinais, saber nomeá-los e interpretá-los é fundamental para que possamos orientar e regular o nosso comportamento. Além disso, é fundamental deixar claro para os participantes o quanto uma mesma emoção possui sentido e significado diferentes para cada indivíduo, estando diretamente relacionado com suas histórias de vida. Desta forma, determinado sentimento pode também ser ressignificado.

**Qual emoção está sendo expressa na imagem?**



## **FELICIDADE**

Descreva como era o lugar que você imaginou quando se sentiu feliz. Já era um lugar conhecido por você? Havia alguém junto com você nesse lugar? Como você se sentiu?

## **MEDO**

O que você viu que lhe fez sentir medo? Por que isso te assusta?  
Como você se sentiu?

**TRISTEZA**

Em quê ou em quem você pensou ao se sentir triste? Quais lembranças e pensamentos lhe vieram à mente?

**PESSOA**

Quem foi a pessoa que você imaginou ao final do caminho?

## Sessão 9: Sentimentos e Emoções nas Dinâmicas Familiares

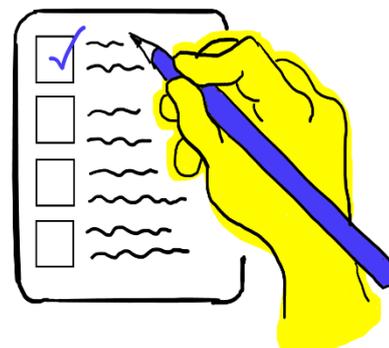


Por intermédio das relações interpessoais e dos eventos que vivenciamos temos a possibilidade de expressar nossas emoções, que muitas vezes são refletidas na forma como agimos e nos comportamos. Ter consciência sobre nossas emoções e sobre como elas afetam o nosso comportamento são habilidades essenciais para o estabelecimento de relações saudáveis e positivas no ambiente intrafamiliar. As emoções, além de serem expressas, podem também ser ressignificadas, aprimoradas e de certa forma, controladas, dependendo dos nossos recursos internos e sociais. O controle e domínio das emoções é de extrema importância na qualificação das nossas relações interpessoais, especialmente quando lidamos com sentimentos ambíguos, como sentir raiva de alguém que amamos. Isso faz com que fiquemos confusos diante de nossos próprios sentimentos, o que pode repercutir em ações negativas e até mesmo no emprego da violência em decorrência da falta de controle das emoções. É o caso, por exemplo, de pais que recorrem à violência contra os filhos numa tentativa de educá-los. Assim, torna-se fundamental que os participantes da intervenção consigam perceber que diversas condutas, especialmente associadas ao emprego da violência em relação aos filhos, ocorrem justamente por falta de controle sobre as próprias emoções.

Sendo assim, o objetivo principal desta sessão é **instrumentalizar os participantes para que tenham maior domínio sobre suas emoções, de modo a possibilitar a ressignificação dos afetos presentes na relação familiar.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Reconhecer os principais sentimentos e emoções presentes na relação familiar;
- ✓ Desenvolver ou aprimorar a capacidade dos participantes de expressarem as emoções em relação aos filhos, sem recorrer ao uso da violência;
- ✓ Instrumentalizar os participantes para que possam ter maior domínio de suas emoções e torná-los mais conscientes delas.



**Atividade 1:** Caixa dos sentimentos (30 minutos)

**Objetivo:** Reconhecer os principais sentimentos e emoções presentes na relação familiar

**Recursos:** Cartões com a definição dos sentimentos; uma caixa.

- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- b) Recorte os cartões (Anexo A) e os coloque dentro de uma caixa. Nomeia-a como “Caixa dos Sentimentos”.
- c) Na frente do cartão consta o nome do sentimento e no verso está a definição do mesmo.
- d) Um por vez, cada participante deverá retirar um cartão de dentro da caixa, ler em voz alta qual o sentimento e sua definição (se necessário, o mediador poderá fazer a leitura do cartão), e compartilhar com o grupo um momento que tenha vivenciado determinado sentimento na relação pai/mãe/cuidadores – filho(s).
- e) Estimule os participantes para que façam uma descrição o mais detalhada possível a respeito de como foi se sentir assim, o que causou determinado sentimento ou emoção e a forma como lidou com a situação.
- f) Conduza cerca de 2 a 3 rodadas (ou até que os participantes demonstrem desinteresse pela atividade) para que os participantes possam compartilhar a vivência de diferentes sentimentos e emoções.
- g) Verifique se algum participante deseja compartilhar outra situação vivenciada na relação com os filhos, no qual tenha despertado algum sentimento diferente dos que foram apresentados nos cartões.



**Nota:** Pode haver dificuldades entre os participantes em assumirem que já vivenciaram sentimentos negativos em relação aos filhos, como por exemplo sentir raiva e irritação. Deixe claro aos participantes que todos nós vivenciamos sentimentos ambíguos em nossas relações e que as vezes sentir raiva de alguém que amamos é algo natural, presente nos desafios e conflitos cotidianos. Entretanto, o mais importante é a forma com que lidamos com nossos sentimentos e as ações que tomamos naquele momento.



## **Atividade 2:** Transformando emoções em palavras (40 minutos)

**Objetivo:** Desenvolver ou aprimorar a capacidade dos participantes de expressarem as emoções e sentimentos em relação aos filhos, sem recorrer ao uso da violência;

**Recursos:** Histórias fictícias

Nesta atividade utilizaremos histórias fictícias que representam possíveis conflitos vivenciados na relação entre pais e filhos. A intenção é que os participantes se coloquem na situação das personagens que estão sendo representadas e busquem alternativas saudáveis para a resolução dos conflitos. Além disso, a habilidade de expressarem o que sentem deve ser colocada em evidência. Deve ficar claro aos participantes que expressar emoções e falar sobre o que sentem é fundamental para qualificar os diálogos e, sobretudo, resolver conflitos de maneira saudável, sem o uso da violência.

- a) Separe os participantes em duplas. A divisão das duplas pode ser por livre escolha dos participantes ou do mediador.
- b) Entregue a cada participante uma história (Anexo B), ficando cada dupla com duas histórias.
- c) Cada participante lê, um por vez, a sua história para o seu parceiro de dupla.
- d) Cada participante deve fazer em sua história o papel da personagem que representa a figura do cuidador (pai, mãe ou responsável) e, após a leitura do enredo apresentado, buscar uma resolução para o conflito juntamente com seu parceiro de dupla, que no caso estará representando o papel do filho.
- e) Quando o participante estiver representando o papel de cuidador, ele deve dizer ao filho (sua dupla) como se sentiu diante da situação apresentada, se ficou preocupado, com raiva, triste, etc. Deve, também, dizer ao filho os possíveis riscos e consequências de seu comportamento. Posteriormente, cuidador e filho(a) deverão pensar em caminhos e estratégias para que este conflito não se repita. Deve ser repetidamente enfatizado que a resolução do conflito não deve recorrer ao uso de violência (palmadas, restrições, castigo corporal, surra, entre outros).
- f) Após o primeiro membro da dupla ler a sua história e simular o papel do cuidador, o segundo participante deve proceder da mesma maneira, invertendo os papéis das duplas.
- g) Depois que as duplas finalizarem o exercício, todos os participantes devem voltar a composição do grupo.

- h) Ao final da atividade, o mediador deve questionar aos participantes sobre como foi a experiência, quais as alternativas que os participantes encontraram para a resolução dos conflitos, se houve alguma dificuldade em dizerem o que sentiram e se eles já vivenciaram alguma situação semelhante em suas relações familiares.

### Enredo 1

Beatriz, de 14 anos, está na oitava série do ensino fundamental. Ela estuda no período da tarde e sai da escola as 17 horas. Ela sempre faz o caminho entre a escola e sua casa a pé e demora cerca de 30 minutos para chegar. Sua mãe, Ana, trabalha o dia todo e chega em casa por volta das 18 horas, pouco tempo depois de Beatriz. Numa sexta-feira, Bia estava voltando para casa quando encontrou sua amiga Suzi no caminho. Suzi tem 16 anos e estava indo ao cinema junto com alguns amigos. Ao encontrar Bia, Suzi chamou-a para ir ao cinema junto com o pessoal. Bia disse que não poderia ir pois estava sem dinheiro para o ingresso. Suzi então insistiu, dizendo que não havia problema, pois elas eram amigas e, portanto, Suzi pagaria o ingresso de Bia sem problemas. Bia ficou super animada e foi junto com Suzi e os outros amigos ao cinema. Porém, Bia estava sem o celular nesse dia e acabou não avisando sua mãe. Ao chegar do trabalho, Ana estranhou não encontrar sua filha em casa, mas mesmo assim resolveu esperar mais um pouco. Passaram-se 2 horas e nada de Beatriz chegar. Ana estava desesperada, já havia ligado na escola, para parentes, perguntado para os vizinhos, mas ninguém sabia do paradeiro de Bia. As 21 horas Bia chega em casa e encontra sua mãe sentada na frente de casa, chorando desesperada, com medo de que houvesse acontecido algo com sua filha.

## Enredo 2

Hoje Marcelo precisou sair mais cedo do trabalho para ir a reunião de pais de seus dois filhos, Pedro de 9 anos e Ricardo de 15 anos. Apesar de seu patrão não ter ficado nada feliz com a ideia, dizendo que iria descontar as horas do salário de Marcelo, a escola falou que era de extrema importância a presença do pai nessa reunião. Acontece que o seu filho mais novo, Pedro, anda apresentando alguns problemas na escola. Além de seu rendimento escolar estar muito abaixo da média, há algum tempo Pedro só senta no fundo da sala, não presta atenção na aula, muitas vezes acaba dormindo na carteira, e quando os professores vão chamar sua atenção, Pedro começa a gritar com os professores. Na última semana, Pedro chegou a dar um tapa na professora que insistiu em conversar com ele. A escola avisou ao pai que é a última chance do garoto e, caso ele não melhore, terá que reprová-lo. Após a reunião, Marcelo volta pra casa estressado com as notícias da escola, e com medo de ser mandado embora do serviço.

### Enredo 3

Regina tem dois filhos, Ana de 6 anos e Henrique de 16 anos. Seu marido, Osmar, trabalha viajando como caminhoneiro e só volta pra casa no último final de semana de cada mês. Regina também trabalha como funcionária doméstica em uma casa de uma das famílias mais ricas da cidade em período integral. Ana estuda em uma escola em período integral, e sai às 17 horas. Ana normalmente sai do trabalho e já passa para pegá-la. Já Henrique, o filho mais velho, estuda em outra escola onde faz o ensino médio apenas no período da manhã. Hoje Regina chegará mais tarde em casa, pois seus patrões receberão uma visita importante e pediu para ela auxiliá-los na recepção dos convidados até as 20h. Regina então pediu para que Henrique buscasse sua irmã na escola e ficasse de olho nela até a mãe voltar. As 18h Regina recebeu uma ligação da escola, dizendo que precisavam fechar e perguntando se ela iria demorar muito para buscar a filha. Ana fica desesperada, liga pra casa e descobre que Henrique esqueceu de buscar a irmã. Ao chegar em casa muito cansada às 20h, a mãe encontra Ana chorando e com o pé cortado, pois a menina havia pisado em um caco de vidro na cozinha. Regina foi ver onde Henrique estava e encontra o filho dormindo no quarto com fones de ouvido.

### Enredo 4

João tem 8 anos e estuda no período da tarde. Hoje, após o almoço com os pais, João foi correndo para o seu quarto e começou a jogar vídeo game. Pouco tempo depois, a mãe foi ver se o filho já estava se aprontando para a escola. Ao entrar no quarto, disse para o filho largar o vídeo game e ir tomar banho, senão tanto João quanto os pais chegariam atrasados na escola e no trabalho. Mais 20 minutos depois, a mãe foi novamente ao quarto do menino e viu que João permanecia no vídeo game sem tomar banho. Sua mãe desligou o aparelho e mandou novamente o menino ir se arrumar para a escola. João começou a gritar e chorar, dizendo que não queria mais ir à escola e arremessou o controle de vídeo game sobre sua mãe.

## Enredo 5

Mari tem 10 anos e há alguns meses anda dizendo aos pais que já está grandinha e que já pode se virar sozinha. Insiste em ajudar nas tarefas de casa e seus pais afirmam que ela arrumando seu quarto e colando comida para seu cachorrinho Ted já é uma grande ajuda. Hoje a mãe de Mari acabou trabalhando até mais tarde. Às 19h seu marido foi buscá-la no serviço e ao ver que a filha estava quieta no quarto fazendo a tarefa escolar, deixou Mari sozinha em casa. 30 minutos depois os pais chegam em casa e, ao abrirem a porta, sentem em cheiro de queimado. Os pais saem correndo a procura da filha e encontram a menina na cozinha chorando, dizendo que queria preparar o jantar. Maria havia tentado fritar um ovo!

### **Atividade 3:** Regulando as emoções (30 minutos)

**Objetivo:** Instrumentalizar os participantes para que possam ter maior domínio de suas emoções e torná-los mais conscientes delas.

**Recursos:** Folha sulfite ou papel cartão para preenchimento; lápis ou canetas; música para relaxamento

#### **Parte A** (20 minutos)

Neste momento, será realizada um exercício com os participantes para que possam pensar em alternativas e estratégias para regulação emocional. Trata-se de uma atividade cuja execução é fácil, mas que pode ser utilizada em diferentes contextos.

- a) Imprima, frente e verso, o material apresentado como Anexo C. Você notará que, após recortar as partes indicadas, trata-se de um quebra cabeça. Entregue as peças para cada participante, preferencialmente uma peça por vez..
- b) Há seis peças no quebra cabeça e os participantes deverão realizar a colagem de cada uma delas, conforme indicado.
- c) Ao entregar cada peça, leia as respectivas orientações aos participantes:

**1. Situação problema:** Nessa peça, cada participante deverá escrever e relatar para o grupo uma situação vivenciada por ele juntamente com seu(s) filho(s) e que o afetou emocionalmente. Se possível, deverá ser descrita alguma situação do cotidiano e que seja vivenciada recorrentemente.

**2. Emoções:** Nesta peça, deverá ser identificado e nomeado as principais emoções presentes na situação descrita.

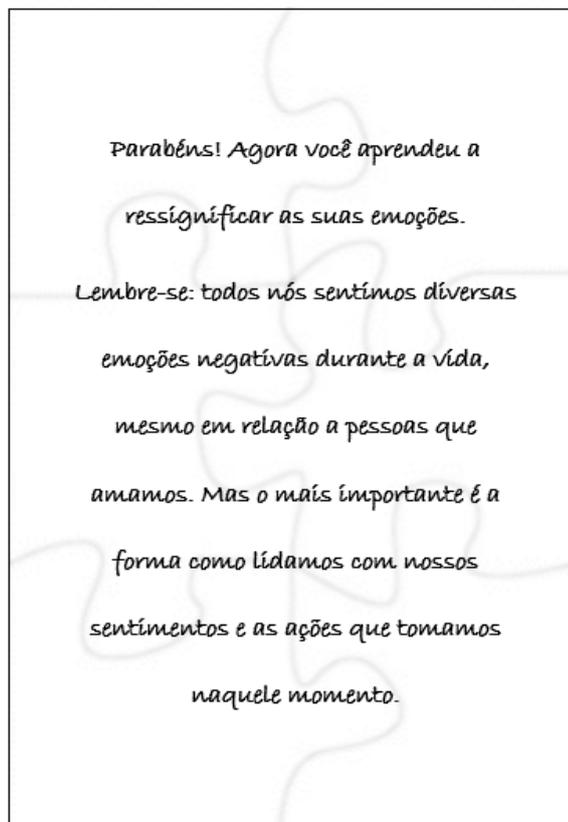
**3. Sensações:** Peça para que os participantes tentem expressar nesta peça sensações corporais que possam ter sentido mediante tais emoções (por exemplo: ao sentir medo (peça 2) o corpo reage com a sensação de frio na barriga (peça 3); em caso de tristeza (peça 2), pode sair lágrimas dos olhos (peça 3).

**4. Ações:** Aqui, cada participante deve colocar ações (comportamentos) que sentem vontade de fazer ou que realmente fazem em situações como essa (grita, bate, respira fundo, entre outros).

**5. Pensamentos:** Na quinta peça deve ser expresso os principais pensamentos que lhes ocorrem ao vivenciarem tal situação (exemplo: “Eu não aguento mais, esse menino só me dá trabalho”).

**6. Reavaliando:** Nesta última peça do quebra cabeça, o participante deverá reavaliar sua postura diante de tal situação. Aqui, ele deverá questionar se a sua postura, ações e pensamentos foram adequados e saudáveis mediante a situação apresentada. Se possível, tente pensar também em ações e pensamentos opostos aos mencionados nos círculos 4 e 5 (exemplo: “Eu não deveria ter batido nele, pois é uma criança”; “Como é que eu vou pedir para o meu filho parar de gritar, se eu grito com ele o dia todo?”; “Eu senti raiva, mas eu o amo”).

d) Após a colagem de todas as peças a seguinte mensagem se formará no verso:



e) Leia a mensagem aos participantes e questione o que entenderem. Eles poderão levar o quebra cabeça montado para casa.

## Parte B (10 minutos)

### Relaxamento e respiração diafragmática

- a) Agora você deverá auxiliar os participantes a relaxarem e trabalharem a respiração como auxílio no controle das emoções.
- b) Se preferir, você poderá utilizar o texto abaixo:

“Agora vocês irão relaxar e trabalhar a respiração. O cuidado com a nossa respiração pode ser um importante aliado no controle de nossas emoções, nos impedindo de agir impulsivamente no calor das emoções. Relaxem em seus lugares, deixem o corpo solto e leve. Se preferirem, vocês podem fechar os olhos. Coloquem as mãos sobre a barriga para sentirem melhor a respiração. Tentem desligar a mente e não pensar em nada. Prestem atenção apenas em sua respiração. Relaxe. Agora inspire devagar e profundamente (o mediador deverá contar até 3), segure um pouquinho e agora vai soltando devagar [1... 2... 3...]. De novo, inspira devagar [1... 2... 3...] e agora vai expirando e soltando a respiração lentamente (repita o exercício por cerca de dois minutos). Isso, muito bem, podem ir abrindo os olhos novamente e voltando a atenção pra cá.”

- c) Questione aos participantes sobre como eles estão se sentindo nesse momento.
- d) Finalize a sessão afirmando que exercícios como este podem ajudá-los no controle das emoções e sentimentos, especialmente quando eles se sentem irritados, nervosos ou têm a sensação de que não conseguem controlar o comportamento dos filhos. Reforce que no momento em que estamos com as nossas emoções e sentimentos abalados agimos por impulso e isso não colabora na educação dos filhos (este conteúdo será retomado nas sessões subsequentes). Em algumas situações, é necessário primeiro controlarmos as nossas emoções e sentimentos para, posteriormente, dialogarmos com as crianças e adolescentes.

## **TRISTEZA**

A tristeza pode ser compreendida como uma resposta a eventos desagradáveis ou indesejados, onde a pessoa pode sentir desânimo, vontade de chorar, angústia, insatisfação, falta de ânimo e disposição para a realização de tarefas.

## **MEDO**

O medo é o sentimento produzido por um perigo real ou aparente. A sensação de medo gera um estado de alerta no organismo, em que a pessoa pode sentir receio de fazer algo por se sentir ameaçado. Além de uma ameaça a si próprio, o medo também pode surgir em situações de perigo envolvendo pessoas próximas, como por exemplo, o medo de perder alguém que amamos.

## **RAIVA**

A raiva é uma resposta intensa do organismo a uma situação que represente ameaça ou insatisfação. O sentimento de raiva muitas vezes faz com que a pessoa tenha a pretensão de causar dano ou hostilizar alguém, podendo se manifestar também através da agressão e do uso da violência.

## **ALEGRIA**

A alegria pode ser entendida como uma sensação de prazer, satisfação, felicidade e bem estar. Surge diante de acontecimentos agradáveis, conquistas e realizações.

## **ORGULHO**

Orgulho é o sentimento que gera satisfação pelas nossas realizações pessoais, por nossos feitos e qualidades, ou mesmo pelas realizações e conquistas de outra pessoa que são importantes para nós. Pode ser também compreendido como admiração que podemos ter por nós ou por outros.

**1**

**Situação problema**

**2**

**Emoções**

**3**

**4**

**Sensações**

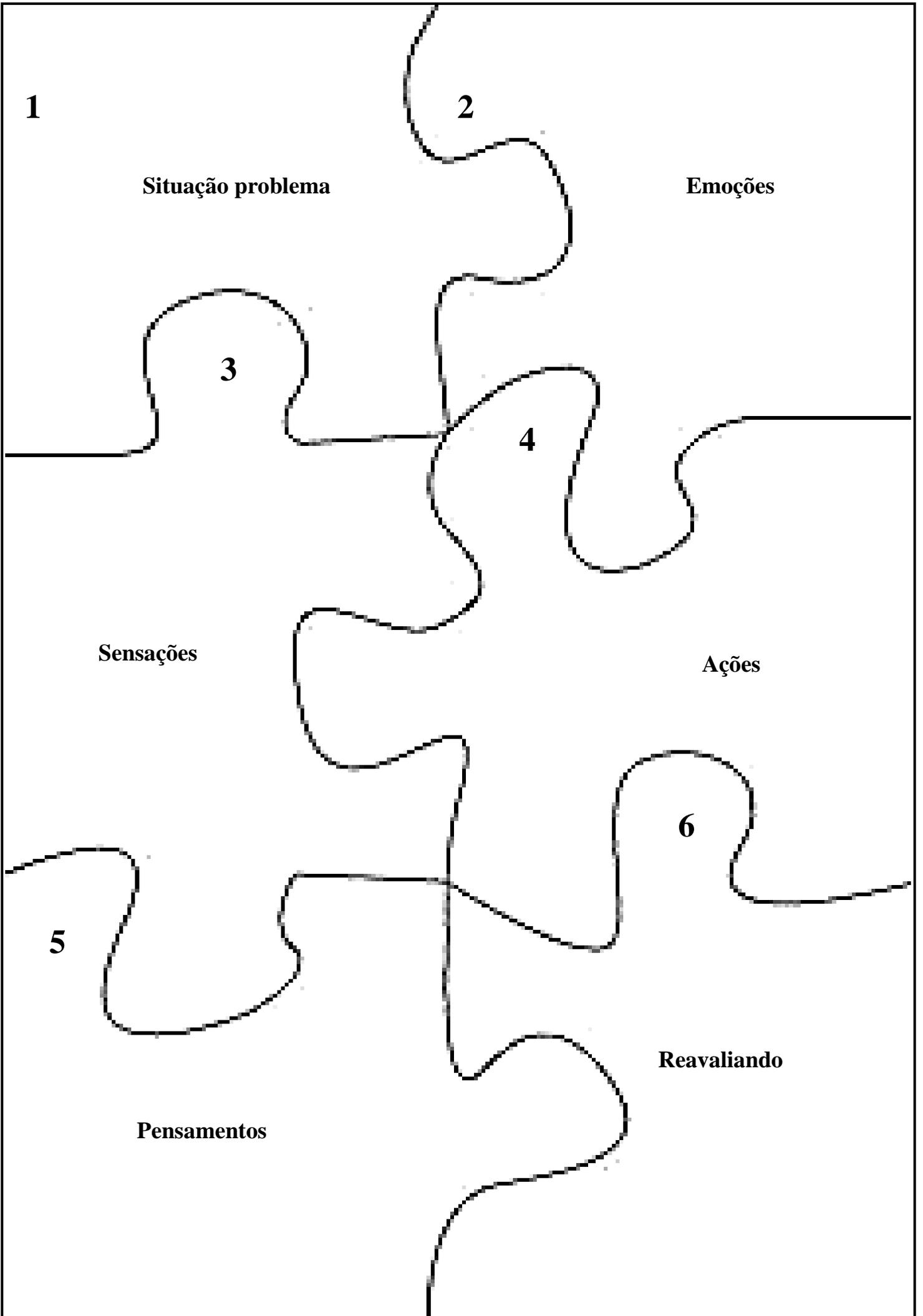
**Ações**

**5**

**6**

**Pensamentos**

**Reavaliando**



**Parabéns! Agora você aprendeu a  
ressignificar as suas emoções.**

**Lembre-se: todos nós sentimos  
diversas emoções negativas durante a  
vida, mesmo em relação a pessoas que  
amamos. Mas o mais importante é a  
forma como lidamos com nossos  
sentimentos e as ações que tomamos  
naquele momento.**

## Sessão 10: Pais e Cuidadores - Agentes promotores de desenvolvimento

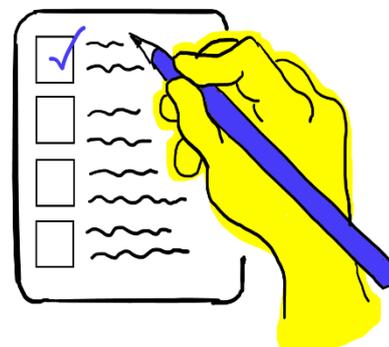


Já afirmamos, nas primeiras sessões desta intervenção, que a família é o primeiro contexto de desenvolvimento da criança e que possibilita acesso ao mundo social, às práticas educativas e se constitui como um ambiente formativo primordial. Família deve ser fonte de segurança, afeto, proteção e bem-estar, proporcionando as crianças acesso à educação e socialização. Os pais ou cuidadores responsáveis devem oferecer aos filhos um ambiente incentivador e seguro no qual possam desenvolver-se. Nesse sentido, os pais devem possuir algumas habilidades imprescindíveis, como, por exemplo, saber expressar sentimentos e emoções e estabelecer limites de forma saudável, sem uso de coerção ou violência. Deve haver um equilíbrio entre a monitoria, supervisão e controle na educação dos filhos. E, para que essa educação seja de fato efetiva e promotora de desenvolvimento, é fundamental que haja afetividade nas relações familiares.

Famílias com histórico de violência possuem vínculos afetivos e sociais enfraquecidos ou mesmo rompidos. Mas é importante compreender que o uso da coerção e da violência é, muitas vezes, consequência da falta de recursos da própria família, sejam esses psíquicos, afetivos, financeiros ou sociais. Desta forma, os objetivos principais desta sessão são **1) conscientizar os pais a respeito dos direitos da criança e de suas responsabilidades enquanto cuidadores** e **2) instrumentalizá-los para que suas práticas sejam promotoras de desenvolvimento.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Averiguar qual a concepção dos pais a respeito de suas funções enquanto cuidadores;
- ✓ Conscientizar os participantes a respeito dos direitos da criança e das responsabilidades dos adultos;
- ✓ Instrumentalizar os pais para que possam realizar mediações saudáveis com seus filhos, sem o uso da violência.



**Atividade 1:** Função paterna/materna (15 minutos)

**Objetivo:** Averiguar qual a concepção dos pais a respeito de suas funções enquanto cuidadores

**Recursos:** Pergunta disparadora

- u) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- v) Faça as seguintes perguntas e, se possível, deixe-as projetadas em slides (Anexo A) ou transcritas em uma lousa ou quadro que permita a visualização de todos:

- Para vocês, qual a função de um pai e/ou uma mãe na vida dos filhos?
- Quais os principais desafios que vocês enfrentam enquanto pais?



- w) É importante encorajar todos os participantes a responderem as perguntas sem se preocuparem se suas opiniões estão certas ou erradas. Enfatize que eles não serão julgados em nenhum momento por suas ideias ou pensamentos.
- x) Anote, em um quadro ou numa lousa, os pontos relevantes e palavras-chaves para discussão posterior.

**Atividade 2:** Direito das crianças e responsabilidade dos adultos (30 minutos)

**Objetivo:** Conscientizar os participantes a respeito dos direitos da criança e das responsabilidades dos adultos

**Recursos:** Cartolina; canetões; cartões ou slides com as definições de direito das crianças e responsabilidade dos adultos

**Parte A** (20 minutos)

**Recursos:** Cartolina; canetões

- a) Pegue uma cartolina e divida-a em duas colunas. Deixe-a exposta de forma a ficar visível para todo o grupo. Na primeira coluna, coloque o título “Direito das crianças”; e na segunda “Responsabilidade dos adultos”.
- b) O grupo, de forma colaborativa, deverá preencher ambas as colunas.
- c) Questione aos participantes sobre o que eles consideram que sejam os direitos das crianças e as responsabilidades dos adultos.
- d) Deixe que os próprios participantes anotem na cartolina as respostas que estiverem em concordância entre a maioria do grupo. Estimule-os a interagir e debater a partir dos elementos suscitados nos diálogos.
- e) Tome como exemplo o quadro abaixo. Caso os participantes tenham dificuldades no preenchimento das colunas, o mediador deverá auxiliá-los com exemplos. Mas é fundamental que o maior nível de autonomia possível seja dado aos participantes.
- f) Após finalizar o preenchimento da cartolina, questione os participantes se tanto os direitos das crianças quanto as responsabilidades dos adultos estão sendo efetivados dentro de seus ambientes familiares. Eles podem inclusive trazer exemplos concretos a respeito disso. Em caso de resposta negativa, verifique o que não está sendo cumprido e o porquê.

| <b>Direito das crianças</b>              | <b>Responsabilidade dos adultos</b>   |
|--|---|
| Acesso à educação, saúde, cultura, lazer | Garantir o acesso à educação, saúde, lazer  |
| Sentir-se segura e protegida             | Suprir as necessidades básicas da criança, tanto materiais quanto emocionais  |
| Sentir-se amada                          | Demonstrar afeto a criança; proporcionar suporte afetivo/emocional  |
| Desenvolver-se de forma saudável         | Zelar pela integridade da criança, fazendo o que for possível para que ela não seja exposta a nenhum tipo de constrangimento ou violência |
| Privacidade                              | Estabelecer limites, regras e normas, que favoreçam o desenvolvimento da criança  |
| Dignidade, respeito e liberdade          |   |

**Parte B** (10 minutos)

**Recursos:** Cartões ou slides com as definições de direito das crianças e responsabilidade dos adultos

- k) Projete em alguma tela (Anexo B) ou transcreva em um quadro as definições abaixo. Você também pode imprimir os cartões (Anexo C) e entregar para todos os participantes, de modo que possam ter uma boa visualização. Não esqueça de verificar se todos os participantes são alfabetizados.
- l) Leia a conceituação de Direitos das crianças e adolescentes.



**Direitos das crianças e adolescentes**

São direitos das crianças e adolescentes viver em um ambiente que lhes dê a chance de se desenvolverem de forma saudável, podendo opinar e se expressar, brincar, ter auxílio e orientação. As crianças e adolescentes têm o direito a convivência familiar e comunitária, com acesso à educação, cultura, esporte e lazer. Elas têm, sobretudo, direito a viver com segurança, sendo protegidas de qualquer tipo de violência.

- m) Pergunte se eles entenderam, se estão de acordo com a definição e se eles acham que ficou parecido com o que foi preenchido na cartolina.
- n) Agora leia a definição de Responsabilidades dos adultos e faça as mesmas perguntas.



### **Responsabilidades dos adultos**

É responsabilidade dos adultos garantir os direitos das crianças e adolescentes e protegê-los. Os adultos precisam suprir as necessidades materiais (proporcionando alimentação, abrigo, segurança) e emocionais (dando carinho e atenção) das crianças. É também responsabilidade do adulto estabelecer limites e regras que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Mas é importante que isso seja feito sem o uso da violência.

### **Atividade 3:** Comunicação assertiva e afetiva (45 min)

**Objetivo:** Instrumentalizar os pais para que possam realizar mediações saudáveis com seus filhos, sem o uso da violência.

**Recursos:** Kit de imagens; Folhas impressas; Lápis ou canetas, cola; Discussão com o grupo.

Apesar de sempre haver conflitos familiares e dificuldades no processo de educação dos filhos, é preciso lembrar que as crianças e adolescentes também apresentam comportamentos adequados e que precisam ser valorizados. Além disso, é necessário que os pais ou responsáveis consigam diferenciar o que de fato é um comportamento “inadequado” e que precisa ser corrigido, o que é considerado “adequado” e precisa ser valorizado e o que não deve ser esperado ou cobrado do filho dentro do seu período de desenvolvimento.

- a) Entregue aos participantes o kit de imagens (Anexo D) e as folhas impressas a serem preenchidas (Anexo E).
- b) Neste kit contém um conjunto de imagens que representam diferentes comportamentos de crianças e adolescentes no dia a dia.
- c) Cada folha a ser preenchida contém os seguintes campos:
  - a. **Comportamentos inadequados:** Colar aqui 4 imagens que, para os participantes, possam representar comportamentos que os filhos tenham e que os pais consideram errados/inadequados.
  - b. **Comportamentos adequados:** Colar nesta folha 4 imagens que representam os comportamentos que os filhos tenham e que os pais consideram corretos.
  - c. **Comportamentos esperados:** Colar nesta folha 4 imagens que apresentam comportamentos/ações que os pais esperam em relação aos comportamentos e atitudes dos filhos (Por exemplo: uma imagem que mostre uma criança arrumando o quarto, pois os pais esperam maior colaboração dos filhos na organização da casa)
- d) Após o preenchimento dos quadros, os participantes poderão compartilhar com o grupo todas as imagens que selecionaram, os motivos e suas expectativas.
- e) Discuta com os participantes a respeito dos campos preenchidos por eles e das ações que podem ser tomadas, especialmente em relação às condutas que adultos

podem tomar quando identificam comportamentos e atitudes consideradas como inadequadas ou de risco.

- f) O mediador deverá destacar que existem comportamentos que podem ser resultantes da fase e período do desenvolvimento da criança ou adolescentes. Expectativas demasiadamente elevadas, atribuição de tarefas para além da capacidade da criança ou adolescente ou cobranças exageradas em relação à performance acadêmica são exemplos de situações que o mediador pode citar.



**Nota:** Lembre-se que uma relação saudável deve ser sempre pautada no diálogo e no afeto. É de fundamental importância que os pais ou responsáveis estabeleçam limites e regras na educação dos filhos, entretanto, isso deve ser feito de forma flexível e com uso do bom senso. É difícil cobrar de uma criança ou adolescente algo que os próprios pais não fazem ou agem incorretamente. Além disso, as crianças e adolescentes não podem ser reduzidas aos seus maus comportamentos e precisam sempre ser valorizadas e reconhecidas quando agem da maneira correta.



- Para vocês, qual a função de um pai e/ou uma mãe na vida dos filhos?

## Conceituando...

### **Direitos das crianças e adolescentes**

São direitos das crianças e adolescentes viver em um ambiente que lhes dê a chance de se desenvolverem de forma saudável, podendo opinar e se expressar, brincar, ter auxílio e orientação. As crianças e adolescentes têm o direito a convivência familiar e comunitária, com acesso à educação, cultura, esporte e lazer. Elas têm, sobretudo, direito a viver com segurança, sendo protegidas de qualquer tipo de violência



### **Direitos das crianças e adolescentes**

São direitos das crianças e adolescentes viver em um ambiente que lhes dê a chance de se desenvolverem de forma saudável, podendo opinar e se expressar, brincar, ter auxílio e orientação.

As crianças e adolescentes têm o direito a convivência familiar e comunitária, com acesso à educação, cultura, esporte e lazer. Elas têm, sobretudo, direito a viver com segurança, sendo protegidas de qualquer tipo de violência.

## **Responsabilidades dos adultos**

É responsabilidade dos adultos garantir os direitos das crianças e adolescentes e protegê-los. Os adultos precisam suprir as necessidades materiais (proporcionando alimentação, abrigo, segurança) e emocionais (dando carinho e atenção) das crianças. É também responsabilidade do adulto estabelecer limites e regras que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Mas é importante que isso seja feito sem o uso da violência.

Anexo C

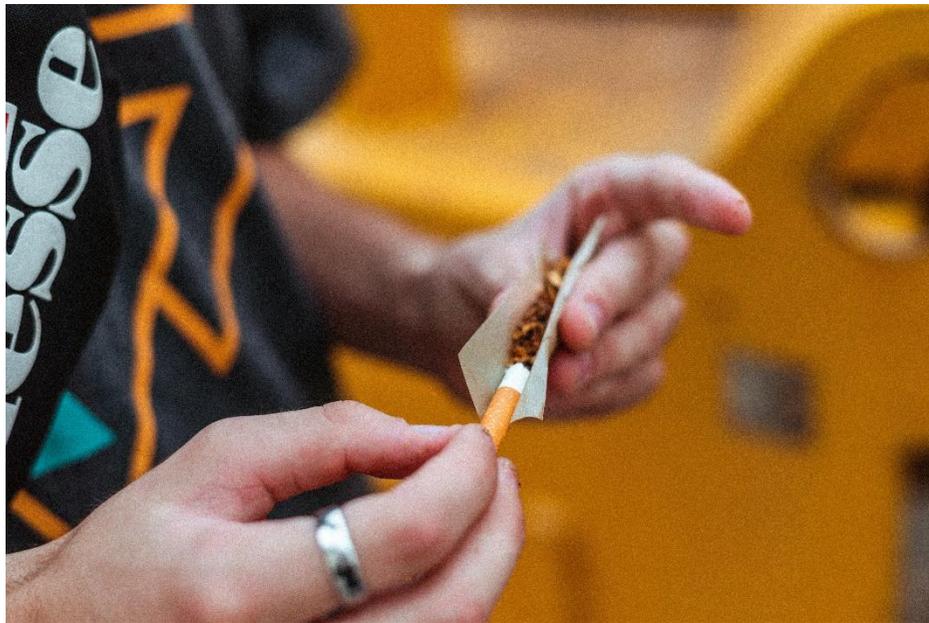


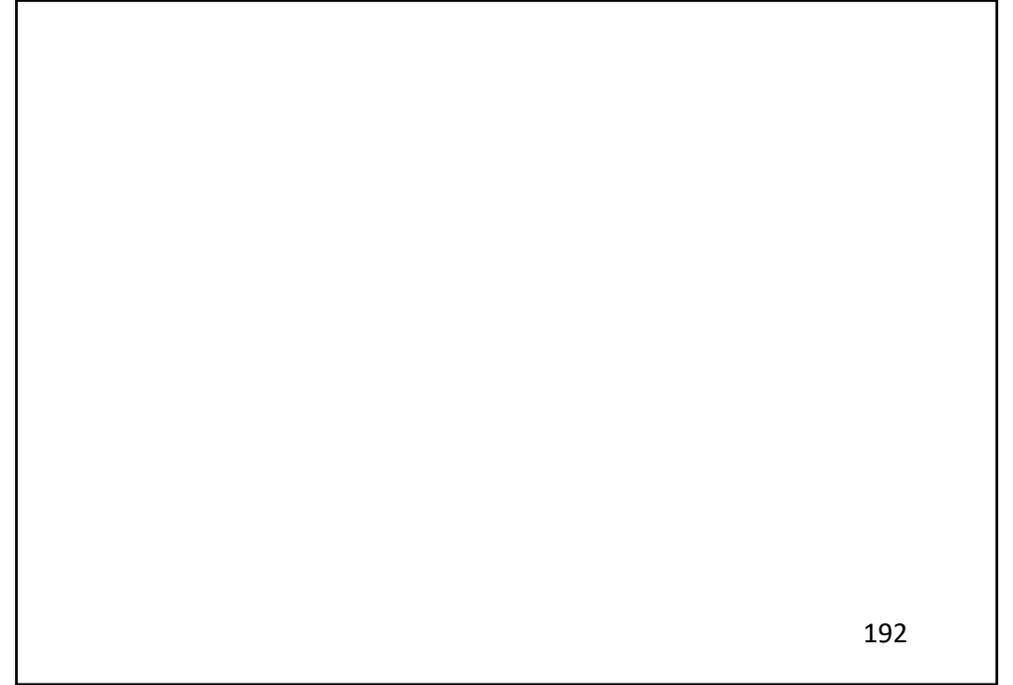
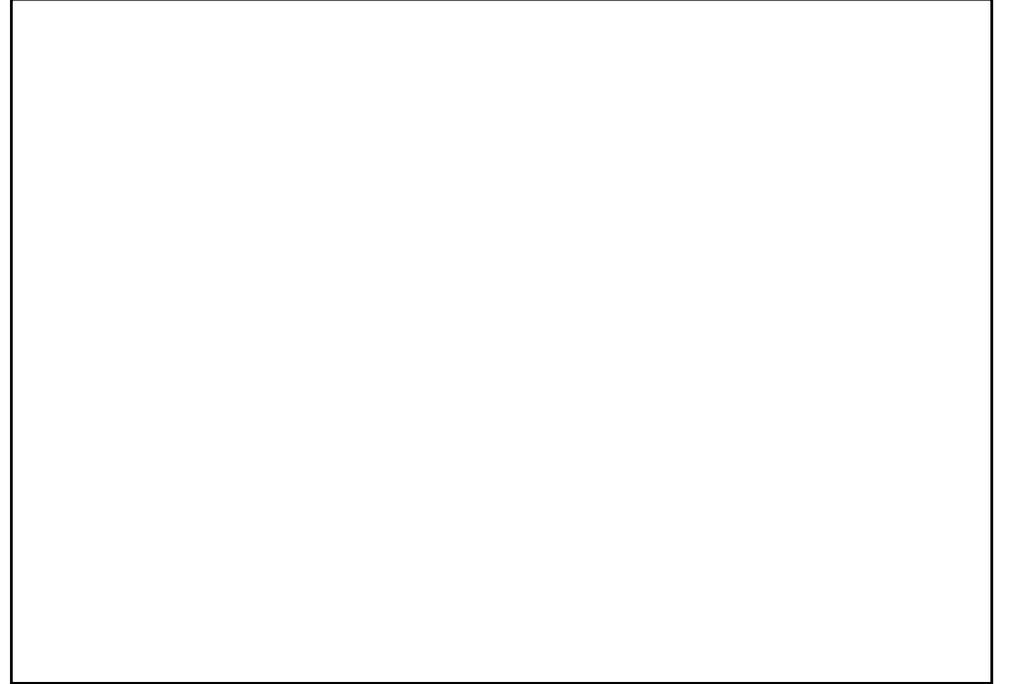
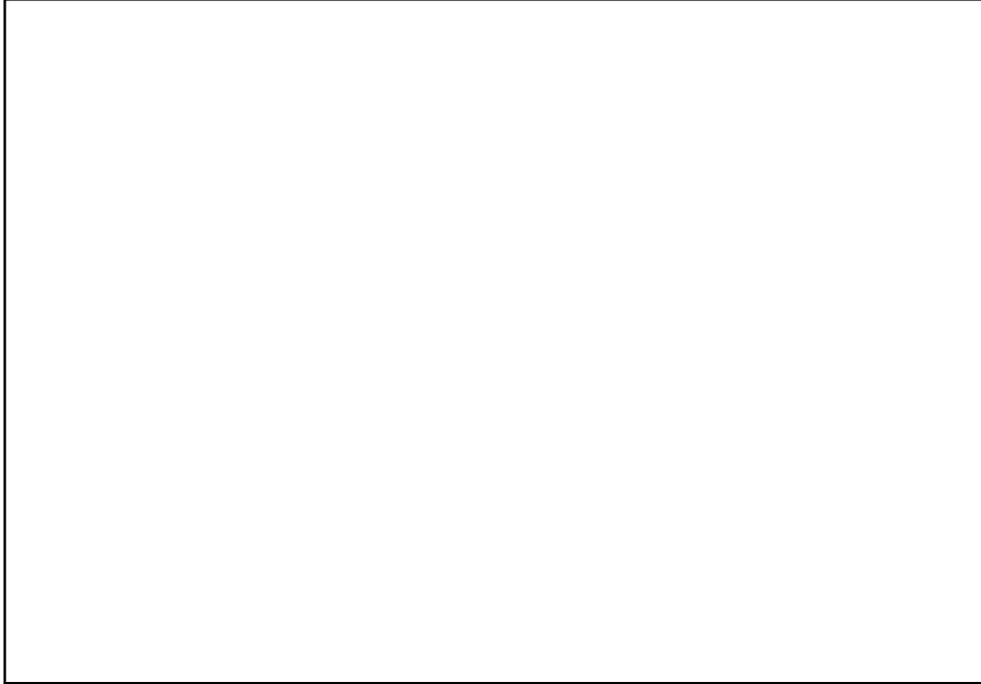


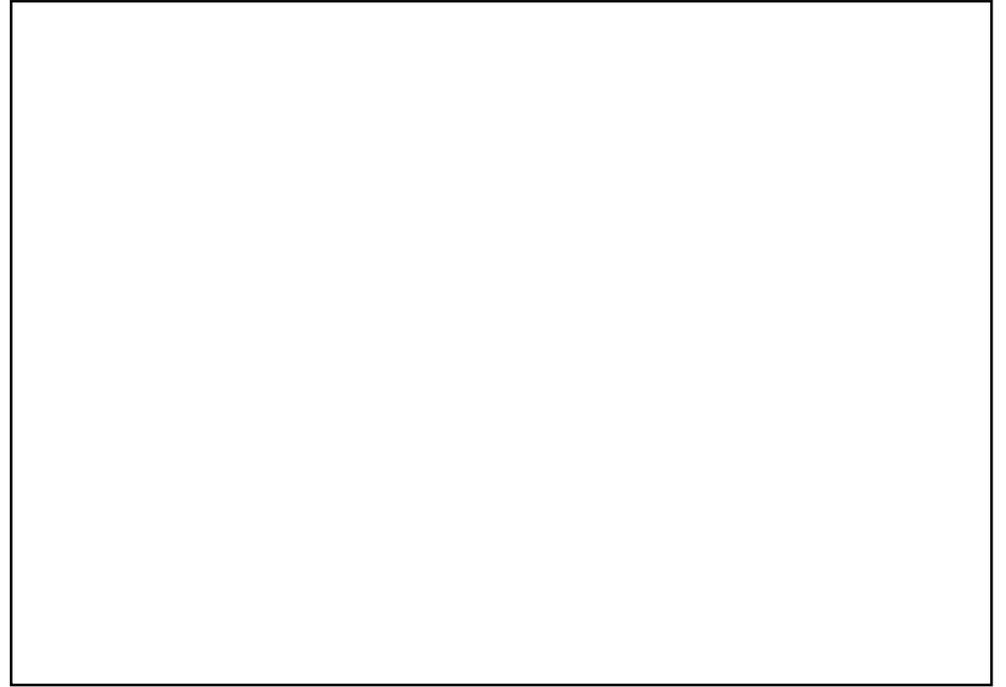
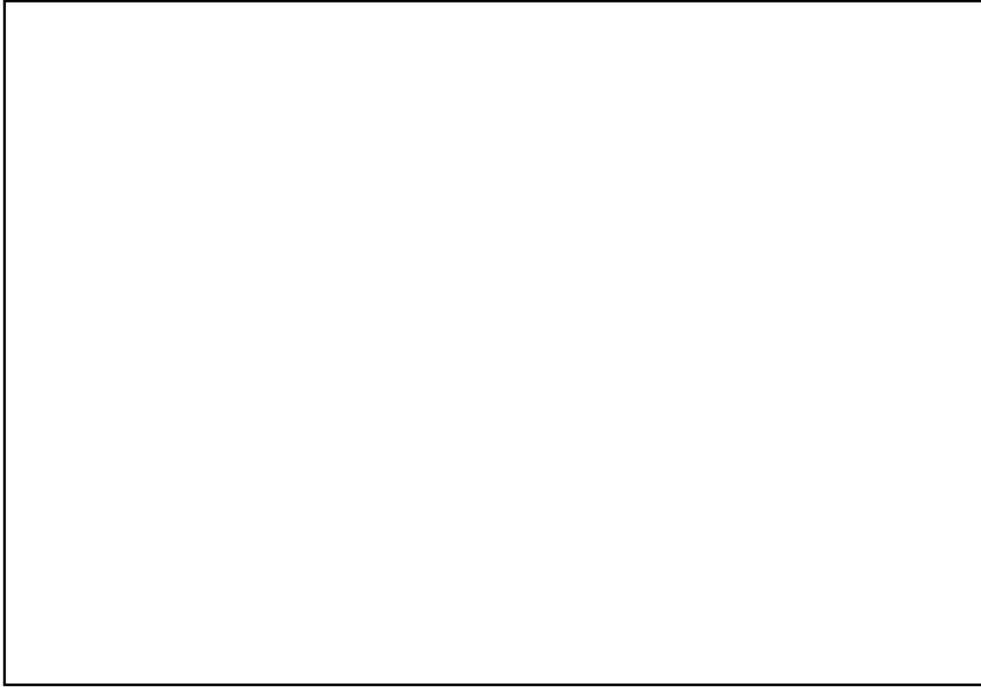




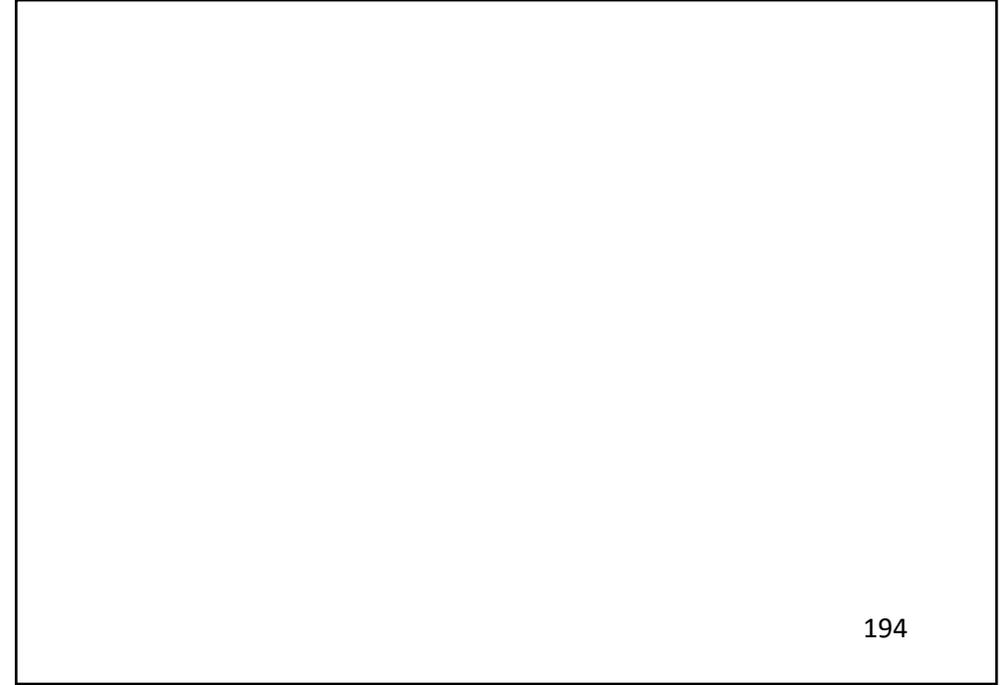
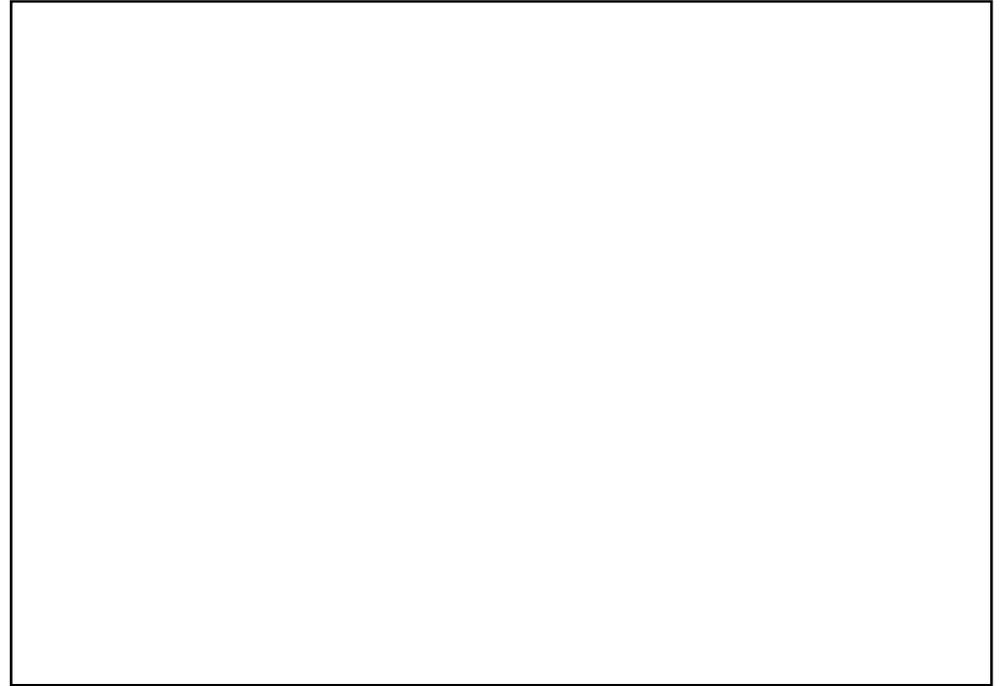
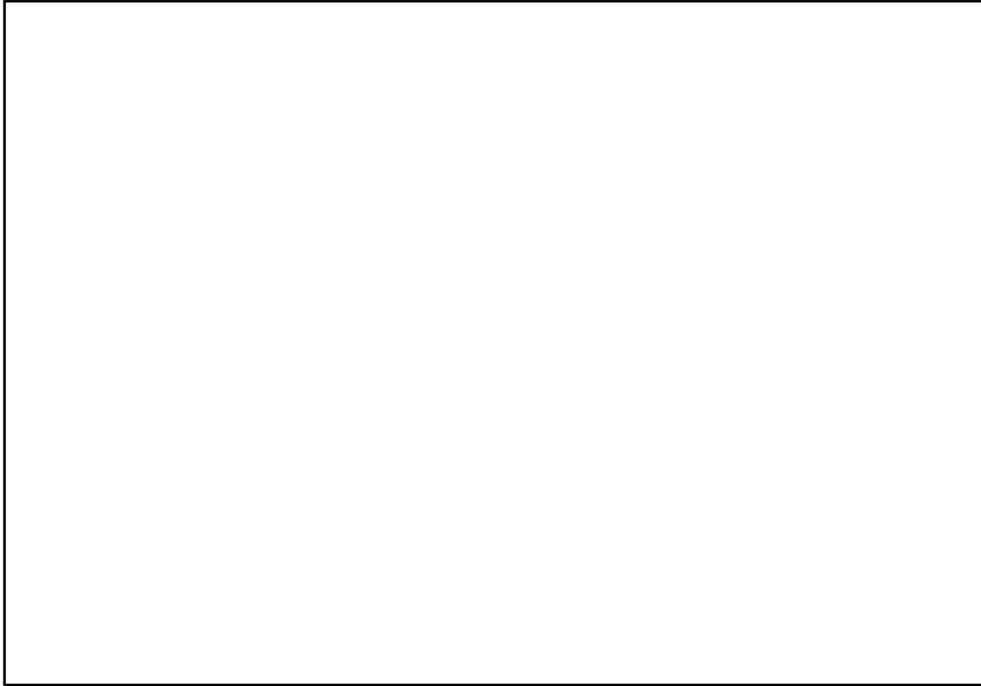








*Comportamientos esperados*



## Sessão 11: Pais e Cuidadores - Agentes promotores de desenvolvimento

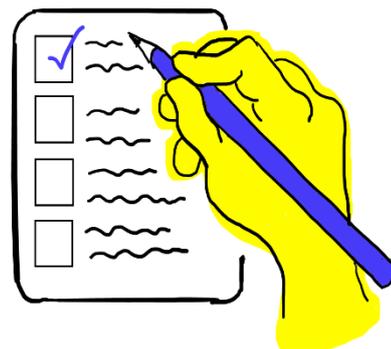


Em continuidade à proposta de instrumentalizar os pais para que tenham condições de realizar mediações saudáveis com seus filhos, sem o uso da coerção e da violência, e de modo a promover o desenvolvimento das crianças e adolescentes, esta sessão abordará especificamente a realidade e os desafios vivenciados por cada família. Será um espaço para que os participantes possam refletir sobre os desafios do dia a dia na educação dos próprios filhos(as). Adicionalmente, espera-se que eles consigam refletir e estabelecer alternativas saudáveis para a inclusão de práticas educativas que sejam promotoras de desenvolvimento, substituindo a utilização da violência e da coerção por diálogo, reflexão e afeto.

Sendo assim, o objetivo principal desta sessão é **levantar os desafios cotidianos enfrentados pelos participantes na educação dos filhos, bem como possibilitar que eles reflitam, de forma colaborativa, a respeito da implementação de estratégias e recursos que foram aprendidas durante a intervenção.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Averiguar quais são os principais conflitos presentes na relação familiar;
- ✓ Buscar, colaborativamente, soluções junto ao grupo para os desafios apresentados;
- ✓ Proporcionar um espaço de debate e reflexão, bem como inserir recursos e estratégias aprendidas durante a intervenção na educação dos filhos.



**Atividade:** Alternativas saudáveis para a resolução de conflitos (1h 30 minutos)

**Objetivos:** Estabelecer um espaço que o grupo possa compartilhar seus principais desafios e adotar estratégias saudáveis de resolução de conflitos na relação com os filhos

**Recursos:** Discussão em grupo



- y) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- z) Diga aos participantes que hoje a sessão não contará com atividades estruturadas e será conduzida por eles próprios.
- aa) Um por vez e de forma espontânea cada participante deverá compartilhar com o grupo os principais desafios que eles enfrentam na relação com os filhos. Eles podem dar exemplos de situações reais que vivenciaram e falar sobre a forma como lidaram com a situação.
- bb) A partir do relato de cada participante, o grupo deve debater sobre possíveis alternativas saudáveis para a resolução desses conflitos, além de refletirem sobre os erros cometidos nas situações que foram apresentadas.
- cc) O mediador deve contribuir para o processo de reflexão dos participantes, além de proporcionar um espaço de escuta seguro para que os participantes falem sobre seus anseios, dificuldades e inseguranças que enfrentam na educação dos filhos. Sempre que possível, o mediador deverá retomar conceitos e temas que foram abordados nas sessões anteriores.
- dd) Quando possível e se necessário, o mediador, em comum acordo com os participantes, poderá incluir sessões adicionais ao programa com as mesmas estratégias desse encontro. O importante é que os participantes sintam que este é um espaço seguro, livre de julgamentos e que eles têm a oportunidade de aprimorar suas práticas e habilidades como cuidadores.

**Nota:** Como os temas dessa sessão serão apresentados pelos próprios participantes, o mediador deve ficar atento e ter condições de dar suporte para as famílias e guiá-los para possíveis resoluções de conflitos de forma saudável e por meio do diálogo. É fundamental que o mediador esteja embasado para os possíveis conteúdos que vão emergir nessa sessão. Recomenda-se, fortemente, que antes da sessão o mediador retome a leitura do material teórico que fundamenta essa intervenção.<sup>4</sup> Busque proporcionar um ambiente em que os próprios participantes consigam realizar reflexões e apresentar *feedbacks*, de acordo com os conteúdos por eles assimilados nas sessões anteriores.

<sup>4</sup> Este programa de intervenção contará com um livro adicional para os mediadores, que deverá ser lido antes da aplicação do material para fundamentá-los teórica e metodologicamente.

## Sessão 12: Pedir ajuda



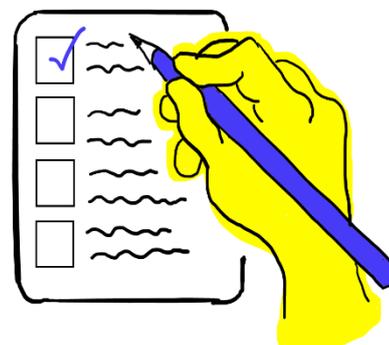
A legislação brasileira prevê a proteção integral de crianças e adolescentes. Para que isso seja efetivado, deve haver ações em conjunto com todos os seguimentos da sociedade. Desta forma, a família, a comunidade e o Estado precisam, juntos, garantir os direitos básicos dessa população e assegurar que crianças e adolescentes cresçam e se desenvolvam em ambientes seguros e livres de violência.

Isso significa que para que a instituição familiar possa, de fato, promover ações que impliquem em um desenvolvimento saudável de seus filhos, ela deve contar com o apoio de uma rede de proteção social, estruturada, principalmente, a partir de serviços, programas e políticas públicas que subsidiem recursos e mecanismos de fortalecimentos das famílias.

Com base nestas considerações, os objetivos dessa sessão são: **1) levantar quais são as pessoas, lugares e instituições que se constituem como redes de proteção das famílias; 2) ampliar o conhecimento dos participantes acerca de serviços e programas que podem acessar, caso necessitem; 3) finalizar o programa de intervenção.**

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Identificar a rede de apoio dos participantes;
- ✓ Instrumentalizar as famílias a respeito de instituições e recursos sociais disponíveis na comunidade;
- ✓ Finalizar o programa de intervenção.



**Atividade 1:** Mapa dos cinco campos (30 minutos)

**Objetivos:** Identificar a rede de apoio dos participantes

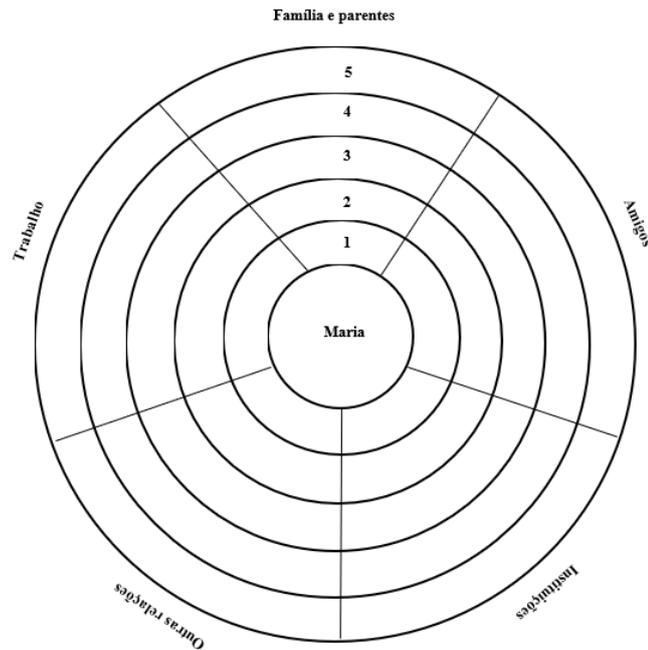
**Recursos:** Folha impressa com o mapa dos cinco campos; lápis, borracha, canetas.

O mapa dos cinco <sup>5</sup>campos é um instrumento que foi desenvolvido por Samuelsson, Thernlund e Ringström em 1990. Muito utilizado em pesquisas e intervenções, tem por objetivo identificar a rede de apoio social e afetiva que as pessoas dispõem. O participante é identificado no centro do mapa e sua divisão por campos busca representar, de forma simbólica, a rede de relacionamentos mais importantes e significativas do sujeito. O participante é representado no centro da imagem e nos círculos mais próximos são inseridos pessoas, lugares e instituições que são mais significativas em sua vida. Os círculos mais distantes possibilitam a identificação de relacionamentos negativos ou espaços institucionais que não são considerados protetivos.

O mapa dos cinco campos é um instrumento bastante flexível, sendo possível adaptar os campos propostos de acordo com as demandas da pesquisa ou intervenção e da população alvo. Para a nossa intervenção, escolhemos os seguintes campos: Família e parentes; Amigos; Trabalho; Instituições e Outras relações. No modelo abaixo, podemos ver como devem ser feitas as representações, sendo que no campo de número 1 o participante deve mencionar as pessoas, lugares ou instituições com a qual possua um relacionamento mais significado. Na medida em que as pessoas são colocadas mais distantes do centro, ou seja, mais próxima do campo 5, significa que se referem a relacionamentos que não são considerados como protetivos ou que não os auxiliam quando se deparam com dificuldades.

---

<sup>5</sup> Para mais informações a respeito deste instrumento, ver Nascimento, D. B.; Ferreira, S. N.; Rosa, E. M.; Nascimento, C. R. R.; Dell'Aglio, Débora Dalbosco . Mapa dos Cinco Campos, Genograma e Ecomapa no estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças e adolescentes. In: Ana Cristina Garcia Dias; Edinete Maria Rosa. (Org.). Metodologias de pesquisa de intervenção com crianças, adolescentes e jovens. 1ed. Vitória: EDUFES, 2017, v. 1, p. 65-102.



- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
- b) Entregue a cada participante uma folha impressa com a representação do mapa dos cinco campos (Anexo A).
- c) Explique aos participantes como deve ser feito o preenchimento do mapa nos seus respectivos campos:
  - a. **Círculo central:** colocar o nome do participante;
  - b. **Família e parentes:** neste campo os participantes devem escrever o nome de membros da família, bem como o grau de parentesco. Por exemplo: 1 – Joana, mãe; 5 – Beto, cunhado;
  - c. **Amigos:** colocar o nome das pessoas com o qual tenham um relacionamento de amizade mais significativos, sempre considerando que quanto mais próximo ao centro, mais importante e protetora essa pessoa é na vida do participante;
  - d. **Trabalho:** descrever o nome das pessoas que o participante estabelece alguma relação no ambiente de trabalho e, se possível, incluir o cargo/função exercida pela pessoa. Por exemplo: Rita, chefe;
  - e. **Instituições:** neste campo o participante poderá descrever as instituições que já foram ou não significativas para os participantes, seguindo a mesma ordem de um relacionamento bom ou ruim. Por exemplo: CREAS, Delegacia, Hospital, UBS, Conselho Tutelar, etc.



**Nota:** É possível que alguns participantes não consigam preencher alguns campos, justamente porque não dispõem de uma rede de apoio afetiva e social. É

importante que o mediador, a partir da próxima atividade, estabeleça estratégias para que isso seja minimizado e que os participantes possam tomar conhecimento de serviços e programas que podem recorrer.

**Atividade 2:** Conhecendo a rede de proteção (40 minutos)

**Objetivo:** Instrumentalizar as famílias a respeito de instituições e recursos sociais disponíveis na comunidade

**Recursos:** Definição de rede de proteção; Imagem impressa, canetas coloridas ou lápis de cor.

Para que as famílias possam exercer a sua função protetiva no cuidado para com seus filhos, é necessário que uma série de outros serviços e instituições sociais também cumpram com seus papéis. É imprescindível que os participantes compreendam que não estão sozinhos na luta pelo rompimento do ciclo de violência que perpassa seus núcleos familiares. Para isso, é necessário que eles tenham conhecimento a respeito da Rede de Proteção.

- a) Diga aos participantes que agora vocês irão conversar a respeito do conceito de Rede de Proteção. Antes de apresentar o conceito, questione-os se alguém sabe do que se trata.
- b) Leia e explique para os participantes a definição de Rede de Proteção.



### Rede de Proteção

A Rede de Proteção é composta por um conjunto de serviços públicos que trabalham de forma articulada, que tem por objetivo ofertar atenção contínua e integral a população que dela necessitar. Os serviços disponibilizados por essa rede vão desde a atenção primária a saúde até os serviços mais especializados. Trata-se de uma articulação entre a rede de saúde, com as redes de assistência social, da educação e com os sistemas de justiça e segurança pública. Isso significa que no Brasil existem vários serviços e instituições que podem ajudar vocês quando necessitarem, inclusive no cuidado dos seus filhos para questões que vocês não sabem muito bem como lidar.

- c) Entregue a cada participante uma folha impressa (Anexo B), que conterà uma imagem representando instituições/programas que podem compor a rede de proteção.
- d) Dê a orientação para os praticantes circularem as instituições na seguinte ordem de cores:

- a. **Azul:** Instituições nas quais os participantes já conhecem ou ouviram falar, mas que nunca usaram os serviços.
  - b. **Preto:** Instituições que os participantes desconhecem sua função.
  - c. **Verde:** instituições que participantes conhecem e já usaram o serviço pelo menos uma vez durante toda a vida.
  - d. **Amarelo:** instituições nas quais os participantes tiveram experiências positivas
  - e. **Vermelho:** Instituições nas quais os participantes já conhecem, mas NÃO tiveram uma boa experiência quando necessitaram delas;
- e) O modelo abaixo demonstra como o preenchimento poderá ser feito:



- f) Para que os participantes não se confundam em relação às cores a serem utilizadas, conduza a atividade por partes, dando orientações fragmentadas (exemplo: primeiro, vocês vão utilizar apenas o lápis azul para circular as instituições que vocês já ouviram falar, mas que nunca frequentaram; assim por diante)
- g) Explique aos participantes sobre a função das instituições ou programas circunscritos por eles em **azul** ou **preto**, ou seja, das instituições que eles já ouviram falar ou que desconheciam completamente.
- h) Questione-os a respeito de quais foram as experiências boas e ruins, nas instituições circunscritas em **amarelo** e **vermelho**.

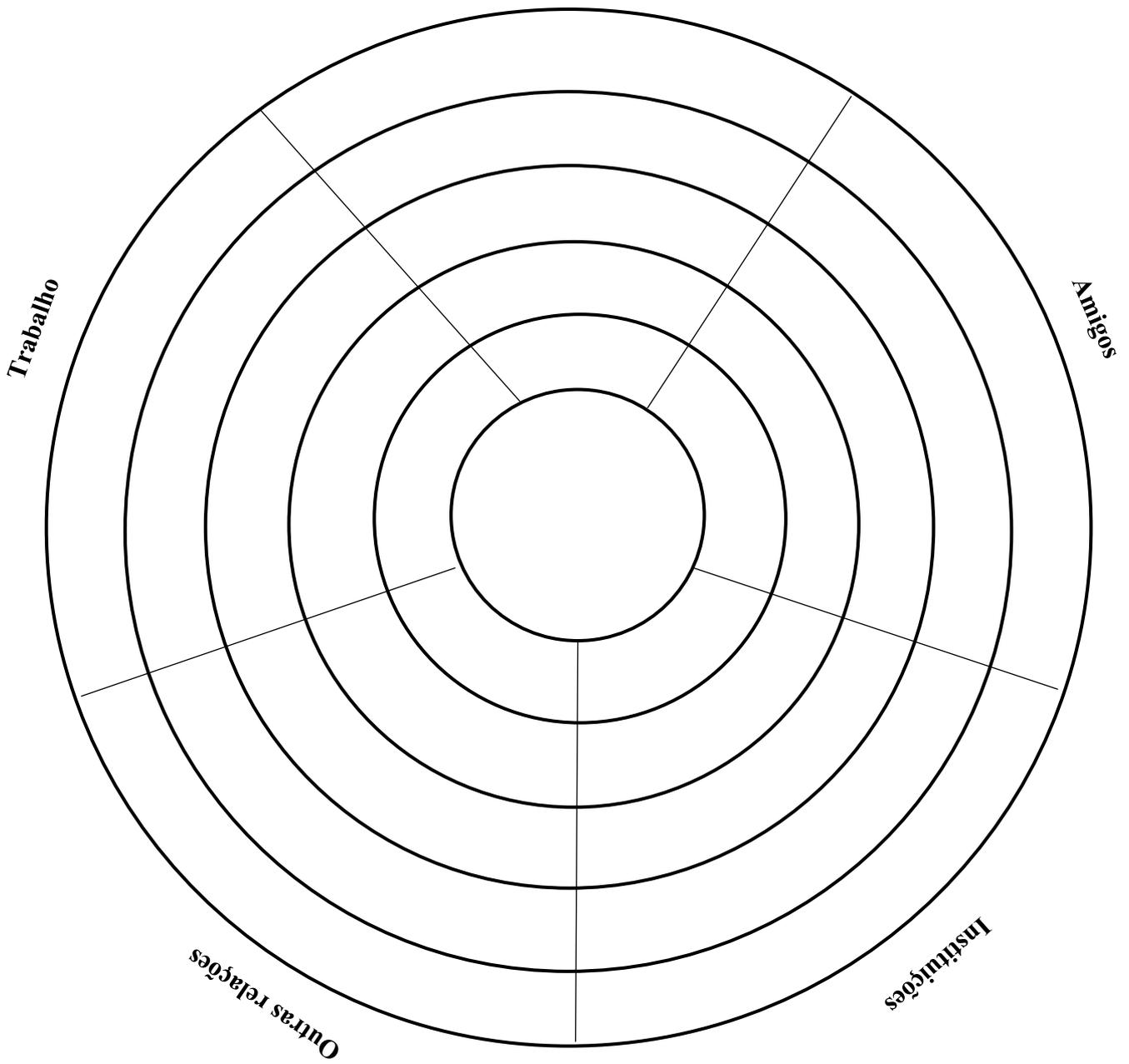
### **Atividade 3:** Encerramento

**Objetivo:** Finalizar o programa de intervenção

**Recursos:** Lanches e *coffe break* e certificado.

- a) É importante que o programa seja finalizado de maneira festiva e celebrativa. Quando possível, ofereça aos participantes quitutes ou um *coffe break*.
- b) Valorize, intensamente e de diferentes formas, todos os esforços do grupo para participarem dos encontros.
- c) Sugerimos que sejam entregues certificados de conclusão do programa para cada participante, assinado pelo mediador ou pela pessoa responsável pela instituição. Trata-se de um ato simbólico que pode ter um significado importante para os participantes. Nesse documento, coloque o nome do participante e um breve texto que indica que o mesmo concluiu o programa e que desenvolveu habilidades importantes para assegurar uma educação saudável e protetiva para os seus filhos. Apresentamos, abaixo, um modelo que pode ser utilizado (Anexo C).

**Família e parentes**





## CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE,

# DÉBORA ANANIAS GUIMARÃES

Participou de um curso de educação parental e desenvolveu habilidades importantes para assegurar uma educação saudável e protetiva para os seus filhos.

4 DE JUNHO DE 20XX

---

Coordenador(a) - CREAS

---

Profissional mediador



## Capítulo 3 – Estudo de Validade de Conteúdo

### Introdução

Embora não seja natural ou intrínseca à espécie, a violência acompanha toda a experiência da humanidade (Minayo, 2006). A violência, em suas mais diversas manifestações, coisifica a vítima, tratando-a como objeto de livre manipulação do perpetrador (Chauí, 2017). Trata-se de um fenômeno que se manifesta de diferentes formas, a depender do contexto histórico, social, político e, sem dúvidas, a partir do pertencimento de grupos, classes e etnias (Costa, 2014; Ruiz, 2014). Para Minayo (2006), “a violência não é uma, é múltipla” (p. 11).

A América Latina é a região mais violenta do mundo, sendo também a única cuja taxa de violência vem aumentando desde a década de 1990 (Rettberg, 2020). Diante desse cenário caótico, permeado por múltiplas formas de manifestação de violência, indicadores de homicídios são escabrosos (Souza, Melo, Silva, Franco, Alazraqui & González-Pérez, 2012; Rettberg, 2020). Adicionalmente, a violência que perpassa esta região do globo incluem conflitos armados (Valença & Tostes, 2015), guerra entre cartéis de drogas ilícitas (Palacios, 2016), crimes organizados (Adorno, 2019), violência urbana (Briceño-León, 2002), violência sexual (Inguanzo & Rodríguez-Rodríguez, 2019), violência intrafamiliar (Cuervo, Espinosa & Ríos, 2019; Patias, Siqueira & Dias, 2012), desaparecimentos (Robledo-Silvestre & Querales-Mendoza, 2020), repressão a líderes de direitos humanos (Di Eugenio, 2020; Rodrigues & Vieira, 2020), feminicídio (Serafin, 2019), conflitos ambientais (Leal, Neto & Nabozny, 2021), entre outras.

Diante desta heterogeneidade de violências, há formas que são condenadas e outras que são toleradas, justificadas e até mesmo encorajadas socialmente (Minayo, 2006). Matar alguém, na maioria das vezes, pode ser visto como algo brutal e inaceitável.

Mas, bater e punir, por exemplo, pode ser considerado como uma forma de educar ou de praticar justiça. As situações de violência toleradas são vivenciadas pelos sujeitos de maneira espontânea, cotidianamente, e se naturalizam nas relações sociais e familiares (Costa, 2014; Martin-Baró, 1996). Nesse contexto, de aceitabilidade e naturalização da violência, crianças e adolescentes estão entre as principais vítimas, sobretudo no ambiente intrafamiliar (Levandowski, Stahnke, Munhoz, Hohendorff & Salvador-Silva, 2021; Macedo, Foschiera, Bordini, Habigzang & Koller, 2019).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes trata-se de um problema de saúde pública e deriva-se de formas de violência mais amplas, presentes na tessitura social. Tais práticas são, comumente, praticadas por pais ou responsáveis de crianças e adolescentes e configura-se como uma distorção do cuidar (Ferreira, 2002). As práticas parentais coercitivas, em que o uso da violência se faz presente nas dinâmicas familiares, representa um fator de risco para o desenvolvimento da criança e do adolescente, pois comprometem a saúde, bem-estar e performance social da população infanto-juvenil (Patias, Siqueira & Dias, 2012).

Os adultos responsáveis devem exercer sua autoridade em relação à criança e ao adolescente de maneira confiável, facilitando o desenvolvimento de recursos internos e suas habilidades de forma saudável (Ferreira, 2002; Limiñana, Martínez & Pérez, 2018; Silva et al., 2018). Ademais, não é dever exclusivo dos familiares responsáveis, mas também de toda sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, o que for necessário para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, como preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). As práticas educativas parentais coercitivas, que recorrem à violência ou ao castigo corporal, contrariam estes preceitos.

O Artigo 5º das disposições preliminares estabelece que nenhuma criança ou

adolescente deverá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Parte-se da compreensão que para modificar o cenário da violência intrafamiliar, além de um amplo trabalho de conscientização que se faz necessário, uma das formas de efetivar o que já está preconizado nos documentos oficiais é possibilitar o acesso da população (em especial de pais e cuidadores) a programas interventivos que visem a prevenção da violência, o encerramento de ciclos intergeracionais de violência e ações que inibam a reincidência dos casos (Medeiros, Pessoa, Ferrador, & Liebenberg, in press).

Alguns trabalhos no cenário nacional já vêm sendo realizados na tentativa de conscientizar famílias e profissionais sobre o exercício parental em torno de práticas educativas positivas, buscando mudanças na interação familiar e redução da violência doméstica (Barros & Freitas, 2016; Patias, Siqueira & Dias, 2013). Entretanto, embora a divulgação de diferentes estratégias educativas, bem como a realização de grupos psicoeducacionais sejam de grande importância, ainda é escasso (ou quase inexistente) programas de intervenção com famílias que sejam sistematizados e validados cientificamente no contexto nacional.

Pontes (2020) identificou apenas dois programas parentais de prevenção da violência contra crianças com validade científica e que vem sendo aplicados no Brasil: 1) o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros; 2) e o Programa de Qualidade na Interação Familiar (PQIF), desenvolvido na Universidade Federal do Paraná, tendo sua eficácia verificada por Weber, Brandenburg e Salvador (2006).

O programa ACT, desenvolvido pela *American Psychological Association* – APA, consiste em um programa parental de prevenção primária universal da violência contra criança que vem sendo aplicado em diversos países desde 2001. Já no Brasil, seu processo de adaptação tem ocorrido desde 2011 (Silva, 2011). Mais recentemente, Pontes (2020)

realizou um estudo experimental para avaliar a capacitação profissional sobre o programa ACT. Apesar de trazer alguns resultados promissores, um outro achado da autora chamou a atenção. Algumas participantes, ao responderem ao formulário no final da pesquisa, afirmaram que o programa foi desenvolvido para um público-alvo de pais com um nível de escolaridade mais elevado, com necessidade de um repertório de base. Isso se tornaria, portanto, um dificultador na implementação do programa para a realidade dos serviços de atendimento especializado no país, como os que ocorrem nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

O dado encontrado por Pontes (2020) corrobora com o que já foi discutido por Silva e Williams (2016). As autoras apontaram para uma tentativa frustrada de se aplicar o ACT em grupos, sendo que a principal dificuldade de adesão esteve relacionada aos desafios de intervir com mães de baixa escolaridade, com baixo poder aquisitivo e residentes de bairros vulneráveis. Desta forma, embora o ACT seja um programa de grande reconhecimento internacional, os dados apontam para a necessidade de maiores adaptações à realidade brasileira e à própria condição psicológica e social dos cuidadores e responsáveis pelas crianças e adolescentes.

Já o programa de prevenção primária PQIF, desenvolvido no contexto nacional, alcançou resultados muito positivos em seu processo de validação. Houve uma modificação e qualificação do repertório comportamental dos pais, discriminando ações positivas que já praticavam e tornando-os mais conscientes sobre as mesmas (Weber, Brandenburg & Salvador, 2006). Vale destacar que o programa PQIF foi aplicado com pais que já tinham um repertório de comportamento considerado adequado na relação com seus filhos, tendo a intervenção se tornado mais útil para conscientizar esses pais a respeito de seus comportamentos já considerados benéficos, das implicações destes na vida dos filhos e de suas funções enquanto cuidadores.

Programas como esse são de extrema importância no trabalho de prevenção à violência, entretanto, ainda é escasso e de grande urgência o desenvolvimento e implementação de programas para níveis de atenção especializada, especialmente para o trabalho em serviços de média e alta complexidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), cujas violências já foram instauradas e requerem ações para o rompimento e não reincidência destes episódios. Além disso, é fundamental que tais programas sejam adequados a realidade brasileira, considerando as especificidades culturais, as particularidades e o nível de escolaridade dos participantes.

O desenvolvimento e avaliação de um programa deste porte constituem um processo longo, desafiador e com inúmeras etapas. Para a validação científica de um programa de intervenção, em termos das propriedades psicométricas e do reconhecimento de sua relevância, alguns critérios metodológicos devem ser seguidos rigorosamente. Durgante e Dell’Aglío (2018) apontam três tipos de avaliação que podem ser conduzidas em programas intervenções: viabilidade, eficácia e efetividade. A viabilidade diz respeito à avaliação do potencial da intervenção ter êxito e é recomendada antes da verificação da eficácia. Esta última pode ser avaliada a partir dos efeitos produzidos em um grupo de aplicação experimental em comparação a um grupo controle que não recebeu a intervenção. A efetividade diz respeito aos efeitos da intervenção fora do contexto experimental, em condições não controladas, ou seja, em um ambiente natural, que pode ser aplicado após verificar a eficácia da intervenção.

A viabilidade da intervenção, segundo Durgante e Dell’Aglío (2018; 2019), tem por objetivo verificar se a população alvo adere ao programa, predizendo se a mesma tem condições de ser bem-sucedida em estudos posteriores. As autoras supracitadas indicam que esse tipo de estudo seja realizado previamente a um estudo maior, com controle de variáveis. Um estudo de viabilidade se faz necessário para dar base ao estudo maior,

umentando o seu potencial de sucesso e minimizando os erros (Fernandes & Dell’Aglío, 2021; NHR, 2021; Wendt & Dell’Aglío, 2021).

Após as alterações e melhorias no projeto ou intervenção, decorrentes dos ajustes feitos a partir da análise de viabilidade, deve ser feito um estudo de eficácia. Neste caso, sendo também uma das etapas fundamentais para a validação de programas de intervenção, a eficácia consiste em um estudo mais amplo e sistematizado, cujos dados devem ser avaliados meticulosamente em termos dos efeitos produzidos, com intervalos de avaliação pré-definidos (medidas de pré-teste, pós teste e follow-up – ou seguimento) (Durgante & Dell’Aglío, 2018; 2019).

Com base nas interlocuções teóricas realizadas, bem como na contextualização do programa que foi desenvolvido e apresentado nos capítulos anteriores (Capítulos 1 e 2), entende-se que é necessário submeter a intervenção a processos de validação científicos rigorosos e que possam, eventualmente, atestar a sua funcionalidade e aplicabilidade na realidade das famílias brasileiras. Todavia, diante do cenário apresentado pelo Covid-19, não foi possível realizar, durante o mestrado da pesquisadora, o estudo de viabilidade do programa de intervenção. Assim, buscou-se proceder com uma outra forma de avaliação, intitulada “Estudo de Validade de Conteúdo - EVC”.

A Validade de Conteúdo é uma fase importante e amplamente utilizada nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas psicométricas (Alexandre & Coluci, 2011), sobretudo em escalas de avaliação psicológica. Todavia, esse processo de avaliação não se limita apenas as pesquisas da área da psicometria. Valle (2021), por exemplo, utilizou critérios semelhantes ao processo de validação de conteúdo para avaliar uma intervenção sistêmica em bullying para alunos, professores e pais. Na mesma direção, Silva, Santos, Souza, Passos e Santos (2020) validaram o conteúdo e a aparência de uma tecnologia didática e instrucional, no formato de uma cartilha, sobre

cateterização intravenosa periférica para famílias. Ambos os estudos (Silva et al., 2020; Valle, 2021) realizaram a validação de conteúdo por meio de avaliação feita por juízes especialistas.

Assim, o Estudo de Validade de Conteúdo, empregado na presente dissertação, consistiu no procedimento de avaliação sistematizada do programa, a partir da análise de pesquisadoras e cientistas sociais, com notório saber na área em que a pesquisa se insere, acerca de várias dimensões do programa. Este capítulo tem o objetivo de apresentar os resultados obtidos, bem como discorrer sobre eventuais mudanças que o programa requer antes de ser submetido ao estudo de viabilidade.

### **Método**

Trata-se de um estudo com delineamento transversal, exploratório-descritivo e fundamentado na abordagem qualitativa.

#### *Participantes*

Três pesquisadoras, aqui qualificadas como juízas, com notório conhecimento teórico e prático na temática da violência intrafamiliar e / ou de validação de programas de intervenção foram convidadas para participarem deste estudo.

Uma síntese da caracterização desses profissionais é apresentada na Tabela 1:

| <b>Participante</b> | <b>Sexo</b> | <b>Formação</b>     | <b>Mestrado</b> | <b>Doutorado</b>    | <b>Docência/ Atuação Profissional</b>  |
|---------------------|-------------|---------------------|-----------------|---------------------|--|
| <b>P1</b>           | Feminino    | Psicologia          | Psicologia      | Psicologia          | Docente na graduação em Psicologia e coordenadora de um Programa de Pós Graduação em Educação;<br>Tem experiência nas áreas de:<br>Psicologia Escolar;<br>Avaliação Psicológica;<br>Orientação Profissional.   |
| <b>P2</b>           | Feminino    | Terapia Ocupacional | Saúde Coletiva  | Terapia Ocupacional | Coordenadora na Política de Assistência Social/SUAS;<br>Tem experiência nas áreas de:<br>Vulnerabilidade Social;<br>Prática Profissional e Gestão dos Serviços do SUAS;<br>Intervenções Psicossociais.   |
| <b>P3</b>           | Feminino    | Psicologia          | Psicologia      | Psicologia          | Psicóloga Clínica e Supervisora;<br>Tem experiência nas áreas de:<br>Intervenção Terapêutica;<br>Docência e capacitação de profissionais;<br>Desenvolvimento e implementação de programas de intervenção voltados para prevenção a abuso sexual infanto-juvenil. |

A escolha das juízas ocorreu de forma intencional, não-probabilística e se deu a partir do reconhecimento da comunidade científica e de setores vinculados a políticas públicas sobre a relevância da produção científica e técnica das profissionais.

### **Instrumento**

Elaborou-se um formulário para a validação de conteúdo da intervenção proposta, composto por: i) Orientações gerais a respeito de como os avaliadores deveriam proceder com o preenchimento dos formulários e, ii) instrumento de registro da avaliação do

programa interventivo. O instrumento de avaliação, que foi preenchido de forma on-line, contou com 13 questões referentes a *apresentação e estrutura da intervenção*, incluindo aspectos da aparência, formato, organização e adequação da apresentação e da estrutura das atividades elaboradas (5 itens); e *conteúdo e objetivos*, o que englobou a avaliação da pertinência, relevância, abrangência e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados (8 itens). As três juízas especialistas responderam a 35 formulários cada, referentes a avaliação de conteúdo de cada atividade proposta nas 12 sessões que compõem o programa de intervenção. Para visualização do programa de intervenção na íntegra, acessar o Capítulo 2 desta dissertação. Já as orientações gerais a respeito de como os avaliadores deveriam proceder com o preenchimento dos formulários e o instrumento de registro da avaliação do programa interventivo estão disponíveis, respectivamente, nos Anexo A e B.

A cada item do formulário, as avaliadoras deveriam escolher uma das respostas: “Sim”, “Não” ou “Sim, mas eu recomendaria alterações”. A resposta “Sim”, corresponderia à concordância da juíza no item avaliado. A resposta “Não” é sinônimo de discordância. Já no caso da opção “Sim, mas eu recomendaria alterações” significa concordância da avaliadora, porém, com apontamentos ou sugestões para qualificar a atividade. Constou também no formulário de avaliação um item opcional com o título “Outras sugestões e comentários”, onde cada juíza que optasse pela resposta “Sim, mas eu recomendaria alterações” deveria especificar o número do item que considerou necessário proceder com ajustes, bem como qual a mudança sugerida pela avaliadora. Além disso, era possível que as avaliadoras também acrescentassem nesse tópico qualquer outro comentário ou sugestão que desejassem a respeito das atividades avaliadas.

## **Análise dos dados**

A análise de dados envolveu um processo dialógico entre a mestranda e seu orientador, tendo como base as avaliações emitidas por cada uma das juízas. Foi realizada, inicialmente, a Tabulação dos dados em uma planilha do Excel acerca de todos os itens cujas avaliadoras assinalaram as opções “Não” ou “Sim, mas eu recomendaria mudanças”. Isso porque entendemos que tais indicações poderiam auxiliar, efetivamente, na qualificação e aprimoramento do programa de intervenção.

Na sequência, os comentários e sugestões das avaliadoras foram sistematizados e separados em um arquivo específico de cada sessão (Anexo C). As recomendações foram reavaliadas pela mestranda, conjuntamente com seu orientador, e as fragilidades apontadas (em termos de conteúdo, objetivos, procedimentos, materiais, entre outros) foram sendo categorizadas, de modo que será possível proceder, *a posteriori*, com as mudanças consideradas pertinentes e adequadas.

Cabe ainda destacar que as mudanças sugeridas, bem como a análise que está apresentada neste capítulo, ainda não foram incorporadas ao programa. Contudo, é nossa intenção proceder com os ajustes antes do início do estudo de viabilidade, que deverá ocorrer em etapas subsequentes.

## **Resultados e Discussão**

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surgiu em 2005 enquanto política pública e visava romper com a fragmentação das ações do sistema, anular ações inócuas e fundamentadas no assistencialismo e responsabilizar o Estado ao que diz respeito a garantia de direitos e de cidadania de toda população (Cavalcante & Ribeiro, 2012). Apesar da notória importância do SUAS ao trazer um novo paradigma de política de assistência social e o início de uma sistematização de uma série de serviços essenciais

(Paiva & Lobato, 2019), inúmeros desafios ainda são encontrados na efetivação da política em todos os níveis de atenção. Entre os principais entraves, podemos citar a dificuldade dos profissionais em trabalhar de forma interdisciplinar, as precárias condições de trabalho, a terceirização de profissionais que atuam na assistência social e a falta de capacitação profissional para implementação de estratégias e programas interventivos que qualifiquem a atuação dos serviços (Brandolt, Coelho-Lima, Motta & Santos, 2021; Cordeiro & Curado, 2018; Raichelis, 2010; Silva & Almeida, 2018).

O programa de intervenção desenvolvido nesta dissertação busca justamente minimizar parte dos desafios enfrentados por profissionais do SUAS, em especial àqueles que atuam em serviços de média complexidade e no enfrentamento da reincidência da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Trata-se, portanto, de uma tecnologia social que visa instrumentalizar os profissionais e oferecer um programa interventivo sistematizado que tem o potencial de auxiliar no trabalho com as famílias.

Como já mencionado anteriormente, para que um programa de intervenção seja validado cientificamente, é necessário que o mesmo passe por inúmeros processos de avaliação (validação de conteúdo, avaliação da viabilidade e eficácia, por exemplo). Assim, apresentaremos, nesta seção, apenas os resultados atinentes à primeira etapa da avaliação do programa: validação de conteúdo. Os resultados obtidos até o momento, no que se refere à qualidade da intervenção, parecem promissoras, de acordo com a avaliação das juízas.

No total das 1.365 respostas obtidas pelas três juízas em todos os itens e atividades avaliadas (3 juízas responderam 35 formulários, contendo 13 itens avaliativos em cada), apenas 14 receberam “Não”, o que representa discordância da avaliadora com o conteúdo avaliado e necessidade de alteração no formato ou conteúdo da atividade. Cabe ressaltar, contudo, que os itens que receberam “Não” como resposta foram emitidos por uma única

avaliadora. Isso significa que todos os itens avaliativos das atividades obtiveram concordância de pelo menos duas das três juízas.

O Gráfico 1 mostra que dos 13 itens que compuseram os formulários de avaliação, apenas 6 deles receberam resposta “Não” em algum momento (itens 1, 3, 4, 5, 9 e 13). O item que recebeu um maior índice de discordância (5 respostas “Não”) foi o item 4. *Materiais atrativos e não cansativos* (Sessão2, Atividade 2; Sessão5, Atividades 1 e 2; Sessão 6, Atividade 2; Sessão 7, Atividade1). Em seguida, o mais pontuado foi o item 13. *Atividade incentiva mudança de comportamento nos participantes*, com 3 respostas “Não” (Sessão 1, Atividades 1 e 2; Sessão 2, Atividade 1). Das 14 respostas “Não”, 10 estão associadas a *Apresentação e estrutura* das atividades, que avaliam a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados (5 primeiros itens do formulário de avaliação). Esse resultado evidencia a necessidade de revisarmos, de forma mais aprofundada, os itens relacionados à apresentação e estrutura da intervenção proposta. Já os itens que avaliaram o *Conteúdo e objetivo* das atividades (itens de número 6 a 13), foram emitidas apenas 4 respostas “Não”, do total de atividades avaliadas.

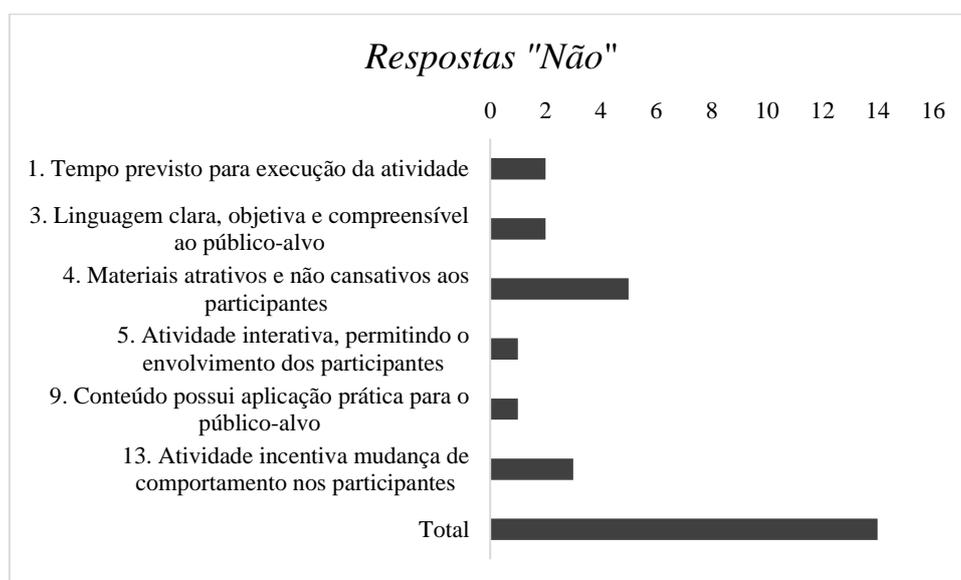


Gráfico 1 – Indicadores de Avaliação das Juízas

Além do baixo índice de discordância das especialistas sobre os componentes avaliados, todas as avaliadoras apontaram a relevância do programa de intervenção para os serviços do SUAS, bem como a qualidade do material elaborado.

*Quero ressaltar a qualidade do trabalho. Certamente será uma proposta muito promissora que trará efetiva contribuição (P1).*

*“De modo geral, gostaria de ressaltar o esforço em produzir material de qualidade que possa ser referência teórica e metodológica aos CREAS, que carecem de documentos oficiais, materiais orientadores e oportunidades de supervisão/formação continuada, bem como de repertório para ações coletivas, tão potentes, no contexto das intervenções psicossociais realizadas” (P2).*

Além disso algumas sessões foram destacadas positivamente pelas juízas, seja pela pertinência dos conteúdos abordados ou pela forma como a intervenção poderá auxiliar as famílias na compreensão e identificação da violência.

*“Essa primeira sessão é estratégica no que diz respeito à segurança de acolhida no SUAS, no sentido de acolher, construir um espaço acolhedor e de vinculação positiva com os usuários, esclarecendo o disponibilizando o serviço como espaço de fortalecimento e não de culpabilização/punição” (Sessão1, Atividade 3).*

*“Muito bom abordar o conceito de forma ampla, sem direcionar para a família deles, isso vai ajudar na compreensão e identificação” (Sessão 4, Atividade 1).*

De modo geral, consideramos de extrema importância o retorno positivo das profissionais / pesquisadoras. As juízas são profissionais experientes e com conhecimentos técnicos e teóricos aprofundados, o que nos deu mais segurança em relação ao material que foi construído. Sabemos que ainda há um longo percurso e que muitas mudanças poderão ser feitas nas atividades e na intervenção de modo geral, até obtermos um programa interventivo que seja, de fato, eficaz para as demandas trazidas pelas famílias com histórico de violência intrafamiliar. Todavia, os resultados obtidos já nesse estudo de validação de conteúdo são promissores e nos serve de incentivo para continuarmos no processo de validação do programa de intervenção proposto.

Ao que diz respeito as recomendações de alterações feitas pelas avaliadoras, apontadas por meio da resposta “*Sim, mas eu recomendaria alterações*”, obteve-se um total de 55 apontamentos de sugestões de alterações, distribuídas entre todos os 13 itens avaliados. O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos itens que foram sugeridas as alterações em suas respectivas sessões. Apesar de todos os itens terem recebido alguma sugestão de alteração das avaliadoras em determinadas atividades, 4 das 12 sessões que compõem o programa não receberam nenhuma sugestão de alteração (Sessões 6, 10, 11 e 12), seja em relação a *Apresentação e estrutura* das atividades ou sobre os *Conteúdos e objetivos*. Entretanto, alguns apontamentos e sugestões adicionais foram colocados pelas juízas, para além dos itens que compuseram os formulários.

*“Além das perguntas sobre função e desafios, avaliar se é pertinente, nessa atividade, que também apontem algum aspecto positivo relacionado ao desempenho do papel parental (verificar se conseguem identificar alguma potência nesse desempenho, os afetos trazidos, se sinalizam pistas sobre os*

vínculos familiares, ao que atribuem os aspectos "saudáveis" da experiência familiar e do desempenho desse papel etc.)” (Sessão 10, Atividade 1).

“Uma sugestão seria também abordar o ECA. Os pais em geral têm muitos preconceitos com essa legislação e pouca compreensão sobre sua importância (Sessão 10, Atividade 2).

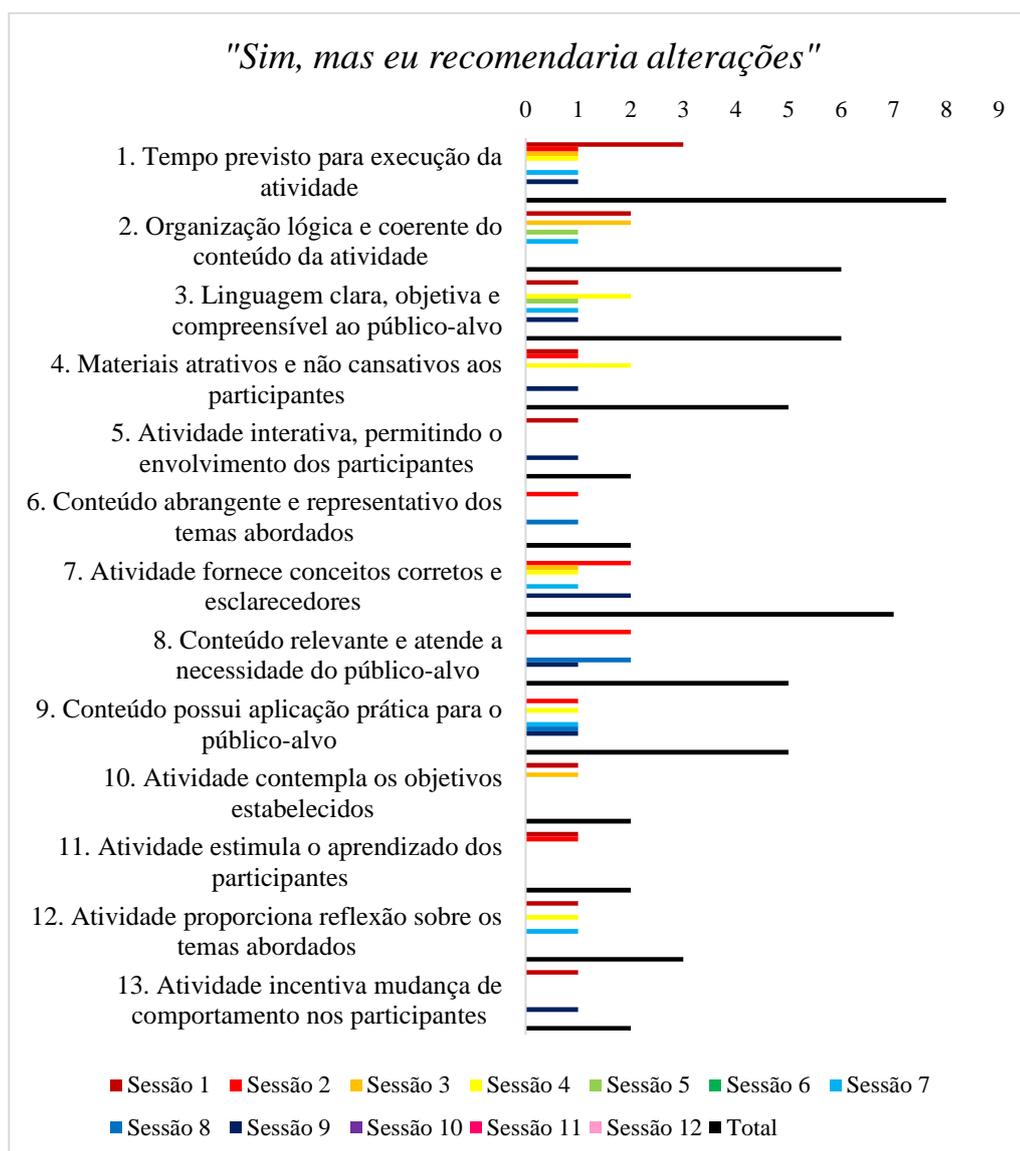


Gráfico 2 – Recomendações de alteração nas atividades

Como pode ser notado, o item que mais recebeu sugestão de alteração foi o item *1. Tempo previsto para a execução da atividade*, com 8 respostas sugerindo alterações. Ao elaborarmos cada sessão, previu-se uma média de duração de 1h30min cada encontro, a serem divididos entre as atividades que compõem as sessões. Entretanto, embora tenhamos a pretensão de constituir pequenos grupos de participantes, com cerca de 3 a 4 famílias em cada grupo, sabemos que há a possibilidade do tempo de as atividades demandarem reajustes após os resultados dos estudos que ainda serão realizados no futuro (especialmente na avaliação de viabilidade). Sabemos que alguns conteúdos abordados são mobilizadores e podem suscitar discussões mais longas entre o grupo e mediações mais diretivas por parte dos profissionais podem ser necessárias. Desta forma, se necessário, serão realizadas adequações em relação ao tempo das atividades, de modo a qualificar a intervenção, priorizando sempre os espaços de reflexão e mediação entre os profissionais e os participantes.

Programas similares, que também estudaram a temática da violência intrafamiliar a partir da intervenção com grupos, propuseram sessões interventivas com o mesmo tempo de duração. É o exemplo de Barros e Freitas (2017), que, embora tenham adotado uma metodologia distinta da nossa, realizaram uma intervenção psicossocial e educacional com pais que cometeram violência contra os filhos. Os autores realizaram 10 encontros semanais com cada grupo, com duração de 1 hora e 30 minutos cada encontro. Tratou-se de uma intervenção reflexiva e dialógica com os participantes, sem uma sistematização das mediações, de modo que os próprios pais traziam as demandas para serem discutidas no grupo. Patias, Siqueira e Dias (2013) apresentaram um programa bastante semelhante, ao proporem uma intervenção grupal com genitores que cometeram violência intrafamiliar contra os filhos, também com duração de 1 hora e 30 minutos cada encontro, com a exposição de palestras e dinâmicas de grupo, com temáticas de livre

escolha. Assim sendo, apesar de serem identificadas modelos de intervenção com o mesmo tempo de duração previsto no programa apresentado nesta dissertação, as análises das juízas, somado ao estudo de viabilidade, podem revelar a necessidade de alteração das sessões em função do tempo de execução de cada atividade.

Os itens que avaliavam a organização lógica e coerente do conteúdo, bem como a linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo (itens 2 e 3), também estão entre os mais pontuados, com 6 sugestões de alterações cada.

*“Agrupar as atividades 1 e 2. Discutir ao mesmo tempo a violência intrafamiliar e esse tipo de violência contra criança e adolescentes. Nesse caso, os dois cartões (com o conceito de violência intrafamiliar e com o conceito violência doméstica contra criança e adolescente) seriam apresentados juntos. Isso otimizaria o tempo para que a discussão a partir das charges da atividade 3 pudesse ser maior”* (Sessão 5, Atividade 2)

*“Embora o cartão traga uma definição simples, atentar-se para a necessidade de “tradução” para uma linguagem ainda mais informal, com exemplos, e também com atenção para palavras que pode ser pouco comuns no repertório vocabular dos participantes (distorção, naturalizado, justificado histórica e socialmente etc.)”* (Sessão 5, Atividade 2)

*“Embora as definições sejam simplificadas, é preciso assegurar, na leitura e discussão, que os termos contidos no cartão sejam compreendidos pelos participantes.”* (Sessão 9, Atividade 1)

Os itens 7, 8, e 9, sobre os conceitos serem abordados de forma correta, e as atividades apresentarem conteúdo relevante e com a aplicação prática ao público-alvo, receberam algumas sugestões das avaliadoras, também voltados a proposta de tornar a intervenção ainda mais acessível e compatível com a realidade das famílias.

*“As imagens e palavras do kit podem não ser suficientes para representar as situações vivenciadas nas famílias, o que pode limitar a construção dos retratos. Talvez seja interessante sugerir que os participantes desenhem ou acrescentem palavras que não estejam no Kit”* (Sessão 3, Atividade 1).

*“Sobre os itens 8 e 9 - Talvez reduzir o tamanho da história ou fazer pausas para as reflexões a cada dois parágrafos por exemplo, para que possam identificar as emoções. Como a história é longa, talvez os participantes se percam no decorrer do texto e não preservem a memória das emoções vivenciadas no decorrer da história para discutirem na finalização”* (Sessão 8, Atividade 2).

Um dos principais desafios no desenvolvimento e implementação de programas interventivos é justamente fazer com que o conteúdo abordado e a linguagem utilizada façam sentido e sejam compreensíveis ao público-alvo. Foi justamente esse um dos entraves enfrentados por Silva e Williams (2016) e Pontes (2020) no processo de validação do programa ACT para o Brasil, visto que o baixo nível de escolaridade dos participantes demonstrou ser incompatível com os conteúdos apresentados, dificultando sua compreensão e adesão à intervenção. Desta forma, reiteramos nosso compromisso de revisar os conteúdos e linguagem do nosso programa interventivo, de modo a torná-lo compatível com a realidade das famílias participantes.

Em relação aos materiais empregados, sugeriu-se alterações gráficas para que pudéssemos deixar o material mais atrativo aos participantes (Sessão 1, Atividade 1; Sessão 2, Atividade 1; Sessão 4, Atividade 3; Sessão 9, Atividade 1). Entre as sugestões, apontou-se a opção de deixar os recursos gráficos coloridos (Sessão 1, Atividade 1) e substituir atividade que envolviam desenhos de aspectos físicos dos participantes por recortes de revistas. Considera-se relevante ambas as sugestões das juízas e, sem dúvidas, uma das necessidades de aprimoração do programa refere-se à qualificação de peças gráficas e dos recursos visuais. Isso pode ocorrer mediante uma possível parceria com editoras especializadas ou mesmo a partir do trabalho de artistas plásticos ou *designers*. Concordamos com Valle (2021) acerca da necessidade de utilização de materiais que sejam atrativos aos participantes em programas de intervenção, o que implica no desenvolvimento e elaboração de recursos e materiais de qualidade e atrativos.

Sobre os objetivos propostos nas atividades, foram feitas sugestões em relação a revisão da redação dos objetivos (Sessão 1, Atividade 1; Sessão 3, Atividade 3).

*“Sugere-se rever a redação dos objetivos: em vez de: conhecer os participantes e o grupo por meio de atividades que possibilitem interação e diálogo, sugere-se “conhecer os participantes e possibilitar interação e diálogo entre os mesmos”.*  
(P2, Sessão 1, Atividade1)

Uma outra sugestão apontada por uma das avaliadoras foi a respeito da reorganização da ordem dos objetivos e das atividades propostas nas sessões 2 e 3, que abordam a temática da Família e sua capacidade protetiva. Netto e Gorayeb (2005) ressaltam que os objetivos de uma intervenção devem ser bem delimitados, claros e propositivos. Além disso, os objetivos precisam ser planejados e realizados de acordo

com as possibilidades, internas e externas, dos participantes (Ferracioli, 2020), de modo a seguir a tríade conteúdo-forma-destinatário (Martins, 2015), fundamental em qualquer intervenção que envolva processos de aprendizagens. Assim, devemos adequar o conteúdo a ser transmitido, definindo as formas e os meios de como isso deverá ser feito, para um público específico.

Optamos por discutir neste capítulo os principais resultados apontados pelas juízas. Todavia, todas as sugestões e comentários adicionais (apresentados no Anexo C) serão cuidadosamente analisados pela pesquisadora e por seu orientador, para futura adequação no programa de intervenção desenvolvido nesta dissertação. Apesar da relevância e do potencial do programa já ter sido apontado nesta primeira avaliação, por meio da validação de conteúdo, reiteramos a necessidade de programas desse porte passarem por um rigoroso processo de validação científico. Isso exige uma postura flexiva, dialógica e aberta ao diálogo com a comunidade científica, mas sobretudo com os beneficiários dos programas interventivos, nesse caso, com as famílias atendidas no CREAS.

## **Considerações finais**

A presente dissertação teve como objetivo desenvolver um programa de intervenção para atuar com pais ou cuidadores que tenham cometido violência intrafamiliar contra seus filhos, visando o rompimento do ciclo da violência. Além disso, fora realizada a primeira etapa de avaliação do programa de intervenção em questão – validade de conteúdo.

Após levantamento teórico a respeito da temática da violência intrafamiliar, apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação, e a constatação da escassez de intervenções no contexto nacional com foco em ações voltadas a pais ou responsáveis que tenham cometido violência contra crianças e adolescentes, constatou-se a necessidade de elaboração de uma tecnologia social que fosse compatível com a realidade das famílias brasileiras. Buscamos, desse modo, fundamentar teoricamente o programa e desenvolver sessões e atividades que proporcionassem reflexão do público-alvo acerca da violência intrafamiliar, suas repercussões na vida das vítimas e no desenvolvimento práticas que pudessem substituir as ações permeadas por castigo corporal ou violação de direitos da população infanto-juvenil.

A dissertação e o próprio processo de desenvolvimento do programa foram fundamentados em autores da psicologia histórico-cultural, uma vertente teórica pouco difundida e utilizada nas pesquisas sobre violência intrafamiliar. Ao adotar uma visão de ser humano enquanto sujeito histórico e cultura, tal abordagem teórica possibilitou uma visão integral da pessoa e da família, bem como da violência que perpassa as relações interpessoais, que foram explicadas a partir da tessitura social e da concretude / materialidade da vida. Buscamos, a partir dessa base epistemológica, romper com concepções naturalista do ser humano e do fenômeno da violência. Isso possibilitou que

a nossa intervenção não se limitasse a ideia de que para romper com o ciclo da violência intrafamiliar é necessário apenas ampliar o repertório comportamental dos pais e cuidadores. O programa em questão fundamentou-se na prerrogativa de que os pais devem compreender as origens sociais da violência, processos de aceitabilidade e naturalização, os impactos dessa prática no desenvolvimento de seus filhos, bem como possibilite a ressignificação das relações de afeto e de cuidado dentro do ambiente familiar.

A princípio, nossa proposta era desenvolver o programa de intervenção durante o mestrado da pesquisadora e, complementarmente, realizar o estudo de viabilidade durante o período, com a condução da aplicação piloto. Entretanto, dado o nível de complexidade para desenvolver um programa de intervenção desse porte, bem como os impeditivos causados pela pandemia da Covid-19, não foi possível e viável a realização da primeira aplicação do programa. Desse modo, a pesquisadora, em comum acordo com seu orientador, sentiu a necessidade de adaptar toda a pesquisa do mestrado e estabelecer objetivos para o futuro do programa.

Como já mencionado, foi realizado o estudo de Validade de Conteúdo, apresentado no terceiro capítulo, também considerado como uma etapa importante no processo de avaliação de programas de intervenção. Os resultados obtidos pela análise de juízas especializadas na temática da violência intrafamiliar, bem como no desenvolvimento e implementação de programas psicossociais, foram bastante promissores e encorajadores para que seja dado prosseguimento com as próximas etapas de avaliação do programa de intervenção.

Entre as principais limitações apontadas pelas juízas, destaca-se o tempo previsto nas atividades, a necessidade de adequar a linguagem e os conceitos ao público-alvo e a qualidade de alguns dos materiais e recursos gráficos utilizados na intervenção, de modo

que sejam atrativos e promovam a interação e reflexão dos participantes. Com isso, serão analisadas cuidadosamente todas as sugestões de mudança feitas pelas avaliadoras e reestruturaremos o que for necessário dentro desses itens para, posteriormente, darmos seguimento as etapas seguintes de validação do programa.

Apesar das limitações apresentadas, especialmente pela não realização do estudo de viabilidade durante o mestrado, pretendemos realizar as primeiras aplicações do programa, bem como verificar a eficácia do mesmo durante o doutorado da pesquisadora. Desta forma, seguiremos todos os critérios metodológicos propostos para a validação científica da intervenção, de modo que as etapas de validação de programas de intervenção psicológica, amplamente defendidas pela comunidade científica e pelas agências internacionais, sejam colocadas em prática.

Após proceder com os ajustes, decorrentes das considerações das juízas (validação de conteúdo), faremos as primeiras aplicações do programa para verificarmos se o público-alvo adere a intervenção, predizendo se a mesma tem condições de ser bem-sucedida em estudos posteriores. Se for necessário, após o estudo de viabilidade novas alterações serão incorporadas ao programa. Nossa hipótese é que o estudo de viabilidade evidenciará potencialidades no programa de intervenção. Caso confirmado, faremos, ainda na pesquisa de doutorado, a avaliação de sua eficácia, por intermédio de um estudo quase-experimental, cujas avaliações serão utilizadas em períodos pré-determinados (pré-teste, pós-teste e *follow up*). Além disso, também está prevista uma etapa que capacitará profissionais da política de assistência social para habilitá-los na aplicação e avaliação do programa interventivo em seus contextos de trabalho.

Espera-se que esta dissertação, sobretudo o programa que foi apresentado, sirva como uma importante ferramenta para os profissionais que atuam do Sistema Único de Assistência Social, em especial nos serviços pertencentes à proteção especial – média

complexidade. Os esforços empreendidos nesta pesquisa revelam o nosso compromisso ético e político na articulação entre a ciência e problemas sociais que carecem de respostas e ferramentas para a sua resolutividade.

## Referências Bibliográficas

- Abranches, C. D. & Assis, S. G. (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 843-854.
- Abranches, C. D., Assis, S. G. & Pires, T. O. (2013). Violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(10), 2995-3006.
- Adorno, S. (2019). Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. *Revista Brasileira de Sociologia (SBS)*, 07(17), 33-54.
- Alexandre, N. M. C. & Coluci, M. Z. O. (2011). Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3061-3068.
- Anjos, R. E. (2019) Atividade consciente do ser humano: fundamentos filosóficos da psicologia histórico-cultural. *Reflexão e Ação*, 27(1), 19-33.
- APA - American Psychological Association. (2006). Evidence-based practice in psychology: APA presidential task force on evidence-based practice. *American Psychologist*, 61(4), 271-285.
- Arenas, M. O., Lorenzo, L. E. B., Martínez-Veja, R. A. Ávila, L. M. S., Cala, L. M. V., Villamizar, L. A. R. & Galindo, V. M. H. (2021). Alternancia Escolar: un reto para garantizar la salud y la vida de la comunidad educativa. *Rev. cuid. (Bucaramanga. 2010)*, 12(2), 1-4.
- Asbarh, F. S. F. (2011). “Por que aprender isso, professora?” *Sentido pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico-Cultural*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Barros, A. S. & Freitas, M. F. Q. (2015). Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. *Pensando Famílias*, 19(2), 102-114.
- Barros, A. S. & Freitas, M. F. Q. (2017). Grupo psicoeducacional com em situação de violência contra filhos: relato de experiência. *Revista de Educação Popular*, 15(2), 137-148.
- Bergámo, L. P. D. & Bazon, M. R. (2010). Experiências Infantis e Risco de Abuso Físico: Mecanismos Envolvidos na Repetição da Violência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(4), 710-719.
- Brandolt, C. R., Coelho-Lima, F., Motta, R. F. & Santos, S. S. S. (2021). Condições de trabalho de psicólogas(os) resultantes do processo de terceirização na assistência social. *Psicologia & Sociedade*, 33(229301) 1-15.
- Brasil - Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA \_ Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Brasil (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social – Brasília DF. <https://www.mds.gov.br>
- Brasil (2019). *Ministério dos Direitos Humanos*. Disque Direitos Humanos (Ouvidoria) Brasília, DF.
- Brasil (2021). *Ministério dos Direitos Humanos*. Disque Direitos Humanos (Ouvidoria) Brasília, DF.
- Briceño-León, R. (2002). La nueva violencia urbana de América Latina. *Sociologias*, 8, 34-51.
- Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, 22(2), 401- 413.
- Calza, T. Z., Dell’aglio, D. D. & Sarriera, J. C. (2016). Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: epidemiologia e notificação. *SPAGESP*, 17(1) 14-27.
- Cardin, V. S. G. & Mochi, T. F. G. (2012). *Das políticas públicas de prevenção no combate à violência intrafamiliar praticada contra a criança e o adolescente*. In: Alvim, J. L. R. et al. (Org.). *Direitos Sociais e Políticas Públicas*. Florianópolis-SC: FUNJAB, (1), 193-222.
- Carrilo, C. J. B., Rodelo, J. C. & Torres, Y. O. B. (2021). Violência doméstica em tempos de pandemia em uma comuna do distrito turístico e cultural especial do departamento de La Guajira. *bol.redipe*, 10(7), 385-98.
- Cavalcante, P. & Ribeiro, B. B. (2012). O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(6), 1459-1477.
- CFP - Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências técnicas para Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS / Conselho Federal de Psicologia*. Brasília.
- Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. Ed. Ática. São Paulo.
- Chauí, M. (2017). *Sobre a violência*. In: Itokazu, E. M.; Chauí-Berlink, L. (Org.). Autêntica Editora. Belo Horizonte.
- Concha-Eastman, A. & Malo, M. (2006). Da repressão à prevenção da violência: desafio para a sociedade civil e para o setor saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1179-1187.
- Cordeiro, M. P. & Curado, J. C. (2018). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29(169210).
- Costa, D. K. G., Reichert, L. P., França, J. R. F. S., Collet, N. & Reichert, A. P. S. (2015). Concepções e Práticas dos Profissionais de Saúde acerca da Violência Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes. *Trabalho, Educação e Saúde*. 13(2), 79-95.

- Costa, M. L. S. (2014). *Violência nas Escolas: Contribuições da Psicologia HistóricoCultural para seu Enfrentamento na Educação*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, PR.
- Costa, P. H. A. & Mendes, K. T. (2020). Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(spe).
- Di Eugenio, A. (2020). Marielle Franco fiorisce in tutti noi. Um olhar italiano sobre a herança das lutas de Marielle Franco (e muitas outras). *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 6(2), 284–294.
- Durgante, H., & Dell’aglio, D.D. (2018). Critérios metodológicos para a avaliação de programas de intervenção em psicologia. *Aval. psicol.*, 17(1), 155-162.
- Durgante, H., & Dell’aglio, D.D. (2019). Multicomponent positive psychology intervention for health promotion of Brazilian retirees: a quasi-experimental study. *Psicol. Refl. Crít.*, 32(6), 1 – 14.
- Durigan, A. C. & Leal, Z. F. R. G. (2017). A relação entre a família e a escola como elemento para a formação humana: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. *InterEspaço*. 3(11) 133-148.
- Durigan, A. C. (2015). *Contribuições da psicologia histórico-cultural na relação família/escola para a promoção da criança*. In: VII Congresso Paulista de Educação Infantil - Ufscar, São Carlos - Sp. *Educação Infantil e Resistência: os lugares das infâncias na educação e nas lutas políticas*.
- Eidt, N. M. (2006). *O papel da educação escolar no desenvolvimento da vontade da criança*. In: *II Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM)*, Curitiba-PR. *II Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM)*, 01-15.
- Faleiros, J. M., Matias, A. S. A. & Bazon, M. R. (2009). Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(2), 337-348.
- Faraj, S. P. & Siqueira, A. C. (2012). O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do creas. *Barbarói*, 37, 67-87.
- Faraj, S. P. & Siqueira, A. C., Arpini, D. M. (2016). Notificação da Violência: Percepções de Operadores de Direito e Conselheiros Tutelares. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 36(4), 907-920.
- Ferracioli, M. U. (2020). *Implicações pedagógicas preliminares acerca do desenvolvimento da atenção voluntária de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental*. In: Franco, A. F., Tuleski, S. C. & Mendonça, F. W. (Org). *Ser ou não ser na sociedade capitalista: o materialismo histórico-dialético como método*

*da psicologia histórico-cultural e da teoria da determinação social dos processos de saúde e doença.* Goiânia-GO: Editora Phillos.

- Ferreira, K. M. M. (2002). *Violência doméstica/Intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade.* In: Silva, L. M. P. (Org.) *Violência doméstica contra crianças e adolescentes.* EDUPE, Recife.
- Ferreira, R. M. (2013). A intervenção do assistente social nos casos de negligência e abuso psicológico. *Em Debate*, 1(10), 39–60.
- Filha, C. X. (2015). Violência e direitos humanos em pesquisa com crianças. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, 41, 1569-1583.
- Garbin, C. A. S., Araújo, P. C., Donine, A. L. M. De A. & Garbin, A. J. I. (2017). Avaliação do conhecimento de educadores sobre violência intra familiar. *Revista de Educação Popular*, 16(2), 70-81.
- Garbin, C. A. S., Arcieri, R. M., Araújo, P. C. & Garbin, A. J. I. (2017). Identificação dos casos de violência contra crianças em escolas municipais de ensino básico de Araçatuba, São Paulo. *Revista Em Extensão*, 15(2), 94-108.
- Gesta, L. C., Gallego, J. R. & Diez, F. B. (2016). Mortalidad e ingresos hospitalarios por violencia de los menores de 15 años en la Comunidad Valenciana (2007-2011). *Rev Pediatr Aten Primaria*, Madrid, 18(69). 25-33.
- Gomes, C. A. V. (2013). O lugar do afetivo no desenvolvimento da criança: implicações educacionais. *Psicol. estud.*, (18(13), 509-518.
- Guimarães, D. A., Cacoza, N. F. H. & Pessoa, A. S. G. (2020). *Desenvolvimento de Condutas Auto Protetivas em Relação à Violência: Descrição e Avaliações Iniciais de um Projeto de Extensão Direcionado a Crianças.* In: Zappe, J. G., Dias, A. C. G. & Lordello, S. R. M. (Org). *Compromisso Social com Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Vulnerabilidade: O Papel da Extensão Universitária na Área de Direitos Humanos e Justiça.* Santa Maria: Editora UFSM, 1, 176-192.
- Hildebrand, N. A., Celeri, E. H. R. V., Morcillo, A. M. & Zanolli, M. L. (2015). Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 213-221.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2015). Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 182-198.
- Inguanzo, I. & Rodríguez-Rodríguez, A. (2019). Problematización de la violencia sexual contra las mujeres en contextos de conflicto. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, 8(2), 202-226.
- Kulicz, T. K. & Usocovich, K. J. S. O. (2021). Perfil de Atendimento em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em um município do oeste paranaense, segundo o Protocolo de Manchester. *Research, Society and Development*, 10(9).

- Leal, F. G., Neto, F. Q. V., & Nabozny, G. C. (2021). Ecologia política e conflitos ambientais: lutas por justiça ambiental. *Germinal: Marxismo E Educação Em Debate*, 13(2), 535–549.
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte.
- Levandowski, M. L., Stahnke, D. N., Munhoz, T. N., Hohendorff, J. V. & Salvador-Silva, R. (2021). Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(1).
- Liminana, A. R., Martinez, R. S. & Perez, M. A. M. (2018). Problemas de conducta infantil y competencias parentales en madres en contextos de violencia de género. *Gac Sanit*, Barcelona, 32(1), 35-40.
- Lopes, C. S. & Brisola, E. M. A. (2017). Trabalhadores do centro de referência especializado em assistência social: dificuldades vividas no cotidiano profissional. *Revista Ciências Humanas*, 10(2).
- Macedo, D. A., Foschiera, L. N., Bordini, T. C. P. M., Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2019). Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 487-496.
- Machado, A. S. M., Bhona, F. M. C. & Lourenço, L. M. (2020). Intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão bibliométrica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-12.
- Magalhães, J. R. F., Gomes, N. P., Mota, R. S., Campos, L. M., Camargos, C. L. & Andrade, S. R. (2017). Violência intrafamiliar: vivências e percepções de adolescentes. *Escola Anna Nery*, 21(1).
- Malta, D. C., Mascarenhas, M. D. M., Bernal, R. T. I., Viegas, A. P. B., Sá, N. N. B. & Silva Junior J. B. (2012). Acidentes e violência na infância: evidências do inquérito sobre atendimentos de emergência por causas externas. *Cienc Saude Colet*. 17(9).
- Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. O., Silva, I. M., Lopes, R. C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 123-132.
- Marques, E. S., Moraes, C. L. Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F. & Reichenheim, M. E. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), 1678-4464.
- Martin-Baro, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martins, A. F., Silva, K. A., Filho, J. G. B. Ribeiro, M. A. & Queiroz, A. C. M. (2013). Violência envolvendo crianças e adolescentes: perfil das vítimas, da agressão e dos agressores. *Rev Enferm UFPI*, 2(4), 50-7.

- Martins, L. M. & Carvalho, B. (2016). A Atividade Humana como Unidade Afetivo-Cognitivo: Um enfoque Histórico-Cultural. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 21(4), 699-710.
- Martins, L. M. (2015). *O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Autores Associados. Campinas, SP.
- Martins, L. M. (2016). *Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano*. In: Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. (Org.) *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Martins, L. M., & Carvalho, B. (2017). A atividade humana como unidade afetivo-cognitiva: um enfoque histórico-cultural. *Psicologia Em Estudo*, 21(4), 699-710.
- Marx, K. & Engels, F. (1998). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1846)
- Marx, K. (1989a). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. In F. Fernandes (Org.), *Marx e Engels: História* (pp. 147-158, Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ed. Ática. (Original publicado em 1844)
- Marx, K. (1989b). *O método da economia política*. In F. Fernandes (Org.), *Marx e Engels: História* (pp.409-417, Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ed. Ática. (Original publicado em 1859)
- Marx, K. (2013) *O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.
- Melo, R. A., Carlos, D. M., Freitas, L. A., Roque, E. M. S. T., Araújo, A. S. & Ferriani, M. G. C. (2020). Protection network in the assistance to children, adolescents and their families in situation of violence. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 41.
- Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, 1(2), 91-102.
- Miranda, M. P. M., Paula, C. S. & Bordin, I. A. (2010). Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Rev Panam Salud Publica*, 27(4).
- Moreira, T. A. S., & Paiva, I. L. de. (2015). A atuação do psicólogo nos Serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes. *Psicologia Em Estudo*, 20(3), 507-517.
- Moretti, M. S. & Pessoa, A. S. G. (2020). Evaluation of the Effectiveness of a Training Program on Violence against Children and Adolescents. *Revista Brasileira de Educação Médica*. 44(4).
- Moretti, M. S., Medeiros, J. K., Pessoa, A. S. G. & Koller, S. H. (2019). *Identificação e encaminhamentos de casos de violência contra crianças no contexto das políticas de saúde*. In: Vestena, C. L. B., D'Aroz, M. S. & Costa-Lobo C. (Org). *As Crianças: Infância, Pobreza e Qualidade de Vida*. Curitiba: CRV.

- Moretti, V. D., Asbahr, F. S. F. & Rigon, A. J. (2011). O humano no homem: os pressupostos teórico-metodológicos da teoria histórico-cultural. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 477-485.
- Moura, M. M. A. (2015). *Significações e ressignificações de violência doméstica ao longo da vida: as narrativas de adultos vitimados na infância ou adolescência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador -BA.
- Nascimento, A. C. P., & Curado, F. F. (2017). QUESTIONÁRIO PAIF (Programa de Atenção Integral à Família). *DESAFIOS - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 4(3), 16-24.
- National Institute for Health Research (NHR, 2021). Guidance on applying for feasibility studies. <https://www.nihr.ac.uk>
- Netto, J. R. C. & Gorayeb, R. (2005). Descrição de uma intervenção psicológica com mulheres no climatério. *Paidéia* (Ribeirão Preto) 15(31), 277-285.
- Njaine, K., Assis, S. G. & Constantino, P. (Org) (2013) *Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: EAD/ENSP.
- Nunes, C. B., Sarti, C. A. & Ohara, C. V. S. (2010). Profissionais de saúde e violência intrafamiliar contra a criança e adolescente. *Acta Paulista de Enfermagem*. 22(spe), 903-908.
- Oliveira, A. P. F., Souza, M. S., Savino, F. H. O., Vicente, A. R. & Carlos, D. M. (2021). Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. *Escola Anna Nery*, 26(spe).
- Oliveira, B. G., Freire, I. V., Assis, C. S., Sena, E. L. S., Voerv, R. N. S. O. & Yarid, S. D. (2018). Responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência. *Revista Bioética*, 26(3), 403-411.
- Oliveira, M., Silva, F. G. O. & Maio, E. R. (2020). Violência sexual contra crianças e contra adolescentes: a escola como canal de proteção e de denúncia. *PERSPECTIVA*, 38(4), 01-23.
- OMS - Organização Mundial De Saúde. (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra.
- Paiva, A. R. L. & Lobato, L. V. C. (2019). Formulação da lei do sistema único de assistência social e a legitimação da política de assistência social. *Ciência & Saúde Coletiva* 24(3), 1065-1073.
- Palacios, S. P. I. (2016). Violencia postestructural: migrantes centroamericanos y carteles de la droga en México. *Revista de Estudios Sociales*, 56, 12.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C. & Dias, A. C. G. (2012). Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 38(4), 981-996.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C. & Dias, A. C. G. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças –*

*Psicologia da Saúde*, 21(1), 29-40.

- Pfeiffer, L., Rosário, N. A. & Cat, M. N. L. (2011). Violência contra crianças e adolescentes: proposta de classificação dos níveis de gravidade. *Revista Paulista de Pediatria*, 29(4), 477-482.
- Platt, V. B., Guedert, J. M. & Coelho, E. B. S. (2021). Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. *Rev. paul. pediatr.*, 39.
- Pontes, L. B. (2020). *Avaliação de capacitação de profissionais para educar crianças em ambientes seguros*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Porta, D. D., Wottrich, S. H. & Siqueira, A. C. (2021). Intergeracionalidade no Contexto das Práticas Educativas de Mães de Crianças Pré-Escolares. *Psicologia: Ciência e Profissão* 41(spe3).
- Porto, R. T. C. & Dupont, F. R. (2016). A participação da criança desde a primeira infância nas ações que visem enfrentar a violência intrafamiliar e suas consequências como uma estratégia fundamental para a construção de uma política efetiva. *Barbarói*, 47.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicol. estud.*, 12(2), 247-256.
- Pussetti, C. (2017). “O silêncio dos inocentes”. Os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* 21(61), 263-272.
- Raichelis, R. (2010). Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. *Serviço Social & Sociedade*, 104, 750-772.
- Razera, J., Cenci, C. M. B. & Falcke, D. (2014). Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51.
- Reis, D. M., Prata, L. C. G. & Parra, C. R. (2018). O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. *Psicologia.pt*.
- Rettberg, A. (2020). A violência na América Latina hoje: manifestações e impactos. *Journal of Social Studies* 73, 2-17.
- Robledo-Silvestre, C. & Querales-Mendoza, M. (2020). Desaparición de personas en el mundo globalizado: desafíos desde América Latina Íconos. *Revista de Ciencias Sociales*, 67.
- Rodrigues, C., & Vieira, T. Áquila. (2020). A função política do luto por Marielle Franco. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 6(2), 134–150.

- Rosa, E. M. & Lira, M. O. S. C. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: rede de apoio e superação. *Journal of Human Growth and Development*, 22(2), 246-252.
- Ruiz, C. M. M. B. (2014). A potência da ação. Uma crítica ao naturalismo da violência. *Kriterion*, Belo Horizonte, 55(129), 41-60.
- Russo, G. H. A., Silva, H. T. de L., Nogueira, J. L. R., & Dantas, J. G. da S. (2014). Ecos do silêncio: violência sexual denunciada no CREAS Mossoró-RN. *Argumentum*, 6(1), 223–239.
- Santana, R. P. De & Santana, J. S. S. (2015). Marcas e prejuízos da violência contra crianças e adolescentes segundo profissionais de hospitais públicos. *Rev enferm UFPE*, 9(supl.1), 431-9.
- Santini, P. M. (2015). *Avaliação de programa de educação positiva com recursos tecnológicos para mães que agredem fisicamente*. Tese de Doutorado, São Carlos: UFSCar.
- Santos, L. F., Costa, M. M., Javae, A. C. R. S., Mutti, C. F. & Pacheco, L. R. (2019). Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares. *Saúde em Debate*, 43(120), 137-149.
- Schek, G., Silva, M. R. S., Lacharité, C. & Bueno, M. E. N. (2016). Professionals and interfamily violence against children and adolescents: In 20 between legal and conceptual precepts. *Rev. esc. enferm. US*, São Paulo, 50(5), 779- 784.
- Serafin, A. (2019). El feminicidio como el otro tipo de homicidio doloso basado en género en América Latina. *Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, 8, 263-277.
- Silva, C, S. G., Santos, L. M., Souza, M. J., Passos, S. S. S. & Santos, S. S. B. S. (2020). Validação de cartilha sobre cateterização intravenosa periférica para famílias. *Avances en Enfermería*, 38(1), 28-36.
- Silva, J. (2011). Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros. (trads. J. Silva). Washington, DC: *American Psychological Association*.
- Silva, J. A. & Williams, L. C. A. (2016). Um Estudo de Caso com o Programa Parental ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros. *Temas em Psicologia*, 24(2), 743-755.
- Silva, M. C. B., Araújo, I. I., Souza, T. A., Oliveira, L. P. B. A., Silva, J. L. & Barros, W. C. T. S. (2021). Evidence on the impacts of covid-19 pandemic on violence against children: scoping review. *Texto & Contexto – 30920210058*.
- Silva, P. A., Lunardi, V. L., Meucci, R. D. & Algeri, S. (2018). Protection of children and adolescents victims of violence: the views of the professionals of a specialized service. *Invest. educ. enferm*, Medellín, 36(3).
- Silva, P. A., Lunardi, V. L., Oliveira, A. M. N. & Vasquez, T. C. S. (2015). Notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde no Brasil. *Av Enferm.*, 33(1), 142-150.

- Silva, R. B. & Almeida, C. G. F. (2018). Ação antidialógica no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões a partir de Paulo Freire. *Interações* (Campo Grande) 19(2), 265-276.
- Siqueira, A. C., Scott, J. B., & Schmitt, F. M. (2019). Reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos: atuação do psicólogo em três estados brasileiros. *Psicologia Em Estudo*, 24.
- Souza, E. R., Melo, A. N., Silva, J. G., Franco, S. A. Alazraqui, M. & González-Pérez, G. J. (2012). Estudo multicentrico da mortalidade por homicídios em países da America Latina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(12).
- Toassa, G. (2009). Orientação à queixa escolar: uma nova prática em psicologia clínica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 167-168.
- Toassa, G. (2011).  *Emoções e vivências em Vigotski*. Campinas, SP.
- Tuleski, S. C. & Eidt, N. M. (2016). *A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores*. In: Martins, L. M., Abrantes, A. A. & Facci, M. G. D. (Org.) *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Valença, M. & Tostes, A. (2015). A inserção internacional brasileira por meio da consolidação das normas de prevenção de conflitos e proteção aos civis em conflitos armados: possibilidades a partir da Responsabilidade ao Proteger. *R. Esc Guerra Naval*, 21(1), 63-82.
- Valle, J. E. (2021). *Avaliação de uma intervenção sistêmica em bullying envolvendo alunos, professores e pais*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos.
- Vieira, A. P. A. & Leal, Z. F. R. G. (2018). Enfrentando as Queixas: o Desenvolvimento da Atividade Voluntária para a Psicologia Histórico-Cultural. *Psicol. cienc. prof.*, 38(4), 680-695.
- Vigotski, L. S. (1995). *Problemas del desarrollo de la psique*. In: *Obras Escogidas*, Tomo III. Madrid, Visor.
- Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1998). *O desenvolvimento psicológico da criança*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. Paulo Bezerra (Tradução) São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Vygotski, L. S. (2012). *Obras escogidas III: Problemas del desarrollo de la psique*. Madrid: Machado.
- Waeny, M. F. C. & Macêdo, C. M. V. (2019). A importância do contexto histórico: el salvador e ignácio martín-baró. *Psicologia & Sociedade*, 31.
- Weber, L. N. D., Brandenburg, O. J. & Salvador, A. P. V. (2006). Programa de Qualidade

na Interação familiar (PQIF): Orientação e treinamento para pais. *PSICO*, 37 (2), 139-149.

Wendt, B. & Dell'aglio, D. D. (2021). Positive educational practices program for social educators of out-of-home care: Feasibility study. *Research, Society and Development*, 10(9).

WHO - World Health Organization. (2020). *Global status report on preventing violence against children*. Geneva.

World report on violence and health (2002) (Relatório Mundial sobre violência e saúde) / editado por Etienne G. Krug ... [e outros.]

Wortmeyer, D. S., Silva, D. N. H. & Branco, A. U. (2014). Explorando o território dos afetos a partir de Lev Semenovitch Vigotski. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 285-296.

## **Orientações gerais**

Prezada avaliadora,

Você dará início ao preenchimento do formulário de avaliação do Programa de Prevenção a Violência Intrafamiliar. Primeiramente, gostaria de agradecer a sua participação! Lembre-se que se trata de um programa de intervenção psicossocial, criado para atuar no nível de prevenção secundária da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, onde **os participantes serão pais ou responsáveis agressores**.

O programa de intervenção é composto por 3 módulos: i) CREAS e Família como instituições protetivas; ii) Violência: expressões e impactos; iii) Domínio voluntário da conduta. Ao todo, o programa é constituído por 12 sessões, com previsão de duração média de 1h30 cada encontro. Cada sessão é composta por uma média de 3 atividades. As sessões deverão ocorrer semanalmente com os participantes e cada uma foi cuidadosamente elaborada, a partir das especificidades das famílias atendidas nos serviços de média complexidade.

Você deverá avaliar cada atividade, levando em consideração os seguintes aspectos: aparência, formato, organização e adequação da apresentação e da estrutura; e pertinência, relevância, abrangência e adequação do conteúdo e dos objetivos. Em caso de dúvidas, contatar a pesquisadora responsável pelo telefone (18) 99761-6905 (Débora Guimarães) ou pelo e-mail: **dgananias@gmail.com**.

Muito obrigada pela sua contribuição!

### *Preenchimento dos formulários de avaliação:*

Aqui, mostraremos rapidamente como você fará para dar seguimento a sua avaliação, através do preenchimento de formulários Google. O primeiro passo é estar acessando o seu equipamento logado em uma conta Google.



Foi enviado a você os arquivos com cada sessão do programa de intervenção proposto. Cada sessão é composta por uma média de 3 atividades. Temos sempre os objetivos principais de cada sessão, que deverão ser alcançados no cumprimento dos objetivos específicos das atividades. Desta forma, consideramos ser significativo a avaliação dos componentes de cada atividade.

Você deverá fazer a sua avaliação seguindo a ordem correta das sessões e das atividades. Desta forma, você conseguirá entender a lógica proposta na intervenção, bem como a conexão que buscamos estabelecer entre uma sessão e outra.

Para iniciar, abra o arquivo da Sessão 1, do módulo 1. Observe como se dá a estrutura de cada sessão. Iniciamos sempre com uma breve fundamentação teórica a respeito da temática a ser abordada na sessão. Na sequência, temos explicitado os objetivos específicos.

## Sessão 1: Quem somos nós?

Breve fundamentação teórica a respeito da temática da sessão.



Somos seres sociais. Fazemos parte da natureza, mas, diferentemente dos demais animais, não somos determinados por ela. Nos humanizamos no processo de interação com os outros indivíduos, na apropriação daquilo que foi historicamente produzido pelas gerações anteriores, ou seja, por meio da cultura. Sendo assim, o nosso processo de humanização ocorre na medida que fazemos parte das diversas instituições sociais que perpassam em nossa vida. Cada uma ocupando diferentes funções no desenvolvimento, mas todas a serviço da constituição do sujeito humano – sujeito do qual também é responsável pela formação e transformação da realidade social.

Dentre tais instituições, daremos destaque para uma que se faz indispensável na história de vida de cada ser humano: a instituição familiar. Entendemos que a família é o primeiro acesso da criança com o meio social que promove o seu desenvolvimento. São os pais ou cuidadores que serão responsáveis pelas primeiras mediações da criança com a cultura humana. Compreendemos, ainda, que a qualidade dessas mediações são fatores que influenciam diretamente na qualidade do desenvolvimento da criança. Desta forma, surgem os seguintes questionamentos: Qual o impacto no desenvolvimento de crianças que são vítimas de violência intrafamiliar? Como instrumentalizar esses pais para que tenham condições de abandonar práticas educativas tóxicas e violentas, para que façam uso de mediações saudáveis e que promovam o desenvolvimento psíquico e o controle do próprio comportamento?

É, portanto, na tentativa de responder tais perguntas que o objetivo principal da nossa intervenção é auxiliar pais que praticaram violência intrafamiliar na compreensão dos impactos dessa violência para a vida dos seus filhos, além de instrumentalizá-los na construção de práticas educativas saudáveis. Tais objetivos devem ser alcançados ao longo de 12 sessões interventivas (divididas em 3 módulos), direcionadas para estas famílias.

Nesta primeira sessão, da qual denominamos “Quem somos nós?” temos como objetivos 1) **Conhecer os participantes**; 2) **Apresentar a proposta da intervenção**; e 3) **Desmistificar concepções inadequadas referentes aos serviços do CREAS**.

### Objetivos específicos desta Sessão:

- ✓ Conhecer os participantes e o grupo por meio de atividades que possibilitem a interação e o diálogo;
- ✓ Compreender as concepções que possuem a respeito do CREAS e como se deu o encaminhamento para a instituição;



Objetivos específicos da sessão.

Em seguida, você já entrará em contato com as atividades propostas. Lembre-se que este é o manual do aplicador, e nele estão as instruções de como deve ser conduzida a atividade pelo profissional mediador. Sempre que houver menção a algum anexo, o material poderá ser consultado no final do arquivo. Tratam-se de modelos dos materiais que deverão ser utilizados nas atividades, com a proposta de deixarmos a intervenção mais dinâmica e interativa. Entretanto, alguns materiais que exigem edições gráficas, serão qualificados futuramente por uma possível editora. Portanto, leve em consideração em sua avaliação o conteúdo proposto em cada atividade.

**Atividade 1:** RG: Conhecendo-nos através do outro (40 minutos)

**Objetivos:** Conhecer os participantes e o grupo por meio de atividades que possibilitem a interação e o diálogo

**Recursos:** Papel cartão (RG) para preenchimento, kit com faces, cola e canetas.

Trabalharemos durante toda a intervenção com grupos de família. Para que haja um bom funcionamento da dinâmica grupal, precisamos, sobretudo, estabelecer vínculos de confiança. O primeiro passo é conhecer e dar voz aos participantes.

- 
- a) Organize a sala para que os participantes se sentem em semicírculo.
  - b) Se apresente brevemente ao grupo.
    - Diga quem você é, o que faz e a função que ocupa dentro da instituição.
  - c) Agora, peça para que os participantes se organizem em duplas. Preferencialmente, as duplas não devem ser formadas por pessoas da mesma família ou por pessoas que já se conheciam anteriormente. Caso haja um número ímpar de participantes, o mediador poderá fazer parte de uma das duplas.
  - d) Entregue a cada participante um papel cartão (Anexo A), que deverá ser preenchido com as informações da sua dupla. A este cartão, damos o nome de RG. No verso do cartão, constam informações básicas, como nome, idade, profissão, entre outras informações. Já na parte frontal do cartão, o espaço em branco deve ser utilizado para colagem do rosto, que deverá ser montado com as características semelhantes do portador do RG. Os componentes do rosto para a montagem também deverão ser entregues aos participantes através de um kit (Anexo B).
  - e) Cada RG não será preenchido pelo seu portador, mas sim, pelo seu parceiro de dupla. Ou seja, se João formou dupla com Maria, João monta o RG de Maria e vice versa.
  - f) Deixe as duplas conversando por cerca de 20 minutos. O objetivo é que cada um se apresente para o outro, diga quem é, o que fazem, com o que trabalham e o que mais desejarem. Enquanto conversam, deverão ir fazendo a montagem do RG.
  - g) Após passados os 20 minutos de apresentação entre a dupla, cada um deve fazer a apresentação para todo o grupo como se fosse o colega com quem conversou (por exemplo, se João fez dupla com Maria, Maria deve se apresentar para o grupo como se fosse João, e vice-versa).

Ao final da leitura de cada atividade, você encontrará disponível o link para o formulário correspondente, clique sobre ele para abrir o questionário de avaliação.

- h) Após a finalização das apresentações em que um membro apresenta o outro, pergunte aos participantes se eles concordam sobre o que foi dito sobre eles, sobre como foi preenchido seu RG e se há algo que eles gostariam de acrescentar.
- i) Ao final, todos os RGs podem ficar com o aplicador.
- j) Reforce o quanto será importante o apoio do grupo, pois a partir de agora construiremos algo juntos, que não há espaço para julgamentos e que o sigilo será mantido.
- k) Agradeça a participação de todos.

**Por favor, responda agora o questionário de avaliação referente a respectiva atividade:**

<https://docs.google.com/forms/d/1Ek9zDwLt7GSNSJF2GB6YKqeNrdni3qYS1uU5iMIqCSc/edit?usp=sharing>



Agora você deverá responder as perguntas com “Sim”, “Não” ou “Sim, mas eu sugiro alterações”, de acordo com o seu nível de concordância em cada item. As respostas nas imagens abaixo servem apenas de exemplo.

Temos dois grandes blocos de questões para cada atividade. O bloco 1, que abrange as perguntas de 1 a 5, abordará as questões em relação a Apresentação e Estrutura das Atividades. Já o bloco 2, com as perguntas de número 6 a 13, levantará os aspectos relacionados ao Conteúdo e Objetivos das atividades.

## Sessão 1 - Atividade 1

 [redacted]@gmail.com (não compartilhado) 

[Alternar conta](#)

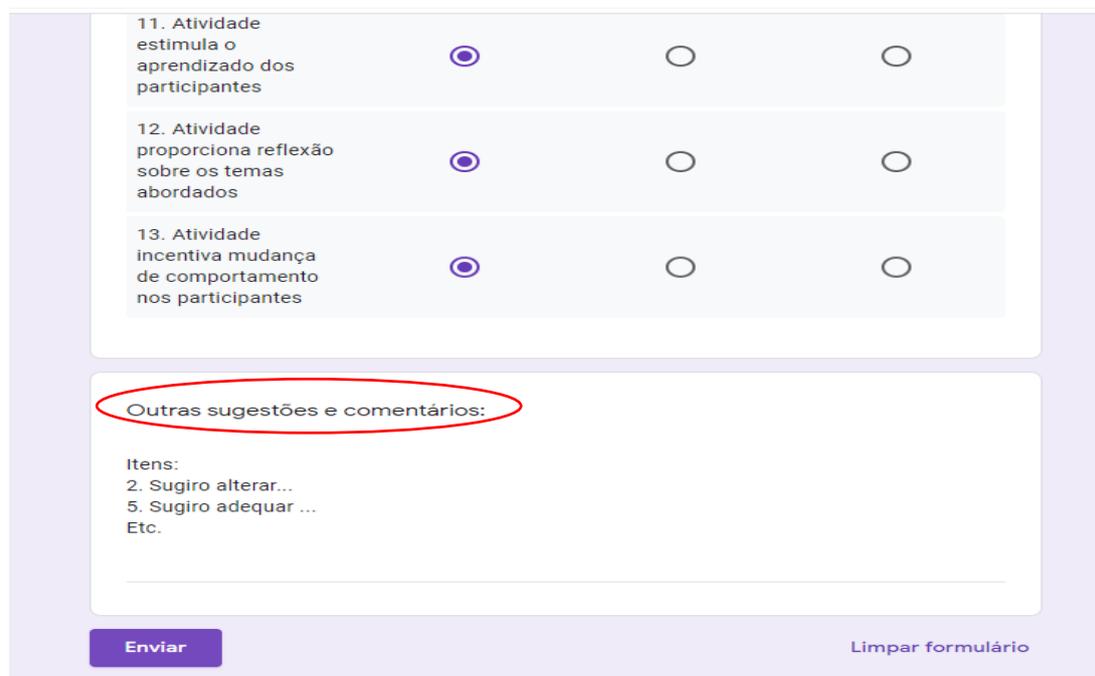
**\*Obrigatório**

Responda, por favor, para cada item "Sim", "Não" ou "Sim, mas eu recomendaria alterações". Se você gostaria de sugerir alguma mudança para um item coloque-a, depois, no campo "Outras sugestões e comentários", especificando o número do item que necessita de alterações.

Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta, você concorda com: \*

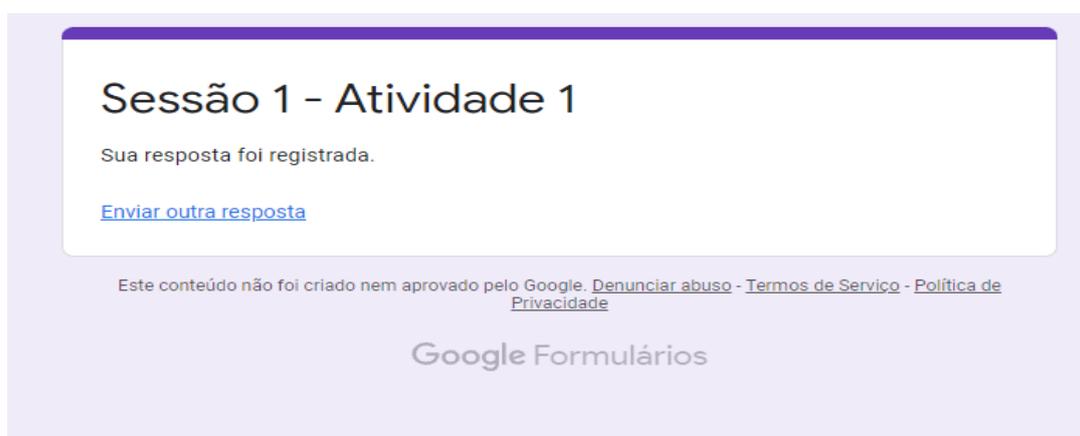
|  | Sim                              | Não                   | Sim, mas eu recomendaria alterações |
|--|----------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| 1. Tempo previsto para execução da atividade                         | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 2. Organização lógica e coerente do conteúdo da atividade            | <input type="radio"/>            | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/>    |
| 3. Linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo         | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 4. Materiais atrativos e não cansativos aos participantes            | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 5. Atividade interativa, permitindo o envolvimento dos participantes | <input type="radio"/>            | <input type="radio"/> | <input checked="" type="radio"/>    |

Caso você tenha respondido em algum item a opção “Sim, mas eu sugiro alterações”, por favor, anote o número do item avaliado, bem como a alteração sugerida, no campo “Outras sugestões e comentários”. Caso deseje acrescentar algum outro comentário, isso poderá ser feito no mesmo campo.



The screenshot shows a Google Form with three items, each with three radio button options. The first item is "11. Atividade estimula o aprendizado dos participantes" with the first option selected. The second is "12. Atividade proporciona reflexão sobre os temas abordados" with the first option selected. The third is "13. Atividade incentiva mudança de comportamento nos participantes" with the first option selected. Below these is a text box labeled "Outras sugestões e comentários:" which is circled in red. The text box contains the following text: "Itens: 2. Sugiro alterar... 5. Sugiro adequar ... Etc.". At the bottom left is a purple "Enviar" button, and at the bottom right is a "Limpar formulário" link.

Após o preenchimento do formulário, clique em enviar, e de segmento ao seu processo avaliativo. Lembrando sempre de seguir a ordem das atividades propostas.



The screenshot shows a confirmation page for a Google Form. The title is "Sessão 1 - Atividade 1". Below the title, it says "Sua resposta foi registrada." and there is a blue link "Enviar outra resposta". At the bottom, there is a footer with the text "Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Política de Privacidade" and the "Google Formulários" logo.

Qualquer dúvida, por favor, entre em contato. Estarei à disposição, e mais uma vez agradeço a sua colaboração!

## Sessão 1 - Atividade 1

**\*Obrigatório**

Responda, por favor, para cada item "Sim", "Não" ou "Sim, mas eu recomendaria alterações". Se você gostaria de sugerir alguma mudança para um item coloque-a, depois, no campo "Outras sugestões e comentários", especificando o número do item que necessita de alterações.

1. Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta, você concorda com: \*

*Marcar apenas uma oval por linha.*

|  | Sim                   | Não                   | Sim, mas eu recomendaria alterações |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| 1. Tempo previsto para execução da atividade                         | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 2. Organização lógica e coerente do conteúdo da atividade            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 3. Linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo         | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 4. Materiais atrativos e não cansativos aos participantes            | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 5. Atividade interativa, permitindo o envolvimento dos participantes | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |

2. Conteúdo e objetivos: Em relação aos aspectos que avaliam pertinência, relevância, contemplação e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados e da intervenção proposta, você concorda com: \*

## Anexo B – Instrumento de registro da avaliação

*Marcar apenas uma oval por linha.*

|  | Sim                   | Não                   | Sim, mas eu recomendaria alterações |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------------------------------|
| 6. Conteúdo abrangente e representativo dos temas abordados        | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 7. Atividade fornece conceitos corretos e esclarecedores           | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 8. Conteúdo relevante e atende a necessidade do público-alvo       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 9. Conteúdo possui aplicação prática para o público-alvo           | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 10. Atividade contempla os objetivos estabelecidos                 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 11. Atividade estimula o aprendizado dos participantes             | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 12. Atividade proporciona reflexão sobre os temas abordados        | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |
| 13. Atividade incentiva mudança de comportamento nos participantes | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>               |

### 3. Outras sugestões e comentários:

---

---

---

---

**Sessão 1 – Quem somos nós?**

---

***Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

**1. Tempo previsto para execução da atividade**

(1) O pesquisador não apresentou o número de participantes previstos para a intervenção, mas pressupõe-se que as sessões sejam compostas por pequenos grupos (quatro a seis participantes), entretanto, caso sejam grupos maiores, atentar-se para o tempo disponível, pois o mesmo implica o tempo de apresentação da atividade e execução da mesma, devendo prever, ainda, necessidade de intervenção do mediador para a facilitação ou mesmo apoio para execução (nos casos de usuários com dificuldades de leitura e escrita ou mesmo manuseio dos recursos, por exemplo) e, ainda, exploração dos conteúdos que surgirão, já que a atividade suscita aspectos importantes (composição familiar, interesses, "sonhos", expectativas, desejos ou mesmo a falta deles etc., como me vejo/como sou visto, como me sinto sendo apresentado pelo outro etc.).

(2) A pergunta B a meu ver é um pouco direta demais para um primeiro encontro. Assim como dito na nota as pessoas estão ali muitas vezes contra a vontade e talvez não queiram se expor. Sugiro trabalhar questões mais gerais para tornar a reunião mais leve e aumentar a adesão. Sobre o tempo não foi especificado na atividade o tempo que seria gasto com a atividade específica.

---

**2. Organização lógica e coerente do conteúdo da atividade**

(2) De modo geral, sugere-se atenção para a ordem e formulação das perguntas, de modo que isso possa construir uma lógica acerca do que sabem a respeito do serviço, quais suas representações sociais acerca do mesmo e como se sentem em relação a ele e ao encaminhamento realizado (objetivos da atividade), de modo que essas informações favoreçam ao profissional a mediação necessária a respeito das concepções trazidas. Sugestões: 1) Para vocês, o que é o CREAS? 2) O que vocês acham que o CREAS (os profissionais que trabalham no CREAS) faz (fazem)? Alguém já conhecia o CREAS e/ou já teve alguma experiência anterior de atendimento no serviço? Como foi? 3) Por qual motivo vocês acreditam que foram encaminhados ao CREAS? 4) Como se sentem em estar aqui?

---

**3. Linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo**

|   |   |
|---|---|
| <b>4. Materiais atrativos e não cansativos aos participantes</b>  | <p>(1) O RG poderia ser colorido, uma réplica do RG original, poderiam oferecer lápis de cor ou canetinhas para que os participantes pudessem colorir as imagens. Porém, afirmo que o material está bem adequado, a sugestão era para um plus.</p> <p>(1) Alternativa aos recursos: há possibilidade de que os anexos com as características físicas possam ser substituídos por imagens de revistas.</p> |
| <b>Conteúdo e objetivos: Em relação aos aspectos que avaliam pertinência, relevância, contemplação e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados e da intervenção proposta</b> |   |
| <b>10. Atividade contempla os objetivos estabelecidos</b>   | (1) Sugere-se rever a redação dos objetivos: em vez de: conhecer os participantes e o grupo por meio de atividades que possibilitem interação e diálogo, sugere-se "conhecer os participantes e possibilitar interação e diálogo entre os mesmos".  |
| <b>12. Atividade proporciona reflexão sobre os temas abordados</b>  | (1) Ressalta-se a importância do papel do mediador para que esse aspecto possa ser abordado (provocar reflexões a partir dos conteúdos trazidos).   |
| <b>13. Atividade incentiva mudança de comportamento nos participantes</b>   | (1) 1 “Não”<br>(2) 1 “Não”  |

***Comentários e sugestões adicionais***

(1) A atividade e os recursos para sua execução são compatíveis aos objetivos desejados. A atividade é lúdica e os recursos de fácil aquisição.

(3) Todas as atividades da Sessão 1 contemplam perfeitamente os objetivos propostos. Há adequação na linguagem, as estratégias escolhidas parecerem efetivamente facilitadoras para a promoção da interação entre os participantes. Os materiais estão cuidadosamente elaborados.

Na sequência da atividade anterior, é fundamental o papel mediador na discussão e na resignificação dos conteúdos identificados anteriormente e no esclarecimento do papel do serviço, dos profissionais e dos objetivos da intervenção para a qual foram encaminhados/inseridos. Essa

---

primeira sessão é estratégica no que diz respeito à segurança de acolhida no SUAS, no sentido de acolher, construir um espaço acolhedor e de vinculação positiva com os usuários, esclarecendo o disponibilizando o serviço como espaço de fortalecimento e não de culpabilização/punição. Destaco a qualidade e assertividade dos textos que explicitam os objetivos da intervenção (linguagem clara e acessível) e o material final, destinados ao mediador.

De modo geral, os objetivos gerais da sessão estão alinhados aos objetivos específicos e aos objetivos de cada uma das três atividades.

(3) Eu sugiro que essa atividade 3 seja a atividade 2 e a atividade 2 seja a 3. Isso porque acho mais relevante apresentar primeiro o serviço e depois discutir com eles o motivo pelos quais estão ali. Sobre o texto inicial sugiro algumas alterações:

Vocês farão parte de um programa de intervenção que buscará fortalecer o vínculo de vocês com as suas famílias. Ninguém está aqui para julgá-los (RETIRARIA ESSA PARTE, me dá a sensação de que estão ali porque fizeram algo errado, então penso que a adesão pode ser prejudicada). Juntos, vamos entender porque o uso da violência não é o melhor caminho, os impactos que isso pode ter para os seus filhos e quais podem ser as alternativas saudáveis para a resolução de possíveis conflitos familiares (SUGESTÃO: Juntos vamos aprender maneiras eficientes de disciplinar nossos filhos, aprender sobre como dar limites e principalmente aprender alternativas saudáveis para a resolução de possíveis conflitos familiares) SUGIRO NÃO MENCIONAR A PALAVRA VIOLÊNCIA NESSE PRIMEIRO ENCONTRO PARA QUE NÃO SE SINTAM AMEAÇADOS. Nos encontraremos a partir de agora semanalmente, durante 12 encontros, com duração aproximada de 1h30 cada. A presença e colaboração de cada um de vocês é muito importante. Eu e a equipe do CREAS estamos aqui para ajudá-los (RETIRARIA e não para puni-los ou julgá-los). Eu quero que vocês saibam que aqui é um espaço seguro, que o sigilo será mantido e vocês poderão sempre dizer o que pensam e o que sentem, sem medo de que algo possa estar errado.

---

## Sessão 2 – Família e capacidade protetiva

---

***Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

### **1. Tempo previsto para execução da**

**atividade**

(2) 1 “Não”

(2) Penso que o tempo estimado é curto para a realização da atividade.

### **3. Linguagem clara, objetiva e**

**compreensível ao público-alvo**

(2) 1 “Não”

### **4. Materiais atrativos e não**

**cansativos aos participantes**

(1) O recurso (perguntas disparadoras) é adequado ao objetivo esperado, entretanto, recomenda-se avaliar se há alguma possibilidade de utilização de representação imagéticas, fotos, frases, jargões, tirinhas etc, que auxiliem os participantes a se engajarem na atividade e se sejam facilitadores da sua expressão.

(2) 1 “Não”

---

***Conteúdo e objetivos: Em relação aos aspectos que avaliam pertinência, relevância, contemplação e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

### **6. Conteúdo abrangente e**

**representativo dos temas abordados**

(1) Sugere-se explorar perguntas como: o que é família? (conceito que introjetaram, representações sociais?) toda família é igual? por quê? (será que vão se atentar para as diferentes possibilidades de composição, para além da família nuclear tradicional?) o que toda família tem em comum? (será que trarão elementos concretos, tais como a presença da figura feminina/mãe x masculina/pai, ou abordarão aspectos subjetivos, relacionados aos afetos, amor, carinho, cuidado etc); o que as famílias podem ter de diferentes? (composição, formas de lidar com os problemas, formas de educar etc) o que uma família precisa ter para ser uma boa família? e o que nos faz acreditar que uma família seja ruim (ou que não funcione bem)? (inicia o mapeamento das suas representações sociais ou, até

---

mesmo, das suas próprias práticas parentais, formas como se relacionam), existe família perfeita? etc. Caso ampliem as perguntas, sugere-se avaliar o tempo destinado à atividade.

---

**7. Atividade fornece conceitos corretos e esclarecedores**

(2) Eu particularmente não gosto do termo família abusiva. Se a intenção é não culpabilizar as famílias e não julgar, a utilização desse termo seria um contrassenso. Penso que é muito ruim para uma família se identificar como abusiva, sugiro o termo não protetiva, atende ao objetivo e não soa culpabilizando.

---

**8. Conteúdo relevante e atende a necessidade do público-alvo**

(2) Na parte B da atividade, proponho uma reflexão: Na estória 7 – condiz com a realidade das famílias que serão atendidas na proposta interventiva? Na estória 5 será que há elementos que possam favorecer a discussão sobre famílias protetivas/abusivas? Fica claro na estrutura da sessão que a intenção é mostrar os novos arranjos familiares... Mas esses arranjos são pertencentes ao contexto dos participantes?

(2) De modo geral, as atividades e os recursos utilizados correspondem aos objetivos propostos, seja sobre as diferentes composições familiares, seja sobre os exemplos quanto às práticas parentais e familiares protetivas ou não. Entretanto, as histórias são muitas e muito longas, embora bastante ricas, e para além de provocarem a conceituação desejada (família protetiva x família abusiva), suscitam muitas outras temáticas relevantes e que ficariam, pelo tempo proposto, sem mediação (papeis de gênero, violência de gênero familiar e doméstica, bullying etc). Desse modo, avalia-se que pode ser cansativa e que o recurso da leitura pode ser pouco atrativo aos participantes. Sugere-se avaliar a quantidade de histórias ou mesmo o própria recurso proposto (leitura de textos). Podem ser alternativas diminuir a quantidade de histórias, ou utilização de outros recursos (imagens, figuras, desenhos que possam ser utilizados para que os participantes contem as histórias, reconheçam as diferentes composições etc) ou mesmo recursos de audiovisuais e músicas sobre o tema.

|  |  |
|--|--|
| <p><b>9. Conteúdo possui aplicação prática para o público-alvo</b></p>           | <p>(2) 1 “Não”</p>   |
| <p><b>11. Atividade estimula o aprendizado dos participantes</b></p>             | <p>(3) Aqui a mesma sugestão sobre o termo família abusiva</p> |
| <p><b>13. Atividade incentiva mudança de comportamento nos participantes</b></p> | <p>(1) 1 “Não”</p>   |

*Comentários e sugestões adicionais*

(2) Avaliar a adequação dos termos família protetiva x família abusiva por alternativas como família protetiva x família não protetiva. Ou ainda, família que protege x família que não protege.

(3) A atividade proposta e os recursos utilizados correspondem aos objetivos estabelecidos. Sugere-se atentar-se aos participantes que, eventualmente, tenham dificuldades de leitura e escrita, pois é habilidade necessária a execução da atividade proposta. Fornecer apoio ou sugerir a representação imagética, seguida da apresentação verbal àqueles que tiverem dificuldades.

### Sessão 3 - Família e capacidade protetiva

---

***Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

**1. Tempo previsto para execução da atividade**

(1) Atividade Retrato de Família - muito longa (50 minutos). Por se tratar de uma atividade que exige bastante reflexão dos participantes talvez excluir a exibição do Curta metragem da atividade 2. Reservar a exibição para outro encontro.

**5. Atividade interativa, permitindo o envolvimento dos participantes**

(2) 1 “Não”

---

***Conteúdo e objetivos: Em relação aos aspectos que avaliam pertinência, relevância, contemplação e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

**7. Atividade fornece conceitos corretos e esclarecedores**

(1) As imagens e palavras do kit podem não ser suficientes para representar as situações vivenciadas nas famílias o que pode limitar a construção dos retratos. Talvez seja interessante sugerir que os participantes desenhem ou acrescentem palavras que não estejam no Kit.

---

***Comentários e sugestões adicionais***

---

(1) Aqui a questão do protetiva e abusiva foi bem trabalhada. Muito bom

(2) Embora seja muito fácil o acesso ao curta por meio de uma busca simples no google, poderia ser inserido link ou informação para os formadores sobre onde encontrar o curta.

No conjunto, as atividades da sessão 3 estão ultrapassando o tempo previsto de 1h30min por sessão. Dada a importância dos conteúdos abordados e a adequação das atividades, talvez deslocar uma das atividades para outra sessão.

Comentário geral para a sessão 03: após a leitura e análise de todas as atividades das sessões 02 e 03, sugere-se avaliar pertinência de inversão/modificação da ordem das atividades entre as sessões.

---

---

A justificativa para essa proposição é que ser protetivo ou não (conteúdo pensado para ser trabalhado na segunda sessão), de certa forma, está relacionado à forma como os membros da família identificam (ou não) os conflitos e como conseguem lidar com eles (se com uso do diálogo, afeto, formas conjuntas de resolução entre os membros da família ou se por meio de violência), o que, na perspectiva sugerida, seria o ensejo para a próxima sessão, em que se conceituaria famílias a partir de sua capacidade protetiva.

Propõe-se avaliar pertinência da seguinte estrutura:

1) Sessão 02

Objetivo geral seria: identificar e ampliar a concepção de família; reforçar a função protetiva que a família pode desempenhar;

Objetivos específicos: compreender as ideias/concepções que os participantes têm sobre família; (Atividade 01)

Compreender a representação que cada participante tem da própria família; (atividade 02)

Identificar vivências e experiências de conflito dos participantes em seu contexto familiar; (atividade 02)

Identificar como os participantes entendem formas positivas/adequadas de enfrentar conflitos; (atividade 02)

Refletir sobre práticas parentais e/ou formas de resolução de conflitos que fragilizam e aquelas que fortalecem os vínculos familiares (atividade 03)

A ordem e as atividades, então, seria: 1) o que é família?; 2) Retrato de família; 3) era uma vez família?

2) Sessão 03:

Objetivo Geral: ampliar a concepção do grupo sobre conceito de família e sua função protetiva.

Objetivos específicos: auxiliar os participantes a identificarem maneiras positivas de lidar com conflitos (conceito de família protetiva) em contraposição às maneiras abusivas de resolução (família abusiva, não protetiva) (Atividades 01 e 02).

Desconstruir noções estereotipadas de família (Atividades 01, 02 e 03).

Enfatizar o papel protetivo de família (Atividades 01, 02 e 02)

A ordem e as atividade seriam, então: 1) História de família (conceitos de família protetiva x família abusiva, bem como a diversidade de arranjos familiares a fim de desconstruir noções hegemônicas de família); 2) Minha família (meu arranjo, ambiente abusivo x ambiente protetivo, inclusive, devido às atividade anteriores, penso que a família terá maior repertório para desenvolver essa atividade); 3) Reconceituando família (repensar o conceito de família e sua função, abordando que as famílias se diferenciam em sua composição e na forma como lidam com seus problemas e como desempenham sua função de proteger e possibilitar desenvolvimento).

---

## Sessão 4 – As múltiplas facetas da violência

---

### *Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta*

---

|   |   |
|---|---|
| <b>1. Tempo previsto para execução da atividade</b>                 | (4) De uma forma geral me parece que essa sessão (o conjunto das 3 atividades) me parece bem longa, com conteúdo muito denso. Sugiro inclusive uma atividade mais leve no final para amenizar um pouco.   |
| <b>3. Linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo</b> | (2) A respeito dos itens 3, 4 e 7 sugere-se que a escolha das imagens possa ser mais diversificada, iniciando pelas situações mais "concretas" (p.ex. a violência física) seguindo para outras que podem mais facilmente ser identificadas no plano individual, nas relações mais próximas/imediatas (violência psicológica, abandono, negligência, doméstica, que, inclusive, contempla vários tipos de violência), utilizando-se de diferentes exemplos e ciclos de vida e, "progredindo" para as violências que se expressam num plano mais macro, como o trabalho infantil, a violência institucional (policial, mas importante trazer que ela é/pode ser perpetrada também por outros agentes públicos) e por fim, para situação de rua e violência estrutural, que contemplam, em certa medida, um conjunto de múltiplas violências e violações de direitos.<br>Embora todas sejam atribuídas aos sujeitos individuais, que são culpabilizados e responsabilizados pela violência que sofrem, importante que a mediação proponha/permita a reflexão, especialmente na situação de rua, trabalho infantil e violência estrutural, dos atravessamentos políticos, econômicos e sociais que estão muito para além das decisões e escolhas dos sujeitos. Atividade que exige uma boa habilidade de "tradução" do mediador de conceitos complexos e bastante naturalizados para as vivências e o cotidiano dos sujeitos. Mais do que ensinar o conceito (violência estrutural, simbólica etc), importante que possam discutir e refletir sobre como se desvelam na vida das pessoas. |
| <b>4. Materiais atrativos e não cansativos aos participantes</b>    | (3) Sobre os itens 3, 4, 9 e 12- sugere-se que, antes de apresentar a definição, que os participantes sejam estimulados a trazer as suas próprias tentativas de conceituar os diferentes tipos de violência, a partir da atividade anterior. Embora tenha havido um cuidado, os textos ainda mantêm uma linguagem bastante formal e que pode ser prolixa ao público-alvo. Logo, propõe-se uma revisão e uma adequação dos mesmos. Sugere-se que mais do que o conceito em si, sejam valorizados os exemplos (ambos são importantes, mas é a partir do exemplo concreto que poderão identificar mais facilmente os diferentes  |

---

tipos de violência), e que os participantes também sejam encorajados a refletir sobre as consequências e impactos de cada uma das violências trazidas antes que as mesmas sejam trazidas/explanadas pelo mediador/profissional.

---

*Comentários e sugestões adicionais*

---

(1) O recurso utilizado e a estrutura proposta estão de acordo com o objetivo da atividade e alinhados aos objetivos da sessão, sendo importante iniciar com o mapeamento das concepções e representações sociais que os participantes carregam sobre violência e permitindo que todo o grupo compartilhe entre si, o que também favorece o início da reflexão sobre a diferentes perspectivas e vivências dos sujeitos sobre esse aspecto.

(1) Muito bom, abordar o conceito de forma ampla, sem direcionar para a família deles, isso vai ajudar na compreensão e identificação.

(4) Atividade que sintetiza e reforça o conteúdo trazido na sessão. Importante utilizar o conteúdo levantado nas atividades anteriores pelos próprios participantes (e isso está proposto nos ítems c e d) para que isso auxilie na desconstrução e reformulação das representações sociais equivocadas, limitadas ou naturalizadas que possam ter sido trazidas ao longo da sessão.

Está perfeita a sessão 4!! Todas as atividades muito integradas!

---

## Sessão 5 – Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes

---

***Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

|   |   |
|---|---|
| <b>2. Organização lógica e coerente do conteúdo da atividade</b>    | (2) Sugere-se que, antes de projetar o conceito de violência doméstica contra crianças e adolescentes, seja avaliado se os participantes conseguem associar o qualificador (contra crianças e adolescentes) à definição geral, apresentada na atividade anterior.   |
| <b>3. Linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo</b> | (2) Embora o cartão traga uma definição simples, atentar-se para a necessidade de "tradução" para uma linguagem ainda mais informal, com exemplos, e também com atenção para palavras que pode ser pouco comuns no repertório vocabular dos participantes (distorção, naturalizado, justificado histórica e socialmente etc). |
| <b>4. Materiais atrativos e não cansativos aos participantes</b>    | (1) 1 “Não”<br>(2) 1 “Não”  |

---

### ***Comentários e sugestões adicionais***

---

(2) Sugestão: Agrupar as atividades 1 e 2. Discutir ao mesmo tempo a violência intrafamiliar e esse tipo de violência contra criança e adolescentes. Nesse caso os dois cartões (com o conceito de violência intrafamiliar e com o conceito violência doméstica contra criança e adolescente) seriam apresentados juntos. Isso otimizaria o tempo para que a discussão a partir das charges da atividade 3 pudesse ser maior.

(3) Ficou excelente a elaboração das histórias e da charge.

---

## Sessão 6 – Naturalização e Intergeracionalidade da Violência

---

***Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

### **4. Materiais atrativos e não**

**cansativos aos participantes**

(2) 1 “Não”

---

### ***Comentários e sugestões adicionais***

---

(1) Adorei essa atividade

(3) Embora seja muito fácil o acesso ao curta por meio de uma busca simples no google, poderia ser inserido link ou informação para os formadores sobre onde encontrar o vídeo Vida Maria.

(3) Esse filme é maravilhoso

(4) De modo geral, a sessão seis traz tema de extrema relevância. Destaco a atividade 1, pela escolha do recurso, e as atividades 3 e 4, relacionadas ao curta-metragem que, como recurso mediador, concretiza a discussão e facilita a síntese e mediação da mesma.

---

## Sessão 7 – Impactos Psicológicos e Sociais da Violência

| <b>Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta</b>                 |   |
|---|---|
| <b>1. Tempo previsto para execução da atividade</b>   | (1) 1 “Não”<br>(2) Somados os tempos disponibilizados para as duas atividades dessa sessão, ultrapassa o tempo disponível.  |
| <b>2. Organização lógica e coerente do conteúdo da atividade</b>  | (1) Parte B - a atividade proposta alinha-se aos objetivos previstos, no entanto, é extensa e bastante complexa. As histórias são longas e como suscitam muito conteúdo, precisa haver tempo disponível para mediação e discussão. Sugere-se avaliar melhor reduzir as histórias, mas ter tempo de discussão e a mediação necessárias, pois o importante, nesse contexto, é acolher, ressignificar, desconstruir representação sociais cristalizadas, permitir que o grupo dialogue entre si e conte também suas próprias experiências. |
| <b>3. Linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo</b>   | (1) 1 “Não”<br>(2) Sugere-se avaliar se é mais apropriado usar o termo/expressão: "quando pratiquei violência" em vez de "quando fui violento".   |
| <b>4. Materiais atrativos e não cansativos aos participantes</b>  | (1) 1 “Não”   |
| <b>Conteúdo e objetivos: Em relação aos aspectos que avaliam pertinência, relevância, contemplação e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados e da intervenção proposta</b> |   |
| <b>7. Atividade fornece conceitos corretos e esclarecedores</b>   | (1) Parte C- As definições são prolixas (de certo modo, até mesmo acadêmicas), repleta de conceitos complexos para o público que se espera atingir. Avalia-se necessidade de "tradução", isto é, adequação do texto para uma linguagem mais acessível, mantendo-se capaz de contemplar a mensagem. Avalia-se que o recurso, que já foi utilizado em outras sessões, é eficaz, mas pouco atrativo e pode ser desafiador e desestimulador àqueles com dificuldades de leitura.  |

---

**12. Atividade proporciona reflexão**

**sobre os temas abordados**

(12) Avaliar também a inclusão de pergunta como "como me senti"

---

*Comentários e sugestões adicionais*

---

(1) Atividade muito bem elaborada.

(2) Sessão 7 está excelente!!

(2) Parte B: recurso bastante criativo.

Apenas uma sugestão. Acrescentar uma pergunta antes do quando fui violento. Eu já fui violento?

---

## Sessão 8 – Sentimentos e Emoções

---

**Conteúdo e objetivos: Em relação aos aspectos que avaliam pertinência, relevância, contemplação e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados e da intervenção proposta**

---

**8. Conteúdo relevante e atende a necessidade do público-alvo**

(2) Sobre os itens 8 e 9 - Talvez reduzir o tamanho da história ou fazer pausas para as reflexões a cada dois parágrafos por exemplo, para que possam identificar as emoções. Como a história é longa, talvez os participantes se percam no decorrer do texto e não preservem a memória das emoções vivenciadas no decorrer da história para discutirem na finalização.

---

### ***Comentários e sugestões adicionais***

---

(1) Para reflexão: são necessárias as representações de todas as emoções propostas? Não seria mais adequado, trabalhar com um número menor de emoções para que os participantes possam identificar com mais facilidade e maior frequência essas emoções nas suas vivências?

(1) Fundamental essa atividade

(3) De modo geral, as atividades e técnicas/recursos escolhidos alinham-se aos objetivos da sessão. Destaca-se o uso da técnica de relaxamento guiado e a atividade 3, fundamental, que pretende fazer a mediação do tema. Sugere-se, nessa última atividade, que se aponte ao mediador o cuidado em acolher os participantes, explorar a temática e encerrar a sessão de modo a sinalizar, por exemplo, que é possível, a partir do reconhecimento das emoções, aprender melhores estratégias para lidar com as mesmas, de modo a encerrar o encontro de modo encorajador/motivador e antecipando as próximas sessões.

(3) Muito rica essa dinâmica!

---

## Sessão 9 – Sentimentos e Emoções nas Dinâmicas Familiares

---

***Apresentação e estrutura: Em relação aos aspectos da atividade associados a aparência, formato, organização e adequação dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

**1. Tempo previsto para execução da atividade**

(3) A atividade propõe reflexões nem sempre fáceis de serem elaboradas. O tempo de 30 minutos talvez seja insuficiente.

**3. Linguagem clara, objetiva e compreensível ao público-alvo**

(1) 3. e 7. Embora as definições sejam simplificadas, é preciso assegurar, na leitura e discussão, que os termos contidos no cartão sejam compreendidos pelos participantes.

**4. Materiais atrativos e não cansativos aos participantes**

(1) O recurso da leitura é interessante, mas pode não ser tão atrativo ou mesmo efetivo para assimilação do conteúdo. Avaliar, por exemplo, o uso de recursos audiovisuais, além da leitura, que facilitem e deem concretude às definições.

**5. Atividade interativa, permitindo o envolvimento dos participantes**

(1) Antes da leitura da definição contida no cartão, sugere-se que os participantes possam compartilhar com o grupo a sua própria compreensão acerca da emoção pois, desse modo, é possível instrumentalizar o profissional na mediação entre aquilo que os sujeitos trazem, suas representações, alinhando e ajustando o repertório dos participantes àquilo que se deseja possibilitar com a atividade (objetivo).

---

***Conteúdo e objetivos: Em relação aos aspectos que avaliam pertinência, relevância, contemplação e adequação do conteúdo e dos objetivos dos materiais elaborados e da intervenção proposta***

---

**8. Conteúdo relevante e atende a necessidade do público-alvo**

(1) Sobre os itens 7, 8 e 9: As emoções propostas para serem identificadas e discutidas nos cartões que serão apresentados na Caixa dos sentimentos (medo, tristeza, raiva, alegria e orgulho) não são as mesmas apresentadas nas faces sessão anterior (raiva, medo, nojo, surpresa, felicidade, tristeza, desprezo). Não seria interessante as mesmas emoções?

---

***Comentários e sugestões adicionais***

---

---

(2) O recurso empregado é criativo, as histórias foram bem construídas e alinham-se aos objetivos da atividade (reconhecimento, expressão e controle das emoções), começando a auxiliar os participantes que, ao darem o desfecho para as histórias, começam a elaborar estratégias e práticas parentais alternativas ao uso da violência.

(2) Gosto muito desse tipo de atividade que convida o participante a buscar soluções alternativas. Muito bom

(3) Muito boa a estratégia de ressignificação e reestruturação.

Obs. sobre as sessões 8 e 9: A temática da violência não está enfatizada, muito embora seja evidente que o reconhecer e nomear emoções, controlar as expressões destas emoções é fundamental para o autocontrole e a prevenção de comportamentos violentos. Talvez seja necessário explicitar esse link para os mediadores.

---

## Sessão 10 – Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento

---

### *Comentários e sugestões adicionais*

---

(1) Além das perguntas sobre função e desafios, avaliar se é pertinente, nessa atividade, que também apontem algum aspecto positivo relacionado ao desempenho do papel parental (verificar se conseguem identificar alguma potência nesse desempenho, os afetos trazidos, se sinalizam pistas sobre os vínculos familiares, ao que atribuem os aspectos "saudáveis" da experiência familiar e do desempenho desse papel etc).

(1) Uma outra questão que pode ser trabalhado também são os estilos parentais.

(2) Os recursos e a estrutura da atividade estão alinhados aos objetivos proposta. Uma sugestão: A atividade pode ser uma oportunidade de esclarecer que tais direitos e deveres, de modo geral, estão previstos em uma lei específica, muito importante no contexto brasileiro, que é o ECA.

(2) Uma sugestão seria também abordar o ECA. Os pais em geral tem muitos preconceitos com essa legislação e pouca compreensão sobre sua importância.

(3) Penso que seria bacana nessa parte trazer alguma tabela ou material que fale sobre o desenvolvimento típico em cada idade ou fase do desenvolvimento para ajudar aos pais terem uma noção do que é comum e esperado em relação ao comportamento dos filhos naquela fase.

---

## Sessão 11 - Pais e Cuidadores: Agentes promotores de desenvolvimento

---

### *Comentários e sugestões adicionais*

---

Caminhando para o encerramento da proposta de intervenção, essa sessão também possibilitará ao coordenador/mediador avaliar o quanto os participantes conseguem aplicar os conhecimentos obtidos à sua realidade. Destaca-se o foco na resolução dos problemas de forma adequada, reforçando e instrumentalizando-os a ressignificar/modificar seu comportamento, ampliando seu repertório protetivo, que é a grande característica do programa.

Sessões abertas são sempre desafiadoras. É importante ter um plano B, talvez deixar algumas perguntas geradoras com base no que foi observado no decorrer de toda intervenção.

---

## Sessão 12 – Pedir ajuda

---

### *Comentários e sugestões adicionais*

---

(1) Atividade que mapeia importante elemento para intervenção psicossocial (vínculos socioafetivos e as redes sociais de suporte), sinalizando os pontos do mapa que demandam ações de fortalecimento do apoio obtido ou mesmo do suporte inexistente.

(1) Destaco, na proposta da sessão, o aspecto que "desindividualiza" a reprodução das práticas parentais baseadas em violência, e coloca o "problema" como questão coletiva, inclusive, em seu enfrentamento, o que colabora na ruptura de representações sociais que colocam essas figuras parentais no lugar de culpabilização/punição para o de agentes fundamentais na garantia do desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, mobilizando-os para o protagonismo e desempenho da sua responsabilidade parental de forma protetiva, destacando o papel fundamental dos suportes sociais, especialmente institucionais, no compartilhamento dessa função.

(2) Essa atividade também ficou excelente!

(2) Sugestão: Avaliar viabilidade de entregar aos participantes um folder/material informativo com os contatos, endereços, fotos (se houver), horário de funcionamento, orientações sobre quando e como (telefone, como o disque 100, polícia militar, ou presencialmente, com agendamento etc.) de modo que detenham informações de fácil acesso quando necessário.

(3) Um questionamento: Não será viabilizado nenhum espaço para que os participantes falem sobre como foi a participação no grupo, quais os pontos fortes e fracos?

Gostaria de deixar duas observações gerais para reflexão sobre todas as sessões:

1 - Por se tratar de um material destinado a formadores, seria interessante na parte inicial de cada sessão, na qual consta a fundamentação teórica a respeito da temática a ser abordada, inserir os autores de referência? Ou fornecer uma lista de referências no final do material?

2 - Acho que se forem inseridos título nos anexos e o número da atividade correspondente será mais fácil para o formador identificar qual anexo se associa a cada uma das atividades.

Quero ressaltar a qualidade do trabalho. Certamente será uma proposta muito promissora que trará efetiva contribuição. Parabéns.

---

---

(3) De modo geral, gostaria de ressaltar o esforço em produzir material de qualidade que possa ser referência teórica e metodológica aos CREAS, que carecem de documentos oficiais, materiais orientadores e oportunidades de supervisão/formação continuada, bem como de repertório para ações coletivas, tão potentes, no contexto das intervenções psicossociais realizadas.

Embora a proposta seja ousada no seu tempo de duração, o que pode dificultar a adesão dos participantes e a organização dos profissionais para execução, ela é tão abrangente e traz temáticas tão relevantes que não poderia ser encurtada sem prejuízo da sequência lógica e do processo que pretende estabelecer.

Sugiro particular investimento teórico e técnico na produção do material orientador aos mediadores/coordenadores, com sugestões de leituras, vídeos, aulas etc., já que para alguns profissionais, pode ser desafiador reproduzir conceitos e mediar processos tão complexos. Não é possível saber, de antemão, o nível de conhecimento técnico dos profissionais a quem se destina esse material e, por essa razão, um material nivelador, de boa qualidade, pode ser benéfico e favorecedor para uma replicação futura.

Do mesmo modo, a condução de abordagens coletivas (grupos socioeducativos, oficinas etc.), talvez não seja prática comum para muitos desses profissionais. E, em sendo a mediação a característica fundamental da condução desse programa, faz-se necessário também orientar sobre essas modalidades de abordagem.

Por fim, sugiro uma revisão geral do texto do material já produzido, nomenclaturas e aspectos ortográficos, de modo a qualificá-lo.

(3) Em minha experiência com grupos, a parte do coffee era em todas as sessões, sempre um pequeno lanche para confraternizar em cada encontro, isso trazia um momento de descontração. Confraternizar é importante, aumentava o engajamento também. Podem até fazer um amigo secreto ou troca de cartões que eles mesmos confeccionarem.

---